

**Josnei Di Carlo Vilas Boas**

**INTELECTUAIS SOCIALISTAS E IMPRENSA LIBERAL:  
O CASO MÁRIO PEDROSA NO SEGUNDO GOVERNO  
VARGAS**

Tese submetida ao Programa de Pós  
Graduação em Sociologia Política da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Doutor em Sociologia Política.

Área de Concentração: Ideias,  
Instituições e Práticas Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaspar  
Müller.

Florianópolis  
2018

Di Carlo, Josnei

Intelectuais socialistas e imprensa liberal: O caso Mário Pedrosa no segundo Governo Vargas / Josnei Di Carlo; orientador, Ricardo Müller, 2018.

175 p.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Mário Pedrosa. 3. Socialismo. 4. Liberalismo. 5. Imprensa. I. Müller, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.



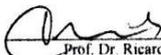
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

## **“Intelectuais Socialistas e imprensa Liberal: o caso Mário Pedrosa no segundo Governo Vargas”**

**Josnei Di Carlo Vilas Boas**

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jacques Mick  
(PPGSP/UFSC)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller  
(PPGSP/UFSC) – Orientador/Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Iraldo Alberto Alves Matias  
(IFSC/LASTRO)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade  
(História/USP)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ernesto Seidl  
(Coordenador PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), AGOSTO DE 2018.



## AGRADECIMENTOS

Por mais que um trabalho intelectual necessite da solidão para ser realizado, tem, em certa medida, um caráter coletivo, a envolver conversas formais e informais, sobre a pesquisa, diretamente ou indiretamente, que a modifica, sem necessariamente termos condições de enumerar todos que foram fundamentais para sua realização. Por isso, sou grato a todos e todas que dialogaram comigo nos últimos quatro anos, anônimos ou não. Mas especialmente:

Ao Ricardo Müller, orientador, por sempre ter confiado em meu trabalho.

À banca de qualificação: Adriano Duarte, Francisco Alambert e Jacques Mick, cujos comentários foram indispensáveis para eu ganhar confiança no desenvolvimento da pesquisa.

Às pessoas que entraram ou passaram em minha vida, por causa do doutorado ou não, nos últimos quatro anos, ouvindo-me falar da pesquisa. Especialmente, à Lisandra Fiorenzano. Além do Rodolfo Palazzo Dias, da Fernanda Morato, do Fábio Pendiuk, da Jenniffer Simpson dos Santos, do Ramon Gusso, da Ana Sabiá, do Carlos Eduardo Bao, da Barbara Amorim etc.

Aos professores do PPGSP.

Ao Alexandre Bergamo, cujas leituras que fiz ao fazer o estágio docência com ele tiveram sua importância para eu repensar minha pesquisa.

À minha mãe, que me acolheu nos últimos meses, enquanto escrevia a tese.

Ao Everaldo Oliveira de Andrade e Iraldo Alberto Alves Matias, por terem aceito o convite para compor a banca de defesa.

Por fim, a CAPES, cuja bolsa foi fundamental para me dedicar à pesquisa.



*“Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir.”*  
Bloch (2001, p. 55)

## RESUMO

Se nos anos 1920 Mário Pedrosa (1900-1981) escrevera colunas de política internacional e crítica literária, a partir de 1940 ele passou a ser contratado pelos jornais enquanto especialista em artes visuais. Houve, portanto, a especialização do jornalista. Concomitantemente à profissionalização do crítico de arte, Pedrosa tornou-se um intelectual público, em razão de intervir na opinião pública ao se posicionar no debate político através da imprensa. Com isso, as ideias políticas do crítico circulavam para um público amplo, não afeito às sutilezas das artes. Ao contrário de suas colunas culturais, as políticas eram sazonais, ditadas pelos momentos de efervescência social. Reunindo suas colunas entre 1945 e 1968, temos uma visão da amplitude de sua produção intelectual. Identificando a seção em que elas foram impressas, notamos a sazonalidade de sua atuação política. Entretanto, há condicionantes para a intervenção política de um intelectual socialista na imprensa liberal. Esta tese, destarte, usa o período de atuação política e intelectual de Pedrosa no Segundo Governo Vargas como amostragem para compreender os limites impostos a suas ideias políticas enunciadas através de seus artigos políticos postos em circulação pela imprensa liberal.

**Palavras-chave:** Mário Pedrosa; socialismo; liberalismo; imprensa.

## ABSTRACT

If in the 1920s Mario Pedrosa (1900-1981) had written columns of international politics and literary criticism, from 1940 onwards he was hired by newspapers as a specialist in the visual arts. There was, therefore, the journalist's specialization. Concurrently with the professionalization of the art critic, Pedrosa became a public intellectual, because of intervening in the public opinion when positioning himself in the political debate through the press. In doing so, the critic's political ideas circulated to a broad audience, unconcerned with the subtleties of the arts. Unlike their cultural columns, the policies were seasonal, dictated by the moments of social effervescence. Gathering its columns between 1945 and 1968, we have a vision of the breadth of its intellectual production. By identifying the section in which they were printed, we note the seasonality of their political performance. However, there are conditions for the political intervention of a socialist intellectual in the liberal press. This thesis, therefore, uses the period of political and intellectual performance of Pedrosa in the Second Vargas Government as a sample to understand the limits imposed to his political ideas enunciated through his political articles put in circulation by the liberal press.

**Keywords:** Mario Pedrosa; socialism; liberalism; press.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção de/sobre Mário Pedrosa.....	23
Gráfico 2 – <i>Correio da Manhã</i> (1944-1951).....	83
Gráfico 3 – <i>Estado de S. Paulo</i> (1951-1956).....	84
Gráfico 4 – <i>Tribuna da Imprensa</i> (1951-1956).....	85
Gráfico 5 – <i>Jornal do Brasil</i> (1957-1961).....	88
Gráfico 6 – <i>Correio da Manhã</i> (1966-1968).....	89



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>2</b>	<b>MÁRIO PEDROSA, SOCIALISTA E INTELLECTUAL PÚBLICO</b> .....	<b>41</b>
2.1	A FORMAÇÃO PEDROSIANA .....	42
2.2	A OBRA PEDROSIANA .....	46
<b>2.1.1</b>	<b>O colunista</b> .....	<b>48</b>
<b>2.1.2</b>	<b>O criador de periódicos</b> .....	<b>53</b>
<b>2.1.3</b>	<b>O escritor</b> .....	<b>63</b>
<b>3</b>	<b>A ATUAÇÃO INTELLECTUAL DE MÁRIO PEDROSA NA IMPRENSA ENTRE 1945 E 1968</b> .....	<b>67</b>
3.1	CIRCUNSCREVENDO O CAMPO DE ATUAÇÃO DE MÁRIO PEDROSA .....	67
3.2	A ATUAÇÃO PEDROSIANA NA IMPRENSA LIBERAL .....	80
<b>4</b>	<b>A QUESTÃO POLÍTICO-MILITAR EM MÁRIO PEDROSA DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS</b> .....	<b>92</b>
4.1	QUESTÃO POLÍTICO-MILITAR: UMA DEFINIÇÃO .....	92
4.2	A QUESTÃO POLÍTICO-MILITAR NAS COLUNAS POLÍTICAS DE MÁRIO PEDROSA.....	108
<b>5</b>	<b>A QUESTÃO PARLAMENTAR EM MÁRIO PEDROSA DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS</b> .....	<b>124</b>
5.1	QUESTÃO PARLAMENTAR: UMA DEFINIÇÃO .....	124
5.2	A QUESTÃO PARLAMENTAR NAS COLUNAS POLÍTICAS DE MÁRIO PEDROSA.....	139
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>157</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>165</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Em *O Jornalismo como Gênero Literário*, Alceu Amoroso Lima faz um elogio ao conhecimento enquanto processo inacabado. O saber, para ele, é um tatear, onde os erros são ocultados quando o trabalho final é apresentado ao público. Lima (1990, p. 40) afirma que o acusam “de ser um homem de esquemas”, mas, em vez de negar a acusação, apropria-se dela para defender que o esquema é “um artefato indispensável à ordenação das ideias”. Ou seja, o esquema, durante o ato de pensar e de criar, é tão necessário quanto os andaimes ao se levantar uma construção. Finalizado um poema ou uma tese, como esta, se oculta os andaimes que ajudaram a estruturar o pensamento. Lima (1990, p. 40, grifos no original) conclui seu argumento defendendo as limitações do trabalho intelectual: “para facilitar o trabalho do leitor [...] queremos é pensar *com ele* e não apenas *para ele*, não escondemos os nossos esquemas-andaimes”. É o caso desta “Introdução”, em particular, por ser um esquema-andaime para pensarmos com os leitores a forma como a tese foi se estruturando ao longo dos últimos quatro anos.

Ao se objetivar ter uma visão crítica e panorâmica da agenda de pesquisa sobre Pedrosa, pode-se partir da relação entre o mercado editorial e a universidade, caso se atente a um dado: entre 2001 e 2017, foram defendidas dezenove dissertações e três teses sobre Pedrosa, com elas sendo antecedidas, de 1991 a 2001, por cinco livros sobre ele e por quatro livros reunindo parte de sua obra<sup>1</sup>. Refletirei sobre essa relação, partindo da hipótese que o mercado editorial é um dos fatores que levou os pesquisadores a terem se interessado por Pedrosa no século XXI, embora privilegiando suas colunas de arte, produzidas incessantemente por ele entre 1945 e 1968, e não suas colunas políticas, onde ele analisou a conjuntura para intervir no debate público candente do mesmo período.

Recuando até 1982, ao Mário Pedrosa tornar-se objeto de estudo na universidade pela primeira vez, foram defendidas quatro teses e 23 dissertações sobre Pedrosa; publicados nove livros sobre ele – sendo três publicações de tese ou dissertação –; e organizados sete livros com as obras dele até 2017. Se o número não impressiona, surpreende por ele situar-se, no campo das artes, como colunista de artes visuais, incluindo arquitetura, e, no campo político, na extrema-esquerda, posicionando-se

---

<sup>1</sup> O levantamento foi feito no Currículo Lattes e, posteriormente, nas referências bibliográficas dos trabalhos sobre Mário Pedrosa. Todas as dissertações, teses, livros dele e sobre ele estão elencados nos apêndices de Di Carlo (2017).

contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Retrospectivamente, um marginal nas artes e na política. Com um olhar histórico, nem tão à margem nem tão ao centro, suas colunas de arte e políticas foram publicados na grande imprensa da época. Talvez Pedrosa tenha sido um “marginal” que esteve ou procurou estar no centro do debate artístico e político de seu tempo.

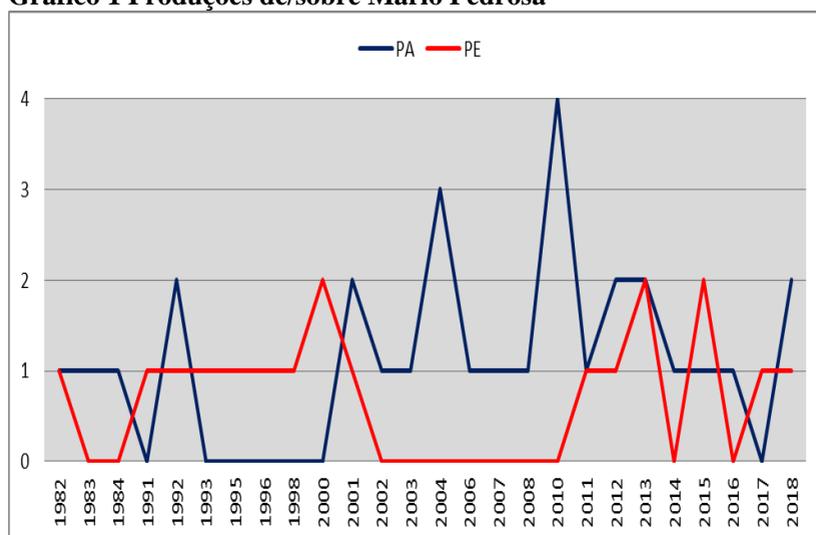
A partir de 2001, sua obra passou a ser um objeto de estudo frequente no Brasil: das 27 dissertações e teses sobre ele cinco foram defendidas até 2000. De 2001 a 2017, pós-graduandos não apresentaram uma pesquisa sobre a obra pedrosiana para obter um título de mestre ou de doutor apenas em 2005, 2009 e 2017. Para além da expansão da pós-graduação, o mercado editorial é um dos fatores que pode ter alavancado as pesquisas sobre Pedrosa. Em 1991, Arantes (1991) publicou *Mário Pedrosa – Itinerário Crítico*, analisando os textos de arte do crítico, não só de seu período mais produtivo (1945-1968), mas recuando até os anos 1930 e avançando até os anos 1980. De 1995 a 2000, Otília Arantes organizou uma antologia com os textos de Pedrosa (1995; 1996; 1998; 2000) de artes. O primeiro movimento do mercado editorial em direção a Pedrosa, iniciando em 1991 e prosseguindo até 2001 – marcado pelo centenário de seu nascimento no ano anterior – aparentemente desperta o interesse da universidade por ele. Isso pode ser visualizado no gráfico logo abaixo, com a linha azul da produção acadêmica (PA) e a linha vermelha da produção editorial (PE).

Sendo a tentativa mais completa de se organizar a obra de Mário Pedrosa no campo das artes, *Política das Artes* (1995), *Forma e Percepção Estética* (1996), *Acadêmicos e Modernos* (1998) e *Modernidade Cá e Lá* (2000) fornecem as fontes para a universidade interessar-se com mais frequência pelo crítico; enquanto *Mário Pedrosa – Itinerário Crítico* (1991) os problemas a serem investigados pelos pesquisadores. O mercado editorial, ao pôr em circulação os trabalhos de Otília Arantes, como organizadora e investigadora da obra pedrosiana, em certa medida teve poder de agência nas pesquisas acadêmicas sobre Pedrosa.

O recorte, porém, privilegiou sua atuação enquanto crítico de arte. Das cinco dissertações e teses defendidas entre 1982 e 1992, três são sobre sua atuação no campo da política e duas sobre sua atuação no campo das artes. Após 2001, a divisão equitativa dos trabalhos de pós-graduação sobre os dois campos deixou de existir. Passou-se a privilegiar um campo em detrimento do outro, sendo dezenove dissertações e teses fundamentando-se em sua obra voltada para o entendimento do fenômeno artístico e apenas três em sua obra voltada

para a conjuntura política. Como Mário Pedrosa não tinha se consolidado como um objeto de estudo na universidade, um dos fatores que o levou a entrar na agenda de pesquisa no século XXI foi o mercado editorial, ao colocá-lo em circulação, através de livros sobre ele e livros com parte de sua produção intelectual lançados no final do século XX. Mas deu-se um recorte, centrando em seus textos de arte. Por quê? Eles estavam sistematizados e parte deles organizados em livros, enquanto sua obra política ainda não. Daí ele vir se consolidando como objeto de estudo no campo das artes e não no político desde então.

**Gráfico 1 Produções de/sobre Mário Pedrosa**



Certamente o livro de Karepovs (2017) recém-lançado represente para a obra política de Mário Pedrosa o que o de Otilia Arantes representa para a crítica de arte pedrosiana, um manancial de problemas a ser explorado. Mas *Pas de Politique Mariô!* insere-se no segundo momento em que o crítico é posto em circulação pelo mercado editorial. Movimento iniciando em 2011, que não ganhou consistência em razão da Cosac Naify decretar falência logo após começar a lançar uma antologia da obra de Pedrosa (2015a; 2015b) em 2015<sup>2</sup>. Esse segundo

<sup>2</sup> Segundo Francisco Alambert, que seria responsável por um dos volumes da antologia, outra editora comprou os direitos e o projeto de publicar as obras pedrosianas deve seguir adiante. Outros projetos estão previstos, inclusive

movimento levou Dainis Karepovs a sistematizar seu conhecimento da vida e da obra de Mário Pedrosa que vem desde os anos 1980, no âmbito do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), já que ele seria um dos organizadores do volume dedicado à obra política pedrosiana para a Cosac Naify. Movimento que possivelmente se alimentou do ciclo de pesquisas acadêmicas sobre Pedrosa iniciado em 2001.

Agora, posto em circulação uma sistematização de sua obra política pelo mercado editorial, através do livro de Karepovs, os pesquisadores têm um caminho rico para investigar a história política brasileira do século XX, através da atuação de um intelectual socialista no centro do debate político, principalmente através da grande imprensa, majoritariamente liberal e, entre os anos 1940 e 1960, alinhada à União Democrática Nacional (UDN). Mercado editorial e universidade se retroalimentam. E pesquisadores não escolhem isolados em seu escritório um objeto de estudo, mas dentro do processo social.

Se a análise centra na relação entre o mercado editorial e a universidade para pensarmos uma hipótese que levou Mário Pedrosa a tornar-se um objeto de estudo constante desde a última década, não nega que variáveis podem se entrecruzar. Em outubro de 2001, o acervo de Pedrosa foi doado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), com sua organização sendo encerrada em março de 2003, possibilitando sua consulta. Dissertações e teses sobre o crítico defendidas no Rio de Janeiro passaram a predominar a partir de 2006: das quinze, nove são de programas de pós-graduação de lá.

Em 28 de outubro de 2002, um dia após o fim das eleições presidenciais, Silva (2002) fez um discurso na Avenida Paulista em que se lembrou do primeiro a assinar o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT): “Eu, hoje, estava lembrando, quando fui votar [...]. Eu lembrava da figura extraordinária de Mário Pedrosa, que também começou junto conosco esta luta”. Nisso, pesquisadores poderiam investigar algumas matrizes ideológicas do PT, como o trotskismo e o socialismo democrático, marcados pela atuação de Pedrosa nos anos 1930 e anos 1940 em diante, respectivamente. Tanto é que no contexto de formação do PT, duas dissertações defendidas nos anos 1980 – Machado (1982) e Loureiro (1984) – voltaram-se para a *Vanguarda Socialista*, periódico difusor do socialismo democrático dirigido pelo intelectual socialista entre 1945 e 1948; e uma tese

defendida em 1992 – publicada no ano seguinte por seu autor Marques Neto (1993) – para sua militância trotskista.

Em 2012, foi disponibilizado a Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, possibilitando a consulta dos jornais em que Pedrosa colaborou periodicamente de 1945 a 1968. Dado as condições materiais, outras causas tinham de se entrecruzar para sua obra política despertar interesse pela universidade, mesmo assim, em 2013, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com Di Carlo (2013), e 2016, na Universidade Federal de Goiás (UFG), com Oliveira (2016), apareceram duas dissertações embasadas nessa obra. São agenciamentos externos à universidade, cujos programas de pós-graduação, por motivos vários, também têm os seus.

O mercado editorial, ao pôr em circulação o esforço de sistematização e de organização dos textos pedrosianos de arte de Otilia Arantes no final do século XX, contribuiu para Mário Pedrosa entrar na agenda de pesquisa. Como efeito colateral, submergiu um ator político fundamental para entendermos o marxismo e a esquerda no Brasil. “A história do marxismo no Brasil não se poderá fazer sem a referência obrigatória à figura humana e à atuação intelectual de Mário Pedrosa”, afirma Ferreira (1983, p. 14). Além dele, Hélio Jaguaribe também admitiu publicamente ter sido influenciado por Pedrosa. “Fui discípulo de Mário Pedrosa, nessa época, e participei da experiência do Partido Socialista a seu lado”, destacou em entrevista ao lembrar-se de sua formação intelectual nos anos 1940 para Mota (1982, p. 170). Agora, com o mercado editorial pondo em circulação o trabalho de Dainis Karepovs, a contribuição de Pedrosa à política brasileira ao longo do século XX emerge, podendo nuançar essa agenda de pesquisa. Ficando, porém, um desafio: compreender a obra pedrosiana em sua totalidade, ao se articular consistentemente seus textos de arte com os de política. Talvez aqui esteja o primeiro trabalho a tentar problematizar o conjunto da obra pedrosiana, só que parcialmente, em razão de após problematizar o *corpus*, escolhi como amostragem somente sua obra política do Segundo Governo Vargas (1951-1954).

Esta tese, porém, é produto das condições materiais dadas à investigação. Assim que a FBN lançou em 2012 a Hemeroteca Digital Brasileira, passei a consultá-la para fazer o levantamento da obra de Mário Pedrosa na imprensa. Concomitantemente, consultei o Acervo Estadão (AE), onde se encontra suas edições digitalizadas. Conforme os jornais em que Pedrosa foi colunista entre 1945 e 1968 foram digitalizados e disponibilizados ao público, fui reunindo e catalogando sua produção intelectual. Com o levantamento dessa produção,

problematizei-a para entender a circulação do pensamento político de Pedrosa na imprensa, em razão de todos os jornais em que ele escreveu serem liberais enquanto ele era socialista. Esta tese, portanto, constrói seu problema (o que levou um socialista como Pedrosa a ocupar a página opinativa da imprensa liberal em contextos políticos específicos?), suas hipóteses (de que ele compartilhava ideias com o campo liberal e a imprensa liberal tinha interesse de adensar a oposição contra Getúlio Vargas) e suas categorias (questão político-militar e questão parlamentar) em relação direta com a produção intelectual de Pedrosa como colunista de artes e articulista político do *Correio da Manhã* (1944-1951), *O Estado de S. Paulo* (1950-1956), *Tribuna da Imprensa* (1951-1956), *Jornal do Brasil* (1957-1961) e, novamente, *Correio da Manhã* (1966-1968).

As Ciências Sociais, geralmente, privilegiam o método dedutivo em detrimento do indutivo. Assim, a teoria e suas categorias orientam a forma de se abordar os fatos sociais. Ou seja, com base na tipologia de um cientista social ou corrente teórica investiga-se um fato social. O marxismo, em sua tradição mais profícua, tem especial apreço pelo método indutivo. Fazendo com que a realidade concreta transforme as categorias conforme se busca compreender um fato social. É o caso desta tese. O levantamento da obra pedrosiana, sem levar em consideração se se tratava de textos de artes, que seriam fontes da sociologia da arte ou do pensamento social brasileiro, ou se se tratava de textos políticos, que seriam fontes para o pensamento político brasileiro, fez com que o *corpus* reunido entre 1945 e 1968 fornecesse os problemas.

Eis o principal, que orienta a linha argumentativa desta tese: Mário Pedrosa, apesar de ser reconhecido e contratado pelos jornais para assumir suas respectivas colunas de artes visuais, sempre escrevia sobre política nas páginas opinativas desses jornais, participando, destarte, do debate público. Daí a necessidade de problematizar o lugar ocupado por Pedrosa no interior da imprensa liberal, tarefa empreendida no Capítulo 2. A obra em sua totalidade, sem fazer distinção entre arte e política, forneceu o problema. Somente após isso que se recorreu a noção de campo político para tentar compreender o pensamento político de Pedrosa como relacional. E as duas questões, que são tipologias, foram analisadas nos Capítulos 3 (questão político-militar) e 4 (questão parlamentar), para compreender que Pedrosa fez suas ideias políticas circularem pela imprensa liberal por compartilhar ideias com o liberais sobre a necessidade de se buscar uma hegemonia entre os militares e

reformular a Constituição de 1946 para tentar quebrar o protagonismo de Getúlio Vargas no jogo político.

Destarte, o método indutivo da tese parte do geral para o particular a partir do Capítulo 2. O capítulo anterior apresenta Mário Pedrosa visando identificá-lo a um espectro político, o socialismo, e a uma corrente teórica, o marxismo. Nesse caso, a tese inicia-se apresentando seu objeto. Para depois considerar o objeto em sua generalidade, um intérprete com duas formas de expressão de seu pensamento, através da crítica de arte e através do texto jornalístico. Foi necessário pensar em duas tipologias – artes e política – levando em conta o local de publicação do texto, se na página cultural ou se na página opinativa. Conseguindo, assim, precisar a sazonalidade das intervenções políticas de Pedrosa no debate público. No Capítulo 2, fica claro que elas se concentraram em contextos específicos. Escolheu-se como amostragem um desses contextos, o do Segundo Governo Vargas e dois temas dos tantos que perpassam as colunas pedrosianas: 1) sobre um ator político levado em consideração pela classe política para intervir no jogo político, as Forças Armadas, e 2) uma ideia que galvanizou parte da classe política para fortalecer o Poder Legislativo face ao Poder Executivo, o parlamentarismo. Não é à toa que o Golpe de 1964, uma ação política inconstitucional, foi precedido pela adoção do sistema parlamentar, uma ação política que interviu alterando as regras do jogo político.

Em relação ao conteúdo, no Capítulo 1 apresento Mário Pedrosa para situá-lo no campo do socialismo; no Capítulo 2 apresento a linha editorial dos quatro jornais, para nuançar o liberalismo que emerge em conjunturas políticas específicas, e o espaço que Pedrosa ocupava no interior de cada um deles ano a ano, se como colunista de artes ou político; para nos Capítulos 3 e 4 investigar duas das principais questões políticas que perpassaram o período, centrando-as no Segundo Governo Vargas, por nele os temas da intervenção militar na política e do parlamentarismo para limitar os poderes do Executivo passaram a ditar a ação dos atores políticos em todo o período. Afinal, em 1961 foi adotado o sistema parlamentar como forma de tornar possível a posse de João Goulart, limitando seus poderes, e em 1964 os militares instauraram uma ditadura no Brasil. O próprio processo político demonstra que a questão político-militar e a questão parlamentar são fundamentais para entender as ideias compartilhadas entre Pedrosa e os liberais que lhe abriram espaço para atuar politicamente no debate público através da seção opinativa de seus jornais, mesmo pertencendo a outro espectro político, o do socialismo.

Dada a produção intelectual de Mário Pedrosa, não nego que sua crítica de arte é política – na defesa de um projeto socialista. Ao analisar seu pensamento político em seus artigos políticos não faço uma cisão entre as artes e a política, mas demonstro estar preocupado em entender ideias políticas como produtos da conjuntura política imediata, exigindo relacionar-se com o campo político levando em conta a correlação de forças. Ou seja, procuro compreender seu socialismo e sua atuação política em relação direta com a luta política.

Focado em entender ideias políticas em sua relação com o campo político dado, as “contradições” são parte constitutiva do pensamento político de qualquer intérprete que esteja preocupado em intervir na realidade social, em constante transformação e com os atores políticos em movimento para tentar neutralizar seus adversários no jogo político. Em uma realidade fluída, se o intérprete está analisando-a para se posicionar e não simplesmente encaixando-a em conceitos abstratos *a priori* raramente suas ideias políticas são dogmas. Se elas são construídas, elaboradas e reelaboradas sob os fatos elas estão em constante movimento, dando a sensação de serem contraditórias. Com mais uma derrota dos comunistas com o Golpe de 1964, Prado Júnior (1966) publicou *A Revolução Brasileira* exatamente para criticar a teoria da revolução construída desconsiderando o processo histórico do Brasil. Em poucas palavras, uma teoria formulada antes dos fatos. Não era o caso de Mário Pedrosa, um leitor atento do marxismo e cujas análises sobre a conjuntura política pagam tributo a Lenin (1977) de *Que Fazer?* e *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, destacadamente. Não quer dizer que Pedrosa era um oportunista, no pior sentido do termo, pois como marxista seu pensamento político sempre tinha no horizonte a emancipação da classe trabalhadora, mesmo circulando pela imprensa liberal.

Suas colunas políticas revelam seu marxismo-leninismo, por visarem mobilizar os atores políticos conforme o desenrolar do processo político. Ao contrário das colunas de arte, onde Mário Pedrosa poderia pensar em um projeto socialista. Em síntese, as colunas políticas estão voltadas para o poder, encontrar brechas nas lutas políticas entre os liberais e Getúlio Vargas para o socialismo passar a disputar espaço e aos poucos construir sua base social; enquanto as colunas de arte não estavam voltadas para o poder, mas para o projeto socialista, a ser construído em um devir histórico. Nas colunas de arte, as ideias políticas de Pedrosa se apresentam em sua impureza por causa da *Realpolitik*; nas colunas de arte, suas ideias políticas se apresentam em sua pureza por não precisarem se imiscuir nas lutas políticas imediatas. Nesse sentido,

suas colunas de arte talvez tenham um quê de socialismo utópico, por partir do princípio que as artes tinham como papel mudar a sensibilidade do homem e da mulher para construir uma nova sociedade, como indica a pesquisa de Arantes (1991); e suas colunas políticas revelavam um socialista científico preocupado em chegar ao poder, mas nas condições objetivas dadas, com os socialistas não tendo força suficiente para exercê-lo e, sim, os liberais, que se opunham ao adversário a se combater – Getúlio Vargas.

Não contesto, portanto, a política das artes. Mário Pedrosa, apesar de defender a independência das artes face ao jogo político, para elas não serem meros instrumentos partidários – não se renovando –, considerava-as como sendo política. Não é à toa que foi o primeiro a divulgar no Brasil o manifesto de Breton e Trotsky (1985) de 1938, “Por uma Arte Revolucionária Independente”, em fevereiro de 1946 nas páginas da *Vanguarda Socialista*. Melhor enfatizar, Pedrosa era contra o uso partidário das artes, no qual impedia sua renovação, mas não negava o caráter político delas, de mudar a sensibilidade dos homens e das mulheres face à realidade concreta dada. As artes eram políticas, para ele, por serem um campo de experimentação de novas formas de sociabilidade descoladas das relações capitalistas de produção. Como se vê, compreensível em sua crítica de arte estar presente a defesa do devir socialista, em razão de o campo das artes ter uma autonomia relativa dos meios de produção capitalistas.

Sua crítica de arte, porém, não era politizada, não se voltava para a conjuntura política. Sendo política, mas não sendo politizada, não era escrita com o objetivo de intervir diretamente no campo político. Mas era uma intervenção política no campo artístico. Tanto é que Mário Pedrosa foi um dos principais protagonistas na mudança do campo artístico a partir dos anos 1940, abrindo espaço para as novas gerações que vieram a contestar a arte feita até então, estreitamente vinculada ao nacionalismo e à figuração. Em outros termos, o sentido político de sua crítica de arte é de longo alcance. Ela procurava engendrar uma nova sensibilidade através da arte. Por isso o alcance de transformação é em longo prazo.

Suas colunas políticas, por sua vez, procuravam intervir diretamente no campo político. Neles, Pedrosa analisava a conjuntura política para orientar os atores em uma ação política que viesse a alterar a correlação de forças favorável a Getúlio Vargas. Escrevendo em jornais influentes politicamente, Pedrosa estava preocupado em conduzir a classe política. Lendo seus artigos políticos, uma coisa é clara: raramente estão voltados para a classe trabalhadora. Talvez porque ela

estava sobre forte influência de Vargas e seu objetivo era transformar as instituições para tentar quebrar a hegemonia getulista em seu seio. Para transformar as instituições, nada melhor do que se voltar para a classe política que se opunha a Vargas, especialmente os liberais. Não só, escrevia na imprensa em um país com índices altíssimos de analfabetismo. Por isso, minha preocupação na tese é de pensar as ideias políticas de Pedrosa em sua relação com o campo político dado, emergindo, em tese, contradições por ele ser socialista e sua intervenção política no debate público se dar no campo liberal.

Trabalho, portanto, com a noção de campo por ela atender a meu objetivo de compreender o pensamento político como relacional. Em termos concretos, entender as ideias políticas de Mário Pedrosa como uma síntese complexa entre seus valores, sua relação com os atores políticos e com o suporte – no caso, a página opinativa de jornais liberais – em que elas foram enunciadas. Assim, o pensamento político de qualquer intérprete não é apresentado como produto de um indivíduo isolado, mas do complexo social em que está inserido em dado momento. Pedrosa era um socialista, que teve de buscar espaço no campo liberal para encontrar mais adeptos a suas ideias, produzindo limites ao que ele poderia enunciar em cada momento. Cujo reflexo são os limites de sua análise, seus achados, suas contradições, seus *insights*, sua percepção diferenciada do jogo político, sua marginalidade no campo político, sua busca por também ser um protagonista etc. Nesse sentido, todos os intérpretes, independente do espaço que ocupem – se central ou se à margem, em cada contexto político – merecem ser pesquisados para o campo de o pensamento político brasileiro construir uma visão abrangente para entender até as razões que levam a uma corrente de pensamento ser hegemônica ou marginal em cada momento do processo político. Nesse sentido, os intérpretes que estão à margem do pensamento político hegemônico passam a ser fundamentais para se entender a própria centralidade de determinadas correntes políticas (DI CARLO, 2018).

Coerência em um pensamento ao longo dos anos pode ser produto mais dos instrumentos usados para se analisá-lo do que de si mesmo, caso o campo político esteja em constante mutação e o intérprete esteja analisando-o ou se posicionando e se reposicionando conforme sua análise do jogo político. Era o caso de Mário Pedrosa, um socialista que visava o poder político, mas cioso de que as condições objetivas não estavam dadas, exigindo uma aproximação tática com os liberais. Destarte, esta tese, a partir do Capítulo 2, tem uma estrutura espelhada. Eis a razão: na primeira parte, se apresenta o campo político,

para na segunda parte se apresentar as ideias políticas de Mário Pedrosa como sendo relacionais a esse campo.

No Capítulo 2, primeiro se apresenta o *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil* – jornais em que Mário Pedrosa foi colunista – para depois apresentar a produção intelectual de Pedrosa no interior dos quatros jornais de 1945 a 1968, se estava publicando na página opinativa ou se na página cultural. No Capítulo 3, primeiro se reconstrói a relação dos militares com a política a partir do fim do Império, para posteriormente discutir a análise pedrosiana sobre as Forças Armadas e suas consequências políticas. No Capítulo 4, em vez de voltar-se para um ator político – os militares –, se volta para uma ideia – o parlamentarismo –, mas tentando demonstrar como ela estava dada no interior do campo político, para em seguida apresentar a defesa pedrosiana do sistema parlamentar. Assim, a escolha recaiu sobre o Segundo Governo Vargas porque nele os dois principais métodos de intervir na política estão dados, a saber, através de uma mudança na Constituição de 1946, adotando-se o parlamentarismo para limitar o poder de ação do Poder Executivo, ou fazendo a luta política no interior das Forças Armadas para conquistar a hegemonia, tornando-as uma fonte de instabilidade dos governos constituídos.

Se a noção de campo é fundamental para pensar as ideias políticas como sendo produto de um complexo de relações a envolver a posição do intérprete diante dos outros atores políticos, da correlação de forças etc., tem como efeito colateral não dimensionar a contento sua ligação com uma matriz teórica. Mário Pedrosa tinha como instrumental o marxismo – não há dúvida, como apontei ao falar de seu marxismo-leninismo –, mas não houve necessidade de descrever como ele fazia uso das categorias marxistas, para ver onde ele se distanciava e onde ele apresentava novidades à tradição teórica a qual estava vinculado. Nesse sentido, seu marxismo não está fora do lugar, para usar expressão consagrada por Schwarz (1977) ao tratar do liberalismo, mas é consequência do lugar em que ele estava sendo formulado. O exercício exegético é válido e foi realizado por Rocha (2004), que comparou o que Marx entendia por bonapartismo e a forma como Pedrosa (1966a; 1966b) apropriou-se do conceito para pensar o Golpe de 1964 em *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileira*. Esta tese, portanto, não tem como preocupação investigar como Pedrosa apropriou-se das categorias marxistas para analisar a realidade política. Na análise desenvolvida, entretanto, está subjacente como ele teve de adaptar seu marxismo enquanto se posicionava no campo político. O próprio Lenin (1977), em *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, enfatiza a necessidade de

os marxistas construírem suas análises tendo como fundamento a realidade a se buscar intervir politicamente. Em 1966, Prado Júnior (1966) publicou *A Revolução Brasileira* criticando o PCB por ter adotado um modelo exótico à evolução histórica, econômica, política e social do Brasil para construir uma teoria da revolução, levando ao fracasso de sua ação política.

Esta tese se apropria de campo político, de Bourdieu (2003; 2011), com certa liberdade. A principal delas, como pode ser verificada a partir do Capítulo 2, quando a noção de campo político passa a estruturar a análise, é que ela não se refere aos políticos e aos partidos políticos, ou seja, ao profissional da política e a seu organismo para se chegar ao poder. O campo político, como a tese o constrói, é onde estão distribuídos os atores, as ideias, as classes etc. que organizam ou procuram organizar a realidade política. O campo político, portanto, é usado para entender como as forças políticas estão distribuídas e se posicionando conforme o desenrolar das lutas políticas. Está vinculado à ação política que vai orientando todas as forças que querem intervir ou conquistar o poder. Essa construção foi fundamental para entender as forças políticas que atraíram Mário Pedrosa para lá ou para cá no interior do jogo político. Fazendo, de um lado, seu marxismo ser tratado *en passant* nesta tese e, de outro, evidenciando sua preocupação em não se marginalizar no jogo político, como um socialista que não tinha base social ampla e cujo partido tinha poucos políticos representativos. A atuação política-intelectual de Pedrosa deu-se na grande imprensa, dialogando com a classe política, tanto a que se opunha quanto a que apoiava Getúlio Vargas para alterar a correlação de forças visando enfraquecê-lo, fortalecê-lo ou conquistar espaço atrelando-se a ele.

A partir de 1945, Mário Pedrosa não escreveu para a imprensa partidária *stricto sensu*. Até mesmo a *Vanguarda Socialista* – criada por ele e que circulou de 1945 a 1948 sobre sua direção, antes de ela passar às mãos do Partido Socialista Brasileiro (PSB) como condição para aceitar sua filiação e dos outros colaboradores do jornal – não era partidária. Era política, buscava sedimentar o socialismo democrático no Brasil, diferenciá-lo do comunismo, fazer uma crítica impiedosa do stalinismo, renovar o marxismo, divulgar textos e autores de esquerda desconhecidos no Brasil etc. Tirando a *Vanguarda Socialista*, que não era um jornal organizado como uma empresa capitalista, preocupado com suas vendas, mas em formar uma vanguarda, como o próprio nome deixa claro, Pedrosa escreveu para a imprensa comercial. Não quer dizer, com isso, que ela não estivesse vinculada a interesses político-ideológicos. Tanto é que desde o início esta tese deixa claro que o

*Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil* estavam vinculados ao ideário do liberalismo, inclusive sendo fundamentais para estruturar o campo político.

Mesmo sendo empresas capitalistas que visavam o lucro, os proprietários desses jornais eram ligados diretamente ou indiretamente a partidos políticos. Dos quatro, *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa* tinham ligações estreitas com a UDN, destacadamente o último por ser de propriedade de Carlos Lacerda. A imprensa era um ator político importante, tanto é que o apoio de Getúlio Vargas foi fundamental para a criação da *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer em junho de 1951; isto é, veja bem, no começo do Segundo Governo Vargas. Assim, atacou-se a imprensa que se opunha ao presidente através da concorrência, criando uma empresa jornalística moderna, pagando bons salários, com uma política de investimentos e de distribuição agressivas, alterando o mercado jornalístico e fazendo os outros jornais acompanharem a *Última Hora* para não ficarem para trás na conquista de leitores.

Wainer (1987), em suas memórias, não esconde que a *Última Hora* foi eficiente e sofreu oposição sistemática da imprensa consolidada, justamente a que Mário Pedrosa se consagrou como colunista. É bom ressaltar, porém, como a volta de Getúlio Vargas à presidência alterou o mercado jornalístico, com a criação da *Tribuna da Imprensa*, em dezembro de 1949, e, um ano e meio depois, da *Última Hora*. Certamente os dois jornais foram termômetros políticos enquanto Vargas ocupou o Poder Executivo até seu suicídio em agosto de 1954. Melhor, no restante do período democrático até 1964.

Apesar disso, os jornais em que Mário Pedrosa foi colunista eram empresas comerciais, procuravam atrair o maior número de leitores e, de forma indireta, para o projeto político que defendiam. O sectarismo que havia na imprensa liberal era contra Getúlio Vargas e o PCB, demarcando seu antigetulismo e seu anticomunismo, em um momento marcado pela Guerra Fria. Mas, se a imprensa liberal estivesse interessada em atrair mais atores políticos para legitimar sua oposição a Vargas, o sectarismo tinha limites, daí ela atrair para seu interior os socialistas, com formação teórica vinculada ao marxismo. O anticomunismo dos liberais, portanto, não se voltava contra os socialistas e contra os marxistas. Estes eram, caso se opusessem ao comunismo e a Vargas, aliados táticos.

O interesse da aliança era tanto do lado dos liberais quanto do lado dos socialistas. Mas isso impunha limites ao discurso a ser vinculado pelos socialistas na imprensa liberal. A enunciação das ideias

políticas de Mário Pedrosa pela imprensa tinha de ser pesada para não perder um espaço de intervenção política no debate público. O sectarismo pedrosiano se dava na relação com Vargas e o PCB, mas não era interno ao campo liberal. Afinal, seu discurso tinha de atrair os liberais, caso visasse levá-los a uma ação política determinada. Destarte, esta tese compreende Pedrosa como um realista, afastando-o do retrato utópico, comum entre aqueles que o descreveram em obituários, homenagens, memoriais etc. O fato de ele ter sido derrotado politicamente no período de 1945 a 1968, até mesmo quando vitorioso com Jânio Quadros, o qual apoiou nas eleições de 1960, não o torna utópico. Ninguém é derrotado na política somente por ser idealista, mas por causa das condições objetivas que não consegue alterar através de sua ação política. Com isso, ela sempre é ineficiente para conduzi-lo ao poder. Pedrosa era realista por visar o poder, interpretando e se posicionando no jogo político para o socialismo se tornar uma opção estratégica para a classe trabalhadora. Ele queria o poder político, como observou Oliveiros S. Ferreira em entrevista a Loureiro (1984), sendo talvez o único a reconhecer o realismo pedrosiano, como um bom marxista-leninista.

Mário Pedrosa, porém, tinha clareza que a República de 1946 vivia sob a égide do Estado Novo. Getúlio Vargas concedeu direitos de cima para baixo e, assim, passou a ser o benfeitor da classe trabalhadora, sendo o beneficiário, fazendo todos os atores políticos a agirem em torno de si, criticando-o ou não. Vargas foi quem organizou o campo político no período democrático. As posições ocupadas pelos atores políticos, na oposição ou na situação, pouco importa, eram determinadas pelo núcleo Vargas. O anticomunismo, no contexto da Guerra Fria, era mobilizado para tentar mudar o centro gravitacional do campo político. No máximo conseguia era enfraquecer Vargas entre as elites – políticas ou militares. Tornando seu governo instável, mas sem ele perder o prestígio no seio da classe trabalhadora. As derrotas dos atores políticos – entre elas a de Pedrosa – eram por causa de como estava organizado o campo político, não por serem utópicos. Só se reduzimos o realismo a tentar intervir no jogo político a reboque de Vargas, como o PCB fez, sendo duramente criticado posteriormente por Prado Júnior (1966) em seu livro já citado.

## 2 MÁRIO PEDROSA, SOCIALISTA E INTELLECTUAL PÚBLICO

Este capítulo tem como objetivo retratar a atuação de Mário Pedrosa na imprensa entre 1945 e 1968 enquanto socialista e intelectual público. Antes, porém, apresenta sua formação intelectual e política. O contexto histórico descrito é mais amplo do que o recorte inicial do objeto porque a intervenção política do jornalista no debate público tinha uma história pretérita de militância política cerceada e de atividade jornalística anônima. As ideias de um intelectual público têm de estar vinculadas a seu nome. Só que o processo formativo de Pedrosa é parte constitutiva de sua atuação na imprensa no período democrático e no início da ditadura militar, com ele já reconhecido como crítico de arte e com espaço na imprensa para intervir na política. O intelectual público é um especialista chamado a participar do debate público para também falar de temas que fogem de sua especialidade. O chamado tem limites: a hipótese para eles no caso de Pedrosa é tarefa do próximo capítulo. Este, por sua vez, está dividido em duas seções: a primeira detém-se sobre a formação do jornalista – anterior a 1945 – e a segunda fixa-se em sua obra – situando a da imprensa de 1945 a 1968 no interior de toda sua produção intelectual.

A formação pedrosiana é tomada como o período em que antecede a elaboração de “Esboço de análise da situação brasileira” (doravante, “Esboço”). Redigido em conjunto com Lívio Xavier durante a Revolução de 1930, o ensaio tornou-se a síntese das primeiras experiências políticas e do referencial marxista de Pedrosa, marcando uma produção intelectual que se prolongaria até a década de 1980. Seus interesses diversificados já se delineavam durante sua formação. No que diz respeito ao conteúdo de seu pensamento, a preocupação em refletir sobre arte e política. Em relação à forma de seu pensamento, a urgência em fazer suas ideias circularem o levou a privilegiar a produção de textos mais para periódicos do que para livros.

Por causa da particularidade indicada acima, a segunda seção deste capítulo parte da forma para delinear o conteúdo do pensamento pedrosiano. Primeiro, apresenta suas colunas destinadas aos grandes jornais, onde se profissionalizou enquanto crítico de arte, embora não deixasse de escrever sobre política, posicionando-se como um intelectual público. Em seguida, expõe os periódicos criados por ele, onde agrupava outros intelectuais em torno de suas ideias e as difundia no meio social. Por fim, brevemente, por não ser a preocupação central desta pesquisa, exhibe seus livros, cujas edições ocorreram após ele ter se

tornado crítico, com seus dois primeiros livros de política – *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileira*, de 1966 – sendo publicados depois de décadas com o autor mais preocupado em publicizar suas ideias do que sistematizá-las. Entretanto, ao procurar sistematizar suas ideias políticas sob o impacto do Golpe de 1964, Pedrosa recuperou “Esboço” – o ensaio-síntese de sua formação intelectual e política, que marcou o início de uma longa trajetória sempre preocupada intervir no debate público – e algumas de suas colunas políticas publicadas na imprensa.

## 2.1 A FORMAÇÃO PEDROSIANA

Mário Xavier de Andrade Pedrosa nasceu em 25 de abril de 1900, no Engenho Jussaral, em Timbaúba, Pernambuco. Era o sexto filho de Antônia Xavier de Andrade Pedrosa e Pedro da Cunha Pedrosa. Após o nascimento de Mário, o casal Pedro e Antônia teve mais quatro filhos. Em 1902, a família Pedrosa mudou-se para a Paraíba. Mário iniciou seus estudos em 1906 no Colégio Nossa Senhora das Neves, administrado por freiras. Posteriormente, estudaria no Colégio Diocesano Pio X e no Liceu Paraibano, que, assim como o primeiro colégio, encontravam-se na cidade da Paraíba – cujo nome mudaria em 04 de setembro de 1930 em homenagem ao político paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, assassinado em Recife pouco mais de um mês antes. Em 11 de julho de 1913, Mário e mais três jovens viajaram à Europa sob a guarda de José de Araújo Vieira para serem matriculados no colégio jesuíta Maison Mello, em Gante, Bélgica. Chegando a Portugal, o escritor José Vieira adoeceu e, com o imprevisto, Mário foi matriculado no Institut Quinche, em Lausanne, Suíça. A indisciplina do adolescente levou os pais a tomarem a resolução de matriculá-lo em um colégio interno: “Quando eu estava com 13 anos, devido à minha vagabundagem. Meu pai me mandou para a Suíça. Fiquei interno num colégio interno em Lausanne”, conforme as lembranças de Mário aos 77 anos em entrevista concedida à jornalista Rangel (1977, p. 1) do *Jornal do Brasil*. Após seus pais ficarem sabendo que fora interno em um colégio protestante, Mário deixou o Institut Quinche para matricular-se no Collège Scientifique. Durante a Primeira Guerra Mundial, o casal Pedro e Antônia achou prudente trazer seu filho de volta ao Brasil. “Com a guerra”, recorda Mário na entrevista citada, “voltei ao Brasil acompanhado por dois colegas numa viagem bastante arriscada” (RANGEL, 1977, p. 1). Em 1916, ele e dois amigos atravessaram a Europa de trem e, chegando a Lisboa, embarcaram em um navio inglês. Com a guerra submarina no auge, o comandante, por segurança, realizou

a travessia em ziguezagues para despistar os submarinos alemães. Mário e os outros passageiros viajaram no escuro, cobertos por lona. Depois de vinte longos dias de travessia, finalmente desembarcou no Brasil.

Quando chegou ao país, sua família ainda morava na Paraíba. Mas, ainda em 1916, ela mudou-se para o Rio de Janeiro acompanhando o patriarca, reeleito senador – sendo este o último mandato exercido por Pedro da Cunha Pedrosa, após ter sido deputado estadual entre 1891 a 1892 e 1905 a 1908, vice-governador entre 1908 a 1911 e senador entre 1912 a 1915. Mário realizaria em Campos, Rio de Janeiro, os últimos exames preparatórios de história natural, inglês e latim para o curso superior. Se em 1917 reprovava em história natural, no ano seguinte não precisou realizar os exames preparatórios novamente porque eles foram cancelados por causa da epidemia de gripe espanhola, possibilitando sua admissão automática e de outros estudantes à Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Em 1919, além das aulas do curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Mário frequentava os concertos do Teatro Municipal, dando vazão a seu interesse por música. “A música”, destaca ele na entrevista concedida a Rangel (1977, p. 1), “foi a primeira arte que me apaixonei. Cheguei a escrever sobre ela”. No Teatro Municipal, passou a se relacionar com o poeta Murilo Mendes, Mary Houston, sua futura esposa, entre outros. Contraindo uma pneumonia no final do ano, Mário regressaria à Paraíba para tratar-se, deixando seus exames para serem realizados após o tratamento. Na Faculdade de Direito, conheceu Lívio Barreto Xavier e, interessados pelas questões sociais, aproximaram-se do professor Edgardo de Castro Rebello – positivista entusiasta do marxismo. A turma de Mário e Lívio escolheu Castro Rebello como paraninfo da formatura dos bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, formados em 1923, na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, Mário Pedrosa foi nomeado promotor em Palmas, interior do Paraná, mas, mesmo com a promessa de passar futuramente para a capital do estado, recusou para investir-se no cargo de fiscal interino do Imposto de Consumo de São Paulo. Nesta cidade, foi contratado pelo *Diário da Noite*, dirigido por Oswaldo Chateaubriand. Além da presença do escritor Mário de Andrade e do artista plástico Di Cavalcanti na redação do jornal, dela faziam parte Lívio Xavier, que se formara recentemente com Pedrosa na Faculdade de Direito, e Geraldo Ferraz, que o ajudaria a criar os periódicos *O Homem Livre*, em 1933, e a *Vanguarda Socialista*, em 1945 – analisados na próxima seção deste capítulo. A partir daí, Pedrosa tornar-se-ia jornalista, profissão que o acompanharia até seu falecimento em 11

de novembro de 1981. Em seu segundo ano em São Paulo, filou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Recém-filiado ao comunismo, Pedrosa retornou à Paraíba em 1926, ao ser nomeado para agente fiscal da cidade de sua infância, e logo se tornou membro do Comitê Regional do Partido Comunista. Em 1927, a lei Aníbal de Toledo declarou o comunismo ilegal e Pedrosa voltou a São Paulo para assumir a direção do Socorro Vermelho, organizado com o intuito de auxiliar os presos políticos. Entrementes, Pedrosa tornava-se leitor assíduo da revista *Clarté*, publicada pelo Partido Comunista Francês (PCF) e dirigida pelo intelectual Pierre Naville – ligado aos surrealistas, que, aos poucos, passariam a colaborar com sua nova criação. Como atestam as cartas endereçadas a Lívio Xavier entre 1926 a 1930 e anexadas por José Castilho Marques Neto em *Solidão Revolucionária*, Pedrosa passara a ter contato com a *Clarté* no início de sua militância comunista. Em uma carta sem data, embora identificada como sendo de princípio de 1926, ele escrevia: “Tenho recebido *Clarté*” (MARQUES NETO, 1993, p. 256). Lendo a revista dirigida por Naville, o jovem brasileiro mantinha-se atualizado sobre a situação política da União Soviética, a opor Leon Trotsky frente a Joseph Stalin. À par dos conflitos políticos envolvendo Stalin e Trotsky, Pedrosa embarcaria para Moscou em 07 de novembro de 1927, com o intuito de estudar na Escola Leninista Internacional. Em carta destinada ao reitor da instituição moscovita, Astrojildo Pereira informava que o jovem comunista era o segundo candidato do PCB para estudar na União Soviética, justificando que era “um intelectual, mas militante dedicado ao Partido e o curso da Escola” lhe faria muito bem, “quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista moral” (MARQUES NETO, 2001, p. 214).

O primeiro militante comunista brasileiro a candidatar-se para estudar na União Soviética foi Rodolpho Coutinho, que fora enviado para Moscou em 1924, onde entrara em contato com as teses de Trotsky. Ao chegar à Alemanha, Pedrosa adoeceu e, sem condições de enfrentar o inverno moscovita, permaneceu em Berlim, estagiando no Partido Comunista da Alemanha (KPD). Além de participar dos confrontos de rua contra os nazistas, começou a frequentar aulas de estética, filosofia e sociologia na Faculdade de Filosofia da Universidade de Berlim. Em 1928, o jovem brasileiro vai à Paris para o casamento da soprano Elsie Houston, irmã de Mary, que ele conhecera no Teatro Municipal do Rio de Janeiro enquanto cursava Ciências Jurídicas e Sociais, e do poeta surrealista Benjamin Péret. Durante sua estadia na França, Pedrosa conheceu Naville pessoalmente. Ao retornar à Alemanha, teve acesso

aos documentos da Oposição de Esquerda e soube da prisão em massa dos opositores liderados por Trotsky – desistindo de estudar na Escola Leninista Internacional. Em outra carta sem data, embora identificada como sendo de março ou abril de 1928, Pedrosa escreveu para Lívio Xavier: “A situação é mais grave do que parece. E você acredita que eu teria liberdade (sem saber o russo) de me informar seriamente? Na Escola?”, pergunta-se e responde: “Não, talvez fosse pior para mim. Hoje estou perfeitamente conformado em não ter ido” (MARQUES NETO, 1993, p. 290). Tomando partido à favor de Trotsky, o comunista brasileiro colaborou na formação da Oposição de Esquerda na Alemanha e na França, conjuntamente com o grupo político liderado por Naville. Da Europa, Pedrosa insistiu para Lívio Xavier reunir os descontentes com o PCB, organizando a Oposição de Esquerda no Brasil. Porém, ela saiu do papel somente com a volta de Pedrosa ao país em 1929.

No Brasil, o caminho seu e de Rodolpho Coutinho cruzaram-se quando o segundo aliou-se à Oposição Sindical de Joaquim Barbosa em 1928, para logo depois romper com o PCB, e aproximar-se do grupo político liderado pelo primeiro, formando o núcleo central da Oposição de Esquerda no Brasil. Esta, segundo Broué (2005), tinha especificidades em relação aos opositoristas da Europa não só em razão de ser produto de um contexto histórico-social diferente, mas por em determinados momentos ter rivalizado com o PCB na direção de movimentos contestatórios de massa. Deve-se ressaltar que a Oposição de Esquerda no Brasil se formou poucos anos após a fundação do PCB, possibilitando uma disputa pela hegemonia no meio operário e no interior dos movimentos contestatórios de massa em condições menos desiguais do que se deram na Europa, com os partidos comunistas consolidados nos meios sociais nos quais pretendiam influenciar. O caso do Brasil é emblemático também por causa da Oposição de Esquerda ter sido formada por figuras expressivas do PCB, tanto pela influência que algumas delas tinham no meio sindical quanto por serem fundadoras do PCB, além de grande preparo intelectual, ao se constatar que Rodolpho Coutinho e Pedrosa foram enviados pela própria direção partidária para estudarem na União Soviética. Grosso modo, as informações trazidas pelo primeiro e os documentos trazidos pelo segundo foram determinantes para o surgimento da primeira oposição ao PCB, denominada de Grupo Comunista Lenine (GCL). Fundada por Pedrosa, o GCL contava em seus quadros com alguns pioneiros do comunismo no Brasil e, destaca Broué (2005, p. 176), com “aquele gráfico mestiço que, em 1917, animou o comitê de greve de São Paulo e fundou o PCB,

o próprio símbolo do proletariado brasileiro moderno que foi João Jorge da Costa Pimenta”. A formação da Oposição de Esquerda no Brasil culminaria com Pedrosa e Lívio Xavier redigindo “Esboço de Análise da Situação Brasileira”, com o intuito de compreender a Revolução de 1930 como consequência das contradições sedimentadas ao longo da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

## 2.2 A OBRA PEDROSIANA

Cronologicamente, a produção intelectual de Mário Pedrosa iniciou-se na década de 1920 e encerrou-se na de 1980. Em 1924, um ano depois de bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, Pedrosa tornou-se responsável pelas seções de política internacional e de crítica literária do *Diário da Noite*, jornal sediado em São Paulo e dirigido por Oswaldo Chateaubriand. Em 1981, quando veio a falecer, o autor redigia *Discurso Pré-Constituinte* – tendo concluído três capítulos dos dez originalmente planejados, com um dos capítulos, “Autocrítica”, sendo publicado no suplemento dominical de cultura da *Folha de S. Paulo*, “Folhetim”, em 21 de novembro de 1982. A obra pedrosiana, então, foi produzida ao longo de sete décadas.

Se o aspecto cronológico dificulta por si só a sistematização da produção intelectual de Pedrosa, seus interesses diversificados dificultam ainda mais a apreensão do conjunto de sua obra. Leite Filho (1981, p. 3), ao traçar um perfil de seu amigo em “O Mestre Morto”, publicado na *Folha de S. Paulo* em 14 de novembro de 1981, três dias após o falecimento de Pedrosa, afirma que nunca conheceu “ninguém, no Brasil e no estrangeiro, de inquietude incomparável”, nem “ninguém com maior capacidade de assimilação”. Após destacar que o crítico assimilou a psicologia, especialmente a Gestalt, no intuito de compreender a criação artística, Barreto Leite (1981, p. 3) lembra que ao visitar a livraria da Universidade Hebraica de Jerusalém com seu amigo surpreendeu-se ao vê-lo deter-se à frente “de uma prateleira carregada de livros sobre as questões mais abstrusas da moderna filosofia científica” e perguntar-lhe “se já os tinha lido ou pelo menos comprado”. Diante da negativa de Barreto Leite (1981, p. 3), Mário exclamou que se interessava “por tudo, desejaria ler tudo”.

O relato acima esclarece porque Pedrosa demorou a dedicar-se profissionalmente à crítica de artes visuais, apesar de já em 1933 ter escrito seu primeiro grande ensaio de artes, “As Tendências Sociais da Arte de Käthe Kollwitz”. Em 1978, ao ser sabatinado por *O Pasquim*, o

jornalista considera que se tornou crítico de arte quando voltou de seu primeiro exílio, em 1945, ao ficar “com a seção de arte do *Correio da Manhã*” (ATHAYDE, 1978, p. 5). Precisando a afirmação, a coluna *Artes Plásticas do Correio da Manhã* foi criada por Pedrosa em novembro de 1946, embora ele tenha escrito seu primeiro ensaio sobre artes para o jornal em dezembro de 1944 – ao ser contratado diretamente por seu proprietário, Paulo Bittencourt, que conhecera por intermédio da jornalista Niomar Muniz Sodré quando ainda se encontrava exilado nos Estados Unidos. Mesmo assumindo-se como crítico de arte depois dos quarenta anos, Pedrosa continuou a escrever regularmente sobre política.

A despeito de ser inegável que a obra pedrosiana se divida entre política e arte, estas duas dimensões não são fases, com o autor dedicando-se à política até 1945, para posteriormente dedicar-se à crítica de arte. Pedrosa voltou ao Brasil em 1945 com “certa preparação”, enfatiza na entrevista de *O Pasquim*, para dedicar-se ao jornalismo cultural em função de ter trabalhado “num museu de arte moderna nos Estados Unidos durante o exílio” (ATHAYDE, 1978, p. 5). Se na década de 1920 ele era o responsável pela política internacional e crítica literário no *Diário da Noite*, a partir da de 1940 ele passou a ser contratado pelos jornais enquanto especialista em artes visuais. Houve, portanto, a especialização do jornalista Mário Pedrosa.

Concomitantemente à profissionalização do crítico de arte, ele tornou-se um intelectual público, que, na acepção de Said (2005, p. 13/121) em *Representações do Intelectual*, é aquele intelectual que procura dirigir-se “a um público tão amplo quanto possível”, não encarando a sociedade de massas como um problema, visto que “tem de circular, tem de encontrar espaço para enfrentar e retrucar a autoridade e o poder”, baseando-se “em princípios de justiça e equidade”. Ao voltar do exílio em 1945, Pedrosa passou a ser contratado pela imprensa para assumir a coluna de artes visuais, mas, regularmente, escrevia na página opinativa, onde fazia suas ideias políticas circularem para um público amplo. Apropriando-se da auto-representação de Said (2005, p. 91), Pedrosa era movido por ideias e causas que realmente podia apoiar por escolha, porque eram coerentes com os valores e princípios em que acreditava. Todavia, não se considerava limitado por seu trabalho profissional de crítico de arte, que o excluiria de assuntos de política só porque era uma autoridade em arte moderna. Pedrosa falava e escrevia sobre assuntos mais amplos porque, como “animal político”, cuja natureza, segundo ele na entrevista de 1978 de *O Pasquim*, com trechos inéditos publicados em 1981, “tem interesse pelas coisas todas”, era instigado por compromissos que iam muito além de sua estrita carreira

profissional (ATHAYDE, 1981, p. 8). A posição dele em relação a Juscelino Kubitschek ilustra exemplarmente a coerência dos valores e princípios em que acreditava. O fato de o crítico ser um opositor político de Kubitschek, oposição expressa em suas colunas políticas do *Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa* entre 1955 e 1956, não o impediu de usar seu prestígio ante a intelectualidade para organizar o Congresso Internacional Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA), realizado entre 17 e 25 de setembro de 1959, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, para debater a construção da nova capital federal.

Mário Pedrosa foi, essencialmente, um publicista. O aspecto publicista acrescenta outra dificuldade para sistematizar sua produção intelectual. De um lado, a obra pedrosiana foi produzida ao longo de sete décadas. O aspecto cronológico dimensiona a magnitude da produção intelectual do autor. De outro, a obra pedrosiana circulou através de periódicos. O aspecto publicista indica que a produção intelectual do autor está dispersa. Na apresentação de uma longa entrevista de Pedrosa publicada no *Diário Carioca* em 09 de novembro de 1947, Campos (1947, p. 1) afirma que o entrevistado “não nos deu ainda um livro sequer”, mesmo sendo “um dos nossos intelectuais de mais ampla e profunda experiência política”. Ao tentar entender o motivo do entrevistado ainda não ter publicado um livro aos 47 anos, Campos (1947, p. 1) formula a hipótese de que a militância do crítico a favor de suas ideias enriqueceu seu espírito, mas acabou prejudicando “os aspectos exteriores daquilo que ele realmente representa como pensamento e compreensão”. O entrevistador informa que o entrevistado escreveu quatro livros, três de ensaio político e um de poesia, mas foram apreendidos pela polícia. Campos (1947, p. 1) conclui que embora o espaço de ação de Pedrosa seja pequeno, “grande é a sua importância como pensador no campo social e político”. Somente em 1949 o crítico viria a publicar seu primeiro livro, *Arte, Necessidade Vital*. Portanto, dado as particularidades apontadas, julga-se que a melhor forma de sistematizar a obra pedrosiana é levando em conta o meio em que ela circulou: através das colunas de Pedrosa nos grandes jornais, dos jornais criados por ele e de seus livros.

### 2.2.1 O colunista

Por causa da cronologia elaborada por Pedrosa e Vasquez (1992) para o catálogo da exposição *Mário Pedrosa: arte, revolução, reflexão*, sabe-se que Pedrosa começou a trabalhar para o *Diário da Noite* em

1924. Inicialmente, escrevia sobre literatura, mas, logo em seguida, também passou a escrever sobre política internacional, inaugurando as seções “Crítica Literária” e “Política Internacional” do *Diário da Noite*. Em 1977, ao ser entrevistado por Rangel (1977, p. 1) para o *Jornal do Brasil*, Pedrosa lembra que, assim que se formou em Ciências Jurídicas e Sociais, passou a “trabalhar em jornal, onde fazia um pouco de tudo” por causa da pouca especialização das redações. Ele deixou o *Diário da Noite* em 1926 para assumir o cargo de agente fiscal na Paraíba. Exonerando-se em 1927, retomou a atividade de jornalista, agora no *Diário de São Paulo*, quando, segundo Pedrosa e Vasquez (1992, p. 52), escreveu “reportagens políticas por toda a Sorocabana”. Nem bem ingressara no *Diário de São Paulo*, o jornalista foi enviado à Europa pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) com o objetivo de estudar na Escola Leninista de Moscou. Se não foi possível localizar suas colunas do *Diário da Noite* e suas reportagens do *Diário de São Paulo*, foi possível localizar o artigo “Villa-Lobos et Son Peuple”, escrito pelo autor enquanto se encontrava na França e publicado em novembro de 1929 na revista parisiense *La Revue Musicale*. Na entrevista de *O Pasquim* de 1978, Pedrosa lembra que além do artigo sobre Heitor Villa-Lobos, “que fez enorme sucesso”, ajudou Villa-Lobos “a redigir um estudo sobre o choro em francês” (ATHAYDE, 1978, p. 4). Retornando ao Brasil em 1929, Pedrosa passou a trabalhar para *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Dois anos depois, voltou a colaborar com o *Diário da Noite*, onde, em 07 de dezembro de 1934, publicaria “Impressões de Portinari”, posteriormente republicado em seu primeiro livro – *Arte, Necessidade Vital*, de 1949. Após o Levante Comunista de 1935, passou a viver na clandestinidade, condição mantida até 1937, quando retomou a vida legal por pouco tempo, pois, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas daria um golpe de Estado, obrigando o jornalista a exilar-se.

Fixou residência nos Estados Unidos a partir de 1938. Somente em 1940 retomou a atividade jornalística, tornando-se redator do *Boletim da União Panamericana*, sediado em Washington e editado mensalmente. No mensário, assinou três artigos: “Portinari – de Brodóski aos Murais de Washington”, em março de 1942; “Carmargo Guarnieri”, em fevereiro de 1943; e “A Coleção Widener na Galeria Nacional de Artes nos Estados Unidos”, em março de 1943. O primeiro e o terceiro foram republicados em *Arte, Necessidade Vital*. No exílio, o crítico escreveu três artigos políticos: “The Defense of the URSS in the Present War”, publicado em fevereiro de 1940 no *Internal Bulletin of SWP*, órgão do *Socialist Workers Party (SWP)*; “Mass and Class in

Society Society” e “What Next in Latin America?”, publicados no *The New Internationalist*, em maio e outubro de 1940, respectivamente. Em 1943, Pedrosa deixou o *Boletim da União Panamericana*, passando a trabalhar na seção de cinema do escritório do Coordenador de Negócios Interamericanos em Nova Iorque. Em dezembro de 1944, tornou-se colunista do *Correio da Manhã*.

O exílio de Pedrosa encerrou-se em 1945, com ele passando a residir no Rio de Janeiro, cidade-sede do jornal, cuja colaboração se prolongaria até 1951. Na pesquisa em acervos só foi possível localizar três artigos do autor publicados ao longo de 1945 nas páginas do jornal, todos sobre política. A partir de 1946, Pedrosa passou a publicar incessantemente no *Correio da Manhã*, em função da coluna *Artes Plásticas*, criada em novembro, ser diária. Em 1946, contudo, publicou um artigo sobre política e uma carta aberta para a Comissão Nacional da Esquerda Democrática, em 15 de maio. Durante o primeiro semestre de 1947, só publicou artigos em sua coluna de artes visuais. No segundo semestre, participou de um congresso sobre socialismo em Bruxelas, na Bélgica, escrevendo uma série de colunas sobre a situação política europeia e perfis de personalidade que ia encontrando na Europa, cuja publicação iniciou-se em 02 de dezembro de 1947, com “Conferência Socialista em Antuérpia”, e encerrou-se em 04 de abril de 1948, com “Um Americano em Paris”, sobre o teórico político James Burnham – totalizando vinte e oito publicações. Pedrosa só voltaria a escrever sobre política em 14 de maio de 1950, sobre o socialista francês Léon Blum. Em 1951, deixou de colaborar com o *Correio da Manhã*, não publicando uma coluna política sequer em seu último ano no jornal. Entre 1952 e 1955, publicou esporadicamente no *Correio da Manhã*, em torno de seis artigos, um deles sobre a situação política na África e na Ásia, em 16 de abril de 1955.

Resende (1994, p. 211), em um perfil redigido para *O Globo* na ocasião da morte de Pedrosa em 1981, informa que “Mário cobriu a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, como repórter de *O Estado de S. Paulo*”. Entretanto, pesquisando o Acervo Estadão, as reportagens não foram encontradas, certamente porque elas não foram assinadas. Somente as colunas publicadas por Pedrosa entre 1950 e 1956 em *O Estado de S. Paulo* puderam ser copiladas para esta tese. Se no primeiro ano ele publicou apenas colunas sobre artes, a partir do segundo ano a maior parte suas colunas versava sobre política. Das 66 colunas de Pedrosa publicadas entre 1951 e 1956 em *O Estado de S. Paulo*, 57 eram de política. No mesmo período em que colaborou com o jornal paulista, foi colunista da *Tribuna da Imprensa*. Nela, publicou 150

colunas, sendo que 91 eram sobre política. Grosso modo, tanto os artigos do *Estado de S. Paulo* quanto os da *Tribuna da Imprensa* criticavam Juscelino Kubitschek.

Em 1957, o *Jornal do Brasil* contratou Pedrosa para escrever diariamente sobre artes, exceto domingo. A coluna “Artes Visuais” foi inaugurada por ele em 17 de janeiro do ano citado. Mesmo sendo responsável por uma coluna diária, publicou o ensaio “Ideologia e Ciências Sociais”, no “Suplemento Dominical”, por três domingos seguidos, 05, 12 e 19 de maio de 1957. O ano seguinte foi quase um espelho de 1957, o autor continuou a escrever suas colunas diariamente e, no “Suplemento Dominical”, também por três domingos seguidos, 20 e 27 de julho e 03 de agosto de 1958, publicou “Ideologia e Poder”. Além deste ensaio, escreveu o artigo “Correspondência Apreendida”, em 21 de maio de 1958, vinculado na seção opinativa do jornal, denunciado a apreensão de uma correspondência sua remetida da França com um livro sobre Marx e Gandhi. Se em 1957 e 1958 Pedrosa escreveu mais de cem artigos por ano para o *Jornal do Brasil*, em 1959 e 1960 o total de artigos diminuiu porque ele passou a dividir a coluna *Artes Visuais* com Ferreira Gullar. Entrementes, aumentou consideravelmente seus textos políticos na página opinativa do jornal – entre eles, “Entreguismo e Nacionalismo”, de 02 de agosto de 1959, e “O Partido do Gabarito Curto”, de 1º de janeiro de 1960, recuperados por ele em seu livro de 1966 *A Opção Brasileira*. A colaboração do crítico com o *Jornal do Brasil* encerrou-se em 1961, ao ser nomeado por Jânio Quadros Secretário-Geral do Conselho Nacional de Cultura. Durante os poucos meses de 1961 em que permaneceu no *Jornal do Brasil*, restringiu-se a escrever sobre artes.

Pedrosa voltou a escrever regularmente para a imprensa somente em 1966, passando a colaborar novamente com o *Correio da Manhã*. Ao contrário de sua primeira passagem no jornal, não se responsabilizou pela coluna de crítica de artes, muito menos em escrever diariamente. Suas colunas passaram a ser semanais e eram vinculados no “Quarto Caderno”, encadernado apenas aos domingos no *Correio da Manhã*. Em um domingo Pedrosa escrevia sobre artes e em outro, política. Seu novo ciclo no jornal iniciou-se junho de 1966 e encerrou-se em outubro de 1968. O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) levou o jornalista a deixar de colaborar com o *Correio da Manhã* e, em 1970, a exilar-se novamente. Entrevistado por Kahns (1977, p. 35) para a *Folha de São Paulo* em 1977, quando voltou do segundo exílio, Pedrosa julga que “todo exílio é ruim”, mas “o primeiro foi pior porque a situação do mundo era terrível: o fascismo em ascensão, uma guerra se aproximando

e nós pobres oposicionistas, isolados”. E conclui que “o primeiro exílio foi pior nesse sentido, você não tinha como se situar. Agora não. Agora é uma crise geral mas não existe fascismo” (KAHNS, 1977, p. 35).

Voltando ao Brasil em 07 de outubro de 1977, Pedrosa retomou sua verve publicista, não mais com a mesma intensidade que tivera até 1968. Mas, assim como entre 1945 e 1968, escreveu sobre política, apoiando ideias e causas em que acreditava. No final da década de 1970 tratava-se de tornar a Abertura Política irreversível e, com tal intuito, procurou aproximar-se dos atores sociais que tinham condições de encaminhar a transição democrática com justiça e equidade. Deste modo, os poucos artigos do autor publicados na imprensa entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980 tentaram compreender o papel progressista da Igreja Católica na sociedade brasileira e a novidade representada pelo novo sindicalismo na história brasileira. Na *Folha de São Paulo*, Pedrosa publicou dois artigos sobre a Igreja: “A Grande Eleição”, em 27 de agosto de 1978; e “Os Bispos e a Marcha do PT”, em 23 de fevereiro de 1980. No *Jornal da República*, criado por Cláudio Abramo, Mino Carta e Raymundo Faoro em 1979, Pedrosa passou a defender a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em “O Futuro do Povo”, de 01º setembro, “Sindicato ou Partido?”, de 02 de outubro, “A Missão do PT”, de 05 de novembro, “Contra o Veto do João”, de 26 de novembro de 1979, e “O PT e o Estado”, de 12 de janeiro de 1980 – todos republicados em *Sobre o PT*, de 1980, seu quarto e último livro de política. Defesa iniciada em 1º de agosto de 1978, quando Pedrosa (1980, p. 13) fez divulgar pela imprensa uma carta aberta aodando Luís Inácio Lula da Silva a criar um partido socialista, aproveitando-se da oportunidade que seria criada pela “Emenda à Constituição que Fernando Henrique Cardoso, candidato ao Senado Federal pelo MDB”, acabara “de enviar à Presidência do MDB para que seu partido leve ao plenário do Congresso Nacional”. Com os militantes partidários reconhecendo a importância que o intelectual público Mário Pedrosa teve para a criação do partido liderado pelo operário Lula, Mário teve a honra de ser o primeiro a assinar o Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores, no Colégio Sion, de São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980. Singer (2001, p. 10) destaca que ele “teve a sorte de viver o suficiente para participar, na qualidade de homenageado, da realização do antigo sonho: ver surgir no Brasil, um amplo partido de esquerda dirigido por operários”. Essa produção intelectual como colunista será analisada e problematizada no próximo capítulo.

### 2.2.2 O criador de periódicos

Para tornar claro o sonho acalentado por Mário Pedrosa por décadas, deve-se voltar para a outra face do publicista – o criador de periódicos. Em “Sinais da Nova Geração: o papel dos intelectuais”, de 1941, Lins (1962, p. 93), ao comentar sobre o caráter efêmero “de revistas, de pequenos jornais, de publicações diversas, que aparecem e desaparecem numa espécie de ritmo irregular na passagem de gerador para triturador”, observa que a efemeridade do meio dissemina uma série de ideias que dá vida ao ambiente político e cultural, arejando tanto a produção literária quanto o pensamento político. Não obstante, Lins (1962, p. 93) verifica que “a literatura de permanência e duração precisa dessa vida literária efêmera no seu jogo incerto de cada dia”, uma vez que “as novas gerações lançam os seus primeiros sinais e marcam a sua presença nas letras puras ou na política ideológica” “por intermédio de revistas e jornais dessa espécie”. Assim que se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCB), Pedrosa fundou, conforme Astrojildo Pereira, “uma pequena revista marxista – *Revista Proletária*” (MARQUES NETO, 2001, p. 214), editada em janeiro de 1926, imediatamente suspensa pela polícia.

O primeiro periódico criado por Pedrosa a marcar a história da esquerda brasileira foi, entretanto, fundado em seguida a sua expulsão e de outros membros do PCB em 1929. Como exposto no início deste capítulo, ele voltou da Europa em 1929, trazendo o programa da Oposição de Esquerda liderada por Trotsky. De acordo com Coggiola (2003, p. 242), o jovem comunista “foi expulso do PCB devido às suas ‘ligações europeias’. Começou a trabalhar então para estabelecer vínculos entre a oposição brasileira e o movimento internacional”. Ele reuniu os ex-membros do Partido Comunista no Grupo Comunista Lenine (GCL) e passou a editar, a partir de maio de 1930, *A Luta de Classe*, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, embora o frontispício do jornal passasse a indicar Niterói, Belo Horizonte ou Juiz de Fora como locais de saída a partir de 1935, como forma de driblar a repressão política. Em 21 janeiro de 1931, data da morte de Lenin, o GCL alterou seu nome para Liga Comunista do Brasil e formalizou-se como Seção Brasileira da Oposição de Esquerda da Internacional. O grupo político liderado por Pedrosa modificou de nome sucessivamente: entre 1930 e 1931, Grupo Comunista Lenine; entre 1931 e 1933, Liga Comunista do Brasil; entre 1933 e 1936, Liga Comunista Internacionalista; entre 1936 e 1939, Partido Operário Leninista. Apesar das diversas denominações, o órgão oficial da Oposição de Esquerda no Brasil sempre foi *A Luta de*

*Classe*, que deixou de circular em definitivo em agosto de 1939, em seu quadragésimo quinto número, com Pedrosa já no exílio e prestes a romper em definitivo com Trotsky – posição expressa nos três artigos em inglês de 1940 citados anteriormente.

“Nossos Propósitos”, editorial do número de estreia de *A Luta de Classe*, saída a público em 08 de maio de 1930, expõe os objetivos principais do grupo político liderado por Pedrosa. Um objetivo visava a agitação e a organização do proletariado, aproveitando-se do momento favorável propiciado pela crise política gerada pela sucessão presidencial, que culminaria no movimento político-militar de 03 de outubro de 1930. O outro objetivo era apresentar os erros da direção do PCB, uma vez que o surgimento da Oposição de Esquerda decorria diretamente deles. Como exposto em “Nossos Propósitos”, *A Luta de Classe* “surge, hoje, no momento mesmo em que esses erros, atingindo a sua culminância, vieram tornar imprescindível a edição de um órgão de luta de classe” (ABRAMO; KAREPOVS, pp. 41-42). Constantemente “Nossos Propósitos” mantém a dialética entre a realidade social e o partido político, pois ela era necessária para demonstrar que os equívocos da direção do PCB eram causados por uma teoria incapaz de responder às contingências históricas. Consequentemente, para a dissidência comunista liderada por Pedrosa, a teoria do partido não conseguia interpretar a realidade social de modo a fornecer os instrumentos teóricos apropriados para o proletariado aproveitar-se da crise política e tentar intervir no processo social. *A Luta de Classe* “significa e representa”, nos termos de “Nossos Propósitos”, “a necessidade imediata de uma luta sem tréguas, intransigente, enérgica, implacável, contra a burguesia e seus privilégios de classe”, e é um esforço “contra todos os desvios ou deformações de que a direção do Partido Comunista vem sendo, nestes últimos tempos, uma espécie de casa editora atacadista, com importação e exportação, diretas e indiretas” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 42, grifo do original). Portanto,

Por meio de uma crítica fraternal, até onde for possível, mas, tenaz e, por vezes, violenta, até onde for necessária – a *Luta de Classe* seguirá desassombradamente o caminho que lhe indicaram as imposições históricas, apontando às massas a solução revolucionária do problema social e mostrando a diferença fundamental que existe entre a concepção “retalhista” de Revolução (por etapas ou a prestações) e a verdadeira concepção marxista do desenvolvimento histórico,

segundo a qual os acontecimentos se interdependem dialeticamente, marchando com o ritmo que lhes é próprio e não dando jamais a possibilidade de uma classe resolver os problemas da outra. Como se sabe, tem-se pretendido vulgarizar a ideia abstrusa de que o proletariado primeiro deve resolver os problemas nacionais da burguesia, para depois realizar a obra de sua libertação! A outra coisa, senão à traição mais evidente dos interesses vitais da classe operária, não podia conduzir a concepção estreitíssima de que a Revolução deva ser feita a retalhos. (ABRAMO; KAREPOVS, p. 43, grifos no original)

No mesmo tom, “Nossos Propósitos” aponta que o papel de *A Luta de Classe* era denunciar “a política dos golpes de força, a serviço de uma linha e, conseqüentemente, de uma finalidade oportunista”, não perdendo a oportunidade “de desmascarar todos os atentados à integridade dos princípios” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 44). Portanto, o órgão oficial da Oposição de Esquerda no Brasil objetivava “ventilar todas as questões que interessem diretamente ao proletariado e à sua organização”, se dirigindo “especialmente aos elementos ideologicamente mais íntegros, de fora e de dentro do Partido Comunista”, para chamá-los “à luta franca e decidida contra a burguesia e os seus servidores conscientes ou inconscientes” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 44). Para tal propósito, *A Luta de Classe* conta “com o apoio efetivo, moral e material, de todos esses elementos, a fim de que possam realizar mais eficientemente a obra que o movimento exige” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 44). Finalmente, a dissidência comunista liderada por Pedrosa tinha consciência que estaria colocada, “como um sanduíche”, na observação de Campos e Trindade (2008, p. 3), “entre a polícia política e os antigos camaradas do PCB”, sujeitando-se “a uma dupla repressão, pois os comunistas os viam como ‘renegados’, proibindo, internamente, todos os contatos com eles, e, externamente, delatando-os à polícia”. “E aqui estaremos sempre”, conclui “Nossos Propósitos”, “sob as ameaças de duas polícias, cada qual mais atrabiliária – a polícia interna do Partido Comunista e a polícia burguesa das ruas” (ABRAMO; KAREPOVS, p. 44).

Se o editorial do primeiro número de *A Luta de Classe* assinala a incapacidade do PCB de interpretar a crise política iniciada no fim do Governo Washington Luís, o início do movimento político-militar de 03

de outubro de 1930 levou Pedrosa a sistematizar uma análise da Revolução de 1930 em “Esboço de Análise da Situação Brasileira”, que seria publicado no sexto número de *A Luta de Classe*, de fevereiro/março de 1931. Redigido em conjunto com Lívio Xavier durante a Revolução de 1930, visto que os autores deram termo final à redação do texto em 12 de outubro de 1930, “Esboço”, ao estudar a conjuntura política para orientar a ação dos comunistas, tornou-se uma interpretação pioneira da formação social do Brasil. Pelo pioneirismo da análise de 1930, Pedrosa (1966b, p. 219) recuperou-a em seus primeiros livros de política, *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileira*, observando que “Esboço” colocava “certos problemas relativos à natureza mesma da burguesia brasileira que [...] ainda agora perturbam ou pelo menos prendem a atenção de sociólogos e economistas brasileiros de novíssima formação”.

Em maio de 1933, três anos após o lançamento de *A Luta de Classe*, Pedrosa criou *O Homem Livre*. Este periódico não estava voltado para o PCB, como era o caso de *A Luta de Classe*, mas para as diversas tendências da esquerda brasileira por visar reuni-las em um combate em comum contra o fascismo, em geral, e o integralismo, em particular. Na realização desse objetivo, porém, denunciava a orientação da Internacional Comunista a suas seções de que não deveriam formar uma frente única com outros setores da esquerda no combate ao fascismo. *O Homem Livre* era, fundamentalmente, antifascista. Como tentava atingir um público maior, o jornal não tinha a mesma preocupação teórica de *A Luta de Classe*. Se não havia espaço para análises mais detidas da realidade social, como no órgão oficial da Oposição de Esquerda no Brasil, *O Homem Livre*, ressalta Castro (2005, p. 69), apresentava qualidades técnicas e editoriais, “sua diagramação era profissional”, “era ilustrado com gravuras do artista plástico Lívio Abramo, utilizava-se dos serviços de agências de notícias internacionais” e tinha colunas de artes visuais, de cinema, de economia, de música, entre outras.

Responsável pela coluna de artes do jornal, Ferraz (1978, p. 1) lembra que com o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) no final de 1932 no cenário político brasileiro, redatores e repórteres do *Diário da Noite* temerosos do avanço do fascismo no Brasil se reuniram e fizeram uma coleta entre eles para lançar *O Homem Livre*, com Pedrosa indicando Ferraz para redator-chefe por ser “o menos pintado da turma”. Em seu livro de memórias *Depois de Tudo*, Ferraz (1983, p. 105) complementa as informações da entrevista concedida a *Folha de S. Paulo* em 1978: “Nas reuniões iniciais de *O Homem Livre* de

organização do grupo editor, resolveu-se que o melhor nome para figurar como diretor seria o meu, e que o Mário Pedrosa figuraria como secretário”. Ferraz (1983, p. 105) ressalta que “o que levou à escolha do meu nome, e foi dito claramente, era o fato de ser eu o ‘menos pintado’, para a polícia”. Além de nas primeiras reuniões ter se decidido pelos nomes do redator-chefe e do secretário-geral de *O Homem Livre*, decidiu-se que o diretor-gerente seria o advogado José Isaac Perez. “E com essa trinca inocente”, continua Ferraz (1983, p. 106), “registramos o jornal na Delegacia de Ordem Política, com o que *O Homem Livre* teve livre trânsito nas bancas de jornal, uma vez por semana”. A preocupação de Pedrosa em legalizar *O Homem Livre*, com os subterfúgios apontados por Ferraz para fugir da repressão política, acabou por tornar o jornal, na apreciação de Castro (2005, pp. 66-67), “o principal instrumento de contrapropaganda antifascista da esquerda paulista e o porta-voz da Frente Única Antifascista”.

A criação da Frente Única Antifascista (FUA), entretanto, tinha sido proposta pela Oposição de Esquerda no Brasil em janeiro de 1933. No mês seguinte, o grupo político liderado por Pedrosa participou de reuniões com o Comitê de São Paulo do Partido Comunista para debater como se daria o combate ao fascismo no Brasil. Enquanto não se decidia pela formação da FUA, a AIB, liderada por Plínio Salgado, dava demonstrações de força ao promover seu primeiro desfile público em São Paulo em abril de 1933. Côncios da necessidade de travar a luta ideológica com a extrema-direita através da contrapropaganda, Pedrosa e outros jornalistas do *Diário da Noite* lançaram o primeiro número de *O Homem Livre* em 27 de maio de 1933. Após a publicação do quinto número do jornal deu-se a fundação oficial da FUA, em 25 de junho de 1933, na Legião Cívica 05 de Julho. “*O Homem Livre* foi”, conclui Castro (2005, p. 74), “o principal instrumento de ação política da FUA, pois ele se constituiu no seu principal veículo de divulgação bem como seu mais importante veiculador de propaganda antifascista”.

“Contra o Fascismo”, editorial do número de estreia de *O Homem Livre*, não deixa dúvidas sobre os propósitos do jornal: “É contra o fascismo, cuja ideologia medieval hoje se apresenta com feições internacionalizantes, que é preciso lutar” (PEDROSA *et al.*, 1933, p. 1). Tendo como tarefa a divisão dos oprimidos, o fascismo fazia uso da demagogia para “iludir as populações atormentadas pelas contradições econômicas” (PEDROSA *et al.*, 1933, p. 1), segundo os redatores de *O Homem Livre*. Os fascistas manejavam a demagogia com “proporções ainda não conhecidas na história” (PEDROSA *et al.*, 1933, p. 1) através de um discurso genérico, de conteúdo vasto e contraditório, além de

audacioso em sua inépcia e ignorância. A análise da retórica fascista em “Contra o Fascismo” demonstra que *O Homem Livre* fora criado por Pedrosa e outros jornalistas do *Diário da Noite* como instrumento de contrapropaganda, em razão do fascismo travar a luta política no plano ideológico, manipulando habilmente os medos despertados pela crise econômica iniciada com o Crash de 1929. “É preciso mostrar diante dos desprevenidos, dos ingênuos e dos ‘hipnotizados’”, enfatiza “Contra o Fascismo”, “o vazio da sua propaganda demagógica; os crimes incríveis que se praticam na Alemanha contra a liberdade e contra a humanidade” (PEDROSA *et al.*, 1933, p. 1). Para os redatores de *O Homem Livre*, o fascismo era uma reação à democracia e à organização do proletariado. A democracia faliu para os fascistas porque ela não garantia mais “o poder ilimitado, os privilégios aristocráticos ameaçados pela crescente onda popular, cada vez mais consciente de seus interesses e de sua força” e, “justamente na época em que todas as premissas para o advento de uma forma mais alta de democracia” manifestava-se, a reação fascista fazia “sua aparição sobre o mundo” (PEDROSA *et al.*, 1933, p. 1). Portanto, “o programa de *O Homem Livre* é lutar pelos ideais democráticos, contra o fascismo” (PEDROSA *et al.*, 1933, p. 1). Se para a minoria fascista a democracia faliu, “para a imensa maioria a democracia ainda não faliu”, devendo lutar para não “ver de novo sobre a terra as fogueiras da inquisição, o predomínio de castas privilegiadas e a reescravização dos oprimidos (PEDROSA *et al.*, 1933, p. 1). Como observa Castro (2005, p. 73), *O Homem Livre* desqualificava o fascismo, em geral, e o integralismo, em particular, “recorrendo a argumentos ‘racionais’ e político-ideológicos”.

Ferraz (1983, p. 107) considera que, apesar de *O Homem Livre* ter encerrado sua atividade em 24 de fevereiro de 1934, quando o jornal chegou ao número 22, “desempenhou bem o seu papel, esclarecendo os que tiveram em mãos os seus exemplares, tudo que cabia dizer, acerca do integralismo, do fascismo e do nazismo, então em seu arranco inicial”. De acordo com Castro (2005, p. 63), “embora tenha tido uma breve existência”, *O Homem Livre* “contribuiu para articular o movimento antifascista na capital paulista” ao retirar o tema de seu confinamento no interior “da comunidade italiana radicada na capital paulista, desde o início dos anos 1920”. O jornal antifascista criado por Pedrosa e outros jornalistas do *Diário da Noite*, continua Castro (2005, p. 74), tornou-se uma “das várias estruturas de sociabilidade da intelectualidade antifascista paulista e carioca do triênio 1933-1935 na qual interagiram intelectuais antifascistas e progressistas” e militantes das diversas tendências da esquerda brasileira, tais como Oposição de

Esquerda no Brasil, Partido Comunista do Brasil (PCB) e Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em 1945, ao criar a *Vanguarda Socialista*, Pedrosa era um *outsider*, não estava mais à frente de nenhuma organização política. Durante seu exílio nos Estados Unidos, rompeu com Trotsky, líder da Oposição de Esquerda Internacional, afastando-se da Oposição de Esquerda no Brasil. Após o Pacto Molotov-Ribbentrop, firmado entre Hitler e Stalin em agosto de 1939, iniciou-se um debate acerca da natureza do Estado da União Soviética, levando à cisão do Socialist Workers Party (SWP). Pelo fato de parte significativa do Comitê Executivo Internacional da IV Internacional estar ligada ao SWP, a polêmica reverberaria no interior da IV Internacional. Ao partir do pressuposto que a União Soviética era um Estado operário degenerado, a maioria do SWP, encabeçada por James Patrick Cannon, sustentava que era preciso defender incondicionalmente a União Soviética, “em caso de ameaça por parte do imperialismo”, em função do que a “diferenciava dos países capitalistas”, conforme Dainis Karepovs (MARQUES NETO, 2001, p. 111), “as bases sociais do regime e, particularmente, a propriedade estatal”. Para a minoria do SWP, liderada por Martin Abern, James Burnham e Max Shachtman, “o pacto era um revelador da ‘natureza da União Soviética’”, continua Karepovs (MARQUES NETO, 2001, p. 111), “que impunha a revisão de uma série de postulados da IV Internacional sobre aquele país”. Como representante da América Latina no Comitê Executivo Internacional, Pedrosa tomou parte dos debates escrevendo “The Defense of the URSS in the Present War”, à favor da revisão dos postulados da IV Internacional sobre a União Soviética. “Com essa cisão”, lembra Pedrosa na entrevista concedida a *O Pasquim* em 1978, “fiquei do lado que perdeu”, “abandonei a ortodoxia trotskista e quando voltei pro Brasil estava querendo experimentar uma série de ideias novas”, sendo a principal delas “a criação de um partido socialista independente que não seguisse” a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 07 de abril de 1945, e “tentasse uma política diferente” (ATHAYDE, 1978, p. 7) do PCB, rechaçando o stalinismo. Seria através da *Vanguarda Socialista* que Pedrosa experimentaria suas ideias novas.

O primeiro número da *Vanguarda Socialista* circulou antes mesmo do fim do Estado Novo em 29 de outubro de 1945. Como evoca Ferraz (1983, p. 128) em suas memórias publicadas: “O primeiro número saiu numa sexta-feira, 31 de agosto, quando já o ditador havia engendrado o seu plano continuísta, lançando o PSD, e como candidato à presidência, o general Dutra”. A “estrutura de poder do Estado Novo”,

para usar os termos de Souza (1976, p. 41), moldaria o sistema partidário não só com a criação do Partido Social Democrático (PSD) em 17 de julho de 1945, para abrigar a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, quanto com a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 15 de maio de 1945, para atrair o proletariado. Em um quadro partidário marcado pelo poder exercido por Getúlio Vargas desde 1930, Pedrosa criou a *Vanguarda Socialista* para disseminar as bases ideológicas de um partido socialista que rechaçasse a liderança política de Vargas. Ferraz (1983, p. 128), no número de estreia do jornal, mancheteou a frase “a liberdade não soçobrará para que o socialismo triunfe”, retirada “de um dos artigos da primeira página, redigido por Mário Pedrosa”, no frontispício do jornal. No décimo número da *Vanguarda Socialista*, publicado em 02 de novembro de 1945, “os redatores da *Vanguarda Socialista*”, continua Ferraz (1983, p. 128, grifos no original), recorreram “à sentença de Luís Capeto para condenar Vargas: ‘Condenamos Getúlio Vargas pelo crime de ser ditador!’”. As duas frases destacadas por Ferraz expostas na capa do jornal sintetizavam os anseios de Pedrosa por um socialismo que não encarasse a democracia como um valor estritamente burguês.

A defesa da democracia por parte da *Vanguarda Socialista* levava em conta a experiência autocrática vivenciada pela esquerda durante o Estado Novo. Contudo, além da ditadura varguista, essa defesa também levava em conta a questão russa, que, para Loureiro (1984, p. 29), era “o ponto central da reflexão do grupo liderado por Mário Pedrosa, pois somente a partir da definição em face a ela o grupo” poderia formular “uma concepção positiva do socialismo”. Ao ambicionar entrelaçar o socialismo às liberdades democráticas, Pedrosa tomou uma posição radicalmente crítica face ao stalinismo. “O alvo da crítica ao bolchevismo”, nota Loureiro (1984, p. 29), era “a concepção de partido-vanguarda” a introduzir “nas massas proletárias a consciência vinda de fora delas”, em cujo bojo encontrava-se “uma nova forma de organização burocrática” que levaria à “hipertrofia do Estado, uma vez que essa concepção de partido (germe do totalitarismo)” presumia que não eram as massas com autonomia que geriam “a sociedade, mas o partido em nome das mesmas”. Para contrapor-se à concepção de partido-vanguarda, Pedrosa incorporou a de partido-classe de Rosa Luxemburgo, cuja organização não deveria ser centralizada e hierárquica para possibilitar ao partido expressar as experiências históricas das classes subalternas. Se *O Homem Livre* surgira logo após a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) para travar a luta ideológica com a extrema-direita, a *Vanguarda Socialista* foi criada para

travar a luta ideológica no interior do marxismo, tentando desvencilhar-lhe do stalinismo, cuja concepção de partido conduziu a União Soviética ao governo totalitário de Stalin. Em entrevista concedida ao Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP) em 1985, Edmundo Moniz, um dos artífices da *Vanguarda Socialista* conjuntamente com Pedrosa, sintetiza o esforço do jornal:

Depois do obscurantismo do Estado Novo, quando a censura era rigorosíssima, de fato ainda antes que Getúlio Vargas fosse deposto, pouco antes na verdade, a Vanguarda procurou abrir um amplo debate doutrinário, tendo o marxismo como base, no campo econômico, social, político, científico, filosófico, literário e artístico. O principal objetivo era abrir um largo debate sobre o socialismo. Procurava não ter nada de reformista ou revisionista [...]. Ao contrário, a Vanguarda queria discutir o marxismo sem a falsa ortodoxia que vinha sendo imposta pelo Partido Comunista, pelo stalinismo. Queríamos até mostrar que o marxismo era uma doutrina que podia ser desenvolvida, que era passível de novas aquisições. Às vezes eu penso que a Vanguarda tinha qualquer coisa da Escola de Frankfurt, mas longe do alheamento político que caracterizou a maioria de lá. Nós queríamos ter e tínhamos uma interferência na vida política brasileira. Nós éramos combativos, como eram os companheiros de São Paulo, como o Fúlvio, o Sacchetta, Aristides Lobo e tantos mais. Enfim, queríamos nos desprender das velhas fórmulas, trocando a letra morta pela realidade viva. Citando Goethe, Lênin dizia que “a teoria é seca, mas a árvore da vida é sempre verde”. Tínhamos necessidade de rediscutir tudo o que tínhamos discutido antes, e especialmente durante a clandestinidade a que nos obrigou o Estado Novo. (BRETON; TROTSKY, 1985, p. 129-130, grifos no original)

No primeiro número da *Vanguarda Socialista*, de 31 de agosto de 1945, Pedrosa expôs no editorial “Diretivas” suas motivações ao criar o semanário. Como o título indica, “Diretivas” apresenta o conjunto de princípios que orientariam o jornal: “*Vanguarda Socialista* [...] visa fazer a propaganda da ideia socialista e preparar, sem imediatismo ou

tempo marcado, quadros para o futuro” (PEDROSA, 1945, p. 1). Ao destacar logo no início do editorial que o trabalho em favor do socialismo seria em longo prazo, Pedrosa (1945, p. 1) ressaltava que a *Vanguarda Socialista* não era “um jornal de agitação para a massa”, mas “um jornal de vanguarda”, não se destinando a “lançar uma ideia, ou um objetivo exclusivo para uma multidão”, e repisá-la exaustivamente para a massa agir “em consequência dessa agitação”. O semanário foi criado para “lançar muitas ideias”, contribuindo para seus leitores organizarem-se orientados por “um corpo de ideias” a fim de realizarem “uma ação sistematizada e esclarecida” sobre as massas (PEDROSA, 1945, p. 1). Por ter como preocupação a formação teórica de seus leitores, a *Vanguarda Socialista* tentaria “desenvolver um trabalho de crítica e de construção” acerca do “movimento revolucionário ou reformista, comunista ou socialista, tal como evoluiu até hoje”, em razão da “necessidade de se reorganizar o movimento socialista proletário, nacional e internacionalmente, sobre novas bases, e começando tudo de novo” (PEDROSA, 1945, p. 1). Pedrosa (1945, p. 1) e seus colaboradores, portanto, não olhariam para nenhuma das revoluções ocorridas anteriormente “com olhos apoloéticos”, porque não aceitavam “nenhuma ideologia, muito menos as oficiais, como explicação desses grandes acontecimentos”, mesmo eles admitindo que “a revolução russa foi o maior acontecimento do século”.

Apesar da *Vanguarda Socialista* não ser “órgão de nenhum partido” e não estar “sujeita a nenhuma disciplina partidária”, era “um trabalho coletivo de vários companheiros irmanados por um mesmo ideal e mais ou menos estruturados pela mesma base cultural marxista” (PEDROSA, 1945, p. 1). Assim como seu idealizador, os colaboradores do jornal eram *outsiders*: “Os editores deste semanário também não pertencem a uma mesma organização política, acontecendo aliás que muitos deles não fazem parte de partido algum” (PEDROSA, 1945, p. 1). O editorial “Diretivas”, porém, não considerava que o esforço da *Vanguarda Socialista* era ambicioso e isolado, porque acreditava que o “processo do próprio pensamento marxista”, “na volta às suas origens”, no querer “renovar-se ao calor das formidáveis transformações de nossa época” (PEDROSA, 1945, p. 4), ocorria não só no Brasil mas possivelmente em outras partes do mundo. Pedrosa e seus colaboradores estavam certos de que a revisão do marxismo deveria partir do princípio de que a liberdade era condição *sine qua non* para o triunfo do socialismo, pois, sem ela, o socialismo não seria possível. No adendo ao editorial, Pedrosa (1945, p. 4) alertava que a *Vanguarda Socialista* dirigia-se, especialmente,

[...] aos jovens proletários e intelectuais que procuram o seu caminho através da confusão generalizada do presente. Aqui só não se aceitam carreiristas, os que têm como critério, para a “justeza” de linhas ou de doutrinas, a perspectiva de um triunfo próximo e cômodo. [...] Temos a consciência de que encetamos aqui uma luta contra a corrente, mas indispensável para que os valores fundamentais da cultura ocidental, fecundados pelo marxismo, e as conquistas decisivas do proletariado não desapareçam tragados pela onda totalitária que avança por toda parte. (PEDROSA, 1945, p. 4)

Ainda que lutando contra a corrente, a *Vanguarda Socialista* tornou-se um dos jornais políticos mais influentes na história da esquerda do Brasil. Em 1946, um ano após a fundação do jornal, foi criado o Partido Socialista Brasileiro (PSB), organizado, em parte, pelos intelectuais agrupados em torno de Pedrosa na *Vanguarda Socialista*. Ferraz (1983, p. 128-129, grifos no original) rememora que “da *Vanguarda Socialista* saiu o Partido Socialista Brasileiro, no ano seguinte”, e a atuação dele e de sua esposa Patrícia Galvão terminara porque “a *Vanguarda Socialista* estava consolidada”. Mesmo com a saída do casal, a *Vanguarda Socialista* continuou sendo publicada até 1949. Ao ser entrevistado por Loureiro (1984, p. 220), Oliveiros S. Ferreira acredita que “as ideias da *Vanguarda* frutificaram” (LOUREIRO, 1984, p. 220/216), aparecendo “muito do estilo de *Vanguarda*, do pensamento de *Vanguarda*, em alguns núcleos do PT”. “Aquela história da democracia, do partido de massas, quadros e massas fundidos, um relativo espontaneísmo”, conclui Ferreira, “era basicamente a crítica da *Vanguarda*, desmistificadora da União Soviética” (LOUREIRO, 1984, p. 216, grifo do original).

### 2.2.3 O escritor

O primeiro livro de Mário Pedrosa, *Arte, Necessidade Vital*, foi publicado em 1949. Remontando à observação de Lins (1962), Pedrosa publicou seu primeiro livro após ter marcado sua presença na crítica de arte, através de suas colunas publicadas diariamente no *Correio da*

*Manhã* a partir de 1946, e na política ideológica, através da criação de *A Luta de Classe*, *O Homem Livre* e *Vanguarda Socialista*. *Arte, Necessidade Vital* foi publicado pela Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, do Rio de Janeiro, e tratava-se de, nos termos da apresentação de Pedrosa (1949, p. 5), “uma coletânea de trabalhos sobre arte, escritos entre 1933 e 1948”. Portanto, além das colunas do *Correio da Manhã*, foram selecionados textos anteriores à profissionalização do autor enquanto crítico de arte. O segundo livro do crítico, *Panorama da Pintura Moderna*, foi publicado em 1952 pelo Ministério da Educação e Saúde para a coleção Os Cadernos de Cultura, sob direção de José Simeão Leal. Ao contrário de *Arte, Necessidade Vital*, o segundo livro do autor não era uma coletânea de trabalhos sobre arte, mas consistia em um ensaio inédito cuja preocupação era expor didaticamente sobre as vanguardas que marcaram a pintura moderna. O próximo livro de Pedrosa demoraria doze anos para ser publicado. Em 1964, o Ministério da Educação e Cultura publicou *Dimensões da Arte*, que, assim como o primeiro livro do autor, tratava-se de uma coletânea de trabalhos sobre a arte.

Somente depois de três livros dedicados às artes e de uma incessante produção intelectual ocorrida por meio de periódicos, Pedrosa publicou seus primeiros livros de política. Em 1966, ao publicar *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileira*, o intelectual vinha de um período em que se afastara da imprensa, não se responsabilizando por colunas desde sua saída do *Jornal do Brasil* em 1961. Os dois livros citados tinham como preocupação apreender o Golpe de 1964 através da compreensão das mudanças ocorridas no interior do imperialismo que levaram os Estados Unidos a se consolidarem como a grande potência do pós-Segunda Guerra Mundial e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro até 1964. Apesar dos dois temas serem tratados em volumes separados, eles estavam enredados para Pedrosa. Entretanto, ao procurar apreender as mudanças sofridas pelo capitalismo brasileiro com a expansão da industrialização, Pedrosa recuperou seu ensaio “Esboço de Análise da Situação Brasileira” em *A Opção Brasileira* pelo fato do ensaio redigido com Lívio Xavier em 1930 ter analisado a formação do capitalismo brasileiro e as contradições sedimentadas pelo seu desenvolvimento que levaram à crise política da década de trinta, cuja consequência seria a hipertrofia do poder executivo.

Pedrosa encontrava-se no exílio quando seu sexto livro foi publicado pela Perspectiva, na coleção Debates, dirigida por Jacob Guinsburg. Tratava-se de *Mundo, Homem, Arte em Crise*, onde Aracy Amaral reuniu alguns dos trabalhos sobre arte do colunista publicados

no *Jornal do Brasil*, entre 1959 e 1960, e no *Correio da Manhã*, entre 1966 e 1968, publicando-os em conjunto com “A Bienal de Cá para Lá”, que fora publicado por Ferreira Gullar em *Arte Brasileira Hoje*, editado pela Paz e Terra em 1973. Voltando do exílio, Pedrosa publicou em 1979 *A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo* pela Civilização Brasileira, mesma editora de seus dois primeiros livros de política. Em seu terceiro livro de política, o intelectual recuperou seu comentário e a tradução de Miguel Macedo de “A Revolução Russa”, de Rosa Luxemburgo, publicados entre 22 de março e 26 de abril de 1946 na *Vanguarda Socialista*. Ainda em 1979, Pedrosa publicou *Arte, Forma e Personalidade*, organizado por Otília Beatriz Fiori Arantes para a Kairós Livraria e Editora. Em 1980, ele reuniu os artigos que publicara no *Jornal da República*, entre 1979 e 1980, defendendo a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em *Sobre o PT*, pela Ched Editorial. Um ano depois, Aracy Amaral voltou a reunir trabalhos sobre arte de Pedrosa para publicar na coleção Debates da Perspectiva. *Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília* de 1981 foi, portanto, o último livro publicado por Pedrosa em vida.



### 3 A ATUAÇÃO INTELLECTUAL DE MÁRIO PEDROSA NA IMPRENSA ENTRE 1945 E 1968

Entre 1944 e 1968, Mário Pedrosa foi colunista do *Correio da Manhã* (dezembro de 1944 a julho de 1951), de *O Estado de S. Paulo* (janeiro de 1950 a outubro de 1956), da *Tribuna da Imprensa* (agosto de 1951 a outubro de 1956), do *Jornal do Brasil* (janeiro de 1957 a novembro de 1961) e novamente do *Correio da Manhã* (junho de 1966 a outubro de 1968). A linha editorial de todos os jornais era liberal, enquanto a trajetória política e intelectual de Pedrosa estava marcada pelo socialismo e pelo marxismo, como vimos no capítulo anterior. Assim, se faz necessário reconstruir a história ideológica desses jornais desde sua fundação até 1968 para verificar a posição deles em relação aos poderes constituídos, dotando cada contexto político de sentido para apontar os momentos em que Pedrosa ocupava um espaço determinado em cada jornal, como colunista de artes visuais e/ou articulista político.

#### 3.1 CIRCUNSCREVENDO O CAMPO DE ATUAÇÃO DE MÁRIO PEDROSA

Antes do Golpe de 1964, o *Correio da Manhã* foi o mais influente politicamente deles. Liberal, fora favorável à liberdade democrática e à Constituição de 1946. Não sem contradições, podendo assumir posições anticonstitucionais. Mesmo sendo conservador, privilegiava a circulação de ideias novas e sua redação abrigava intelectuais de diversos espectros políticos, com os socialistas tendo mais espaço em função de seu antifascismo, lembra Edmundo Muniz em depoimento dado em 1980 e coletado por Caldieri (2001). O ideário de *O Estado de S. Paulo* também foi o do liberalismo, como anotaram Capelato e Prado (1980). Suas investidas contra a ordem constitucional foram mais frequentes do que as do diário carioca, por causa da ligação orgânica de seu proprietário Júlio de Mesquita Filho com a União Democrática Nacional (UDN). As campanhas da direita no período democrático sempre foram as suas, embora o limite fosse dado por seu antifascismo, destaca Kucinski (1975) no centenário do matutino paulista.

Apesar de a tiragem da *Tribuna da Imprensa* ser uma das menores da grande imprensa, as vicissitudes do liberalismo eram mais acentuadas em suas páginas. Pertencera a Carlos Lacerda, um dos jornalistas mais populares do Brasil e uma das lideranças udenistas. Assim como a linha editorial dos periódicos anteriores, a sua alinhava-

se, na generalização de Laurenza (1998), ao capital estrangeiro, aos proprietários da terra e aos profissionais liberais. Mas a avaliação de Kucinski (1975) acerca de *O Estado de S. Paulo* pode ser estendida à *Tribuna da Imprensa* e também ao *Correio da Manhã*, indo além dos interesses imediatos de classe, produziram suas ideologias e posições políticas. Como vanguarda das classes dirigentes, frequentemente os três jornais voltaram-se contra o poder que ajudaram a implementar. O *Jornal do Brasil* temperou seu liberalismo com a *Realpolitik* – no caso de uma empresa capitalista, a seus interesses econômicos imediatos. Tendendo a ser moderado na oposição, não era incomum sustentar medidas antidemocráticas dos governos eleitos que apoiara.

A fundação dos periódicos em que o pensamento pedrosiano circulou enquanto colunista delineia as especificidades da doutrina liberal de cada um deles. Lançado em 1875, *A Província de São Paulo* resultou de uma aliança entre burguesia cafeeira, profissionais liberais a ela vinculados e jornalistas abolicionistas e republicanos. Dois anos antes, na Convenção de Itu organizara-se o Partido Republicano Paulista (PRP) e a linha editorial do diário verbalizou a campanha de oposição a Dom Pedro II. Na gênese de *O Estado de S. Paulo* conjuga-se a ideologia liberal-republicana das classes dirigentes com a causa abolicionista. A síntese se expressa na oposição do jornal à burguesia cafeeira quando seu setor escravocrata exigiu indenização pela perda de mão de obra escrava com a Abolição de 1888. Júlio de Mesquita era o tradutor das “novas necessidades políticas trazidas pela diversificação econômica e social da província de São Paulo, onde o capitalismo cafeeiro dinamizava a economia rural e urbana, lançando as bases do processo de industrialização”, nas palavras de Kucinski (1975, p. 5) ao refletir sobre a aliança de classes na base do empreendimento jornalístico.

Fundado em 1891, a linha editorial do *Jornal do Brasil* deu voz aos opositores monarquistas da recém-instaurada República. Inicialmente, as críticas eram moderadas, mas foram subindo de tom com a participação ativa de Joaquim Nabuco na redação. Vendido em 1893, o matutino mudou sua linha editorial ao Rui Barbosa assumir sua direção. Embora se alinhando aos republicanos no campo liberal, continuou na oposição, ao qualificar o Governo de Floriano Peixoto de ditatorial. A repressão foi mais dura que a sofrida anteriormente por causa de Nabuco; Rui Barbosa exilou-se na Inglaterra e o jornal ficou mais de um ano fora de circulação. Voltaria a circular em 1894, apresentando-se como defensor das causas populares, ao tratar das questões cotidianas que afetavam a população em geral dentro de uma

perspectiva conservadora, por não se identificar com os movimentos organizados que questionavam a ordem estabelecida, observa Luca (2013). Se *O Estado de S. Paulo* colocou-se como agente transformador desde sua fundação, o *Jornal do Brasil* definiu-se pela moderação após dois reveses políticos em seu início.

Em 1901, o *Correio da Manhã* passou a circular com a república oligárquica, consolidando-se depois de os militares se afastarem do exercício direto do poder em 1894, quando Prudente de Moraes assumira a presidência da república. Surgiu na oposição ao presidente Campos Sales, que procurava angariar simpatias da imprensa por razões de Estado – justificaria em suas memórias de 1908 *Da Propaganda à Presidência da República*. Manteria sua linha editorial oposicionista, sendo uma voz dissonante nos próximos anos, a ponto de não se opor à Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922. Apoiando-se nos editoriais de seu proprietário Edmundo Bittencourt, Andrade (1991, p. 68) indica que o matutino caracterizou-se por ser antioligárquico, denunciando “constantemente as falhas, as faltas, como também as corrupções que grassavam entre os meios governamentais”.

A tomada de posição do *Correio da Manhã* perante o debate público diferenciava-se no campo liberal por ter surgido em oposição à oligarquia. Doutrinariamente estava mais próximo de *O Estado de S. Paulo* do que do *Jornal do Brasil*, mas sua autonomia perante a burguesia cafeeira era maior. A posição política dos três jornais definia-se conforme a leitura que faziam do cenário político na defesa da democracia liberal e do capitalismo. Estando em jogo este, aquele deixava de ser um princípio pétreo do campo liberal.

A *Tribuna da Imprensa* foi criada no contexto histórico em que Mário Pedrosa destacou-se no colunismo. Porém, seu proprietário, Carlos Lacerda, fora colunista do *Correio da Manhã*, como Pedrosa. Criada para acompanhar os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946, sua coluna *Da Tribuna da Imprensa* tornar-se-ia uma “crônica dos novos tempos democráticos vividos pelo Brasil”, avalia Laurenza (1998, p. 41). Também levaria Lacerda a ser o jornalista mais lido no Rio de Janeiro já em 1947. Além do capital cultural, tinha capital político como líder da UDN e abriu uma subscrição pública para criar seu vespertino em 1949. Apesar da mobilização de políticos udenistas e de intelectuais católicos, a organização da *Tribuna de Imprensa* era mais personalista do que os três periódicos anteriores. Observando o centralismo de perto, Chagas (2000, p. 591) lembra que Lacerda “decidia qual a manchete e diagramava a primeira página, escrevia artigos e editoriais, mudava

reportagens, transplantava colunas e imprimia o seu toque pessoal em todas as páginas”.

As vicissitudes do liberalismo pós-Estado Novo eram mais acentuadas no vespertino lacerdista por sua criação estar ligada diretamente à reconfiguração da luta de classes gestada desde a Revolução de 1930. Sua ligação era mais orgânica à classe média urbana do que à burguesia industrial. Na diferença encontra-se a razão da linha editorial da *Tribuna da Imprensa* estar mais alinhada a *O Estado de S. Paulo* do que ao *Correio da Manhã*. Embora no campo liberal, a flutuação do *Jornal do Brasil* deve-se ora a momentos em que aglutinou grandes nomes da intelectualidade e da política, ora a momentos de orientação mais comercial, na percepção de Ferreira (1996).

Intérprete de primeira hora da Revolução de 1930, o próprio Mário Pedrosa, em “Esboço de Análise da Situação Brasileira”, redigido em conjunto com Lívio Xavier, nota que ela foi produto de uma cisão no interior das classes dirigentes. *O Estado de S. Paulo* mais do que os outros periódicos reflete as disputas no seio da oligarquia. Em 1926, dissidentes do PRP e políticos independentes fundaram o Partido Democrático (PD). A seu serviço, afirma Martins (2006), esteve o diário paulista. Setores da oligarquia descontentes com a política oligárquica aproximaram-se do campo oposicionista.

A linha editorial de *O Estado de São Paulo* estava mais próxima do *Correio da Manhã* no contexto pré-revolucionário do que a do *Jornal do Brasil*. Um jornal fundado para difundir o republicanismo no período imperial e um dos construtores da república oligárquica alinhava-se a outro criado para opor-se radicalmente às oligarquias até mesmo na apreciação de Sodré (1966). Doutrinariamente, o liberalismo foi usado para criticar políticos liberais responsáveis pela construção de uma república marcada pelo autoritarismo desde o início. Com o mais completo parque gráfico do país, o *Jornal do Brasil* mudaria sua linha editorial com Assis Chateaubriand em 1919. O matutino alinou-se ao liberalismo econômico, defendendo a internacionalização cada vez maior da economia brasileira, revela Moraes (2011) em sua biografia de Chateaubriand. Sem perder a moderação, o *Jornal do Brasil* tendia a aproximar-se da oposição, onde o *Correio da Manhã* fincara pé já em sua fundação e *O Estado de S. Paulo* colocava um de seus pés.

O dissenso revela-se ao se tomar uma posição política ante o debate público. Como doutrina, o liberalismo fornece o vocabulário para interpretar a realidade, não as posições que os atores ocuparão no campo conforme sua leitura do jogo político. Com exceção do *Jornal do Brasil*, os outros dois periódicos apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas pela

Aliança Liberal em março de 1930. Derrotado pelas oligarquias situacionistas, *O Estado de S. Paulo* denunciou as fraudes eleitorais. De imediato, sua posição não avançaria, manteve distância da operação militar liderada pelo candidato derrotado. Após a deposição de Washington Luís em 24 de outubro, aderiu à Revolução de 1930 e no dia seguinte noticiou aliviado que o Brasil respirava, conforme Pilagallo (2002). *O Correio da Manhã*, por sua vez, apoiou o movimento armado.

Já o *Jornal do Brasil* seria empastelado e deixaria de circular por quatro meses. Um sinal de que a imprensa liberal seria alijada do poder que ajudou a implementar e de que o programa aliancista seria desfigurado. Se os liberais descontentes com a república oligárquica afastaram-se do governo deposto, tenderiam a se reaproximar da oligarquia derrotada em outubro. A imprensa afastar-se-ia de Vargas à medida que ele se revelou mais autoritário do que liberal. Pilagallo (2012, p. 93) nota que “as duas tendências contraditórias conviviam na aliança que derrotara a República Velha. A força política do movimento não vinha de sua unidade interna, mas do inimigo comum, a oligarquia”. A operação militar fortaleceu o autoritarismo militar dos tenentes diante do liberalismo dos civis. A maior frieza de *O Estado de S. Paulo* em relação ao movimento armado é mais tática do que o adesismo do *Correio da Manhã* na medida em que a Aliança Liberal conciliou projetos excludentes e a tomada do poder pela força das armas iria enfraquecer os liberais e seu programa de reformas.

Em seguida ao empastelado, o *Jornal do Brasil* manteve-se mais próximo de Getúlio Vargas. *O Correio da Manhã* conviveu com o autoritarismo moderando seu discurso oposicionista. Em entrevista publicada por Andrade (1991, p. 108), Luiz Alberto Bahia recorda da importância da amizade do redator-chefe Costa Rego com o ditador para manter uma “oposição moderada, sutil”, não ameaçando a estabilidade da empresa jornalística. A oposição mais radical coube a *O Estado de S. Paulo*. Contrariando os liberais paulistas, Vargas nomeou um interventor militar nordestino para São Paulo – o coronel João Alberto. A expectativa do Partido Democrático (PD), da base da Aliança Liberal, era ver o posto sendo ocupado por um civil de origem paulista. O matutino contemporizou por seu redator-chefe Plínio Barreto ser nomeado para a secretaria da Justiça; simultaneamente outros membros do partido ocuparam outras secretarias do governo provisório. Todos renunciariam em pouco mais de um mês. O jornal veio a se opor abertamente ao governo federal em janeiro de 1931, quando do empastelamento do *Diário Nacional*, do PD, por ordem do interventor

João Alberto. A pressão surtiu efeito e em julho Plínio Barreto seria indicado por Vargas para assumir a interventoria. Os tenentes vetaram.

As posições tomadas por *O Estado de S. Paulo* refletem a tensão entre o liberalismo e o tenentismo. Vargas esperava o jogo político definir-se para escolher seus aliados para manter-se no poder. Indefinido, flutuava entre os liberais e os tenentes. Em março de 1932, o diário deixou claro que estava se posicionando no campo oposicionista ao afirmar em editorial que o país vivia sob uma ditadura, observa Pilagallo (2012). Herdado em 1927 pelos filhos de Júlio de Mesquita, sua direção estava envolvida desde fevereiro nas articulações que desembocariam na Revolução Constitucionalista. Os liberais reaproximaram-se da oligarquia ao se afastarem de Vargas. Preservando o liberalismo como doutrina, os atores políticos reposicionam-no em nome da manutenção da ordem capitalista, passando a defender atos que, em princípio, não defenderiam. A Revolta Comunista de 1935 é emblemática por *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* novamente apoiarem o governo, para posteriormente sofrerem as consequências do autoritarismo que defenderam na repressão aos comunistas. Vargas daria um golpe em 1937 e se manteria no poder até 1945.

A partir da Revolução de 1930, Getúlio Vargas procurou controlar a imprensa. A censura institucionalizou-se com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939. No ano seguinte seria designado um preposto do DIP para assumir a direção de *O Estado de São Paulo*, com seu proprietário Júlio de Mesquita Filho indo para o exílio, após diversas prisões. Voltando a circular durante o governo provisório, o *Jornal do Brasil* passou por grave crise financeira. Foi reestruturado pelo novo diretor-financeiro José Pires do Rio em 1934, tornando-se mais popular por causa de seu caderno de classificados, na observação de Fonseca (2008), até a morte do jornalista quase duas décadas depois. O protagonismo pelo fim da censura e, posteriormente, do Estado Novo coube ao *Correio da Manhã* e a Carlos Lacerda.

Como *freelance*, o jornalista entrevistou José Américo de Almeida sobre a situação política nacional. O entrevistado fora ministro de Vargas e um dos presidenciáveis das eleições frustradas de 1938 e suas palavras poderiam abalar a base do Estado Novo. Na entrevista, reivindicou eleições diretas e o fim da censura. O *Diário Carioca* iria publicá-la, mas recuou por temer a ação do DIP. Lacerda e José Américo distribuíram-na a vários jornais no intuito de dificultar a ação do governo por tornar a punição coletiva, destaca Moraes (2011). O

*Correio da Manhã* publicou a entrevista em 22 de fevereiro de 1945, sendo o único diário a cumprir o acordo. Instalou-se um clima de desobediência a Vargas e nos dias seguintes a entrevista seria reproduzida por outros jornais.

Concomitantemente, intelectuais reunidos no I Congresso de Escritores, em São Paulo, fariam coro às exigências do entrevistado. O discurso oposicionista tornou-se hegemônico na imprensa. Sob intervenção, *O Estado de S. Paulo* foi uma exceção. Seria devolvido a seus proprietários legítimos logo após as eleições de dezembro. Sua experiência traumática no Estado Novo, avalia Kucinski (1975), incorporou-se a seu antifascismo. Com a avaliação estendida ao *Correio da Manhã*, o vocabulário liberal é mobilizado no período democrático de modo distinto pela imprensa conforme a leitura que faz do getulismo e do comunismo para as disputas políticas.

Assim como fizera com os liberais e os tenentes, Getúlio Vargas tentava dar as cartas do jogo político. Nos anos 1930, negociara entre aliados com projetos excludentes; em 1945, tentava controlar a transição ao ceder à oposição mantendo o controle da máquina estatal. Já em fevereiro baixou a Lei Complementar nº 9, prevendo eleições em 90 dias. Contudo elas seriam marcadas com o Código Eleitoral de maio; para a presidência da república e para o parlamento nacional em dezembro e para os governos e assembleias nacionais em maio do próximo ano.

A oposição criou a União Democrática Nacional (UDN), reunindo de liberais a socialistas – posteriormente parte destes teria sua trajetória política ligada diretamente a Mário Pedrosa no Partido Socialista Brasileiro (PSB) a partir de 1947 e a trajetória intelectual de alguns daqueles cruzariam com a de Pedrosa na imprensa; especialmente a de Carlos Lacerda. Da base governista surgiu o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com a anistia, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) retornou à legalidade. Ao contrário de 1935, apoiando Vargas, enquanto os udenistas exigiam seu afastamento do governo para a transparência das eleições. Dias antes do pleito eleitoral, uma ação militar derrubou o ditador e pôs fim ao Estado Novo. A UDN concorreu com o brigadeiro Eduardo Gomes, o PSD com o general Eurico Gaspar Dutra e o PCB com o engenheiro Iedo Fiúza, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) de 1937 a 1945. Somente uma semana antes das eleições Vargas e o PTB, partido que escolhera para se filiar, declararam apoio ao general Dutra.

O que *O Estado de S. Paulo* representa para a transição do império para a república, o *Correio da Manhã* simboliza para a transição democrática: o protagonismo da imprensa na história brasileira. Administrado por Paulo Bittencourt desde 1929, o matutino carioca foi pró-brigadeiro, apesar de, lembra Andrade (1991), manter relações mais com políticos do PSD do que da UDN. Não poupou críticas ao presidenciável do PSD. No editorial “Razões de Desconfiança”, afirmou que Dutra defendia a democratização por oportunismo, aproveitava-se “das novas condições política para alcançar o poder e, em seguida, restabelecer o regime ditatorial que havia arquitetado conjuntamente com Vargas”, observa Silva (2009, p. 154) em sua pesquisa apoiada em fontes primárias. A retórica do *Correio da Manhã* nas Eleições de 1945 predomina no período democrático: Getúlio Vargas é uma ameaça ao processo democrático. Retornando às mãos de Júlio de Mesquita Filho após as eleições, *O Estado de S. Paulo* se posicionaria ao lado do *Correio da Manhã* no acompanhamento da apuração dos votos, torcendo pela vitória da UDN.

A luta pela democratização tornou-se hegemônica e o *Jornal do Brasil*, em seu apoio ao PSD, também a defendeu. Mas as posições tomadas durante o jogo político revelam que a defesa da democracia seria mais instrumental do que um fim. Se a intransigência da retórica oposicionista escamoteava as contradições do processo político, apontava que o poder era condição *sine qua non* para a efetivação de um projeto político. Destarte, um governo eleito democraticamente poderia tomar medidas autoritárias para aprofundar seu domínio político e a oposição seria capaz de defender meios antidemocráticos para chegar ao poder. Bem como o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* acreditava que se alcançaria a democracia através da realização de eleições livres, de uma nova constituição liberal, eliminando os resquícios da ditadura, aponta Silva (2009). Eleito o general Eurico Gaspar Dutra, apoiou suas medidas autoritárias contra os comunistas. Em maio de 1947, o registro do PCB foi cassado e o Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos; em janeiro do ano seguinte, os mandatos dos comunistas seriam cassados. Em conjunto com o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética, as medidas alinhavam o governo aos Estados Unidos na Guerra Fria.

Derrotados nas eleições de 1945, o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* reconheceram a vitória do general Dutra, embora enfatizassem o seu risco para o processo democrático. Silva (2009, p. 157) observa que eles julgaram a candidatura udenista vitoriosa por ela ter “contribuído com a discussão democrática e organizado as forças

oposicionistas contra o Estado Novo”. Também apontaram a importância do campo liberal para a democratização, ao forçar o ditador a convocar eleições e ao articular com os militares sua deposição. Ao contrário da Revolta Comunista de 1935, ambos os periódicos não apoiaram as medidas autoritárias contra os comunistas. Consideraram-nas um ataque ao regime democrático.

Em depoimento de 1979, coletado por Caldieri (2001, p. 214), Edmundo Muniz lembra que o *Correio da Manhã* “defendeu a legalização do Partido Comunista e combateu o Dutra, quando ele propôs a ilegalidade do partido”. Quando o jornal do PCB *Tribuna Popular* foi empastelado pelo governo, o matutino de Paulo Bittencourt afirmou que a democracia estava sofrendo um golpe em razão da liberdade de imprensa ser um princípio democrático e sustentou que em uma democracia não se negava “a liberdade de expressão e de pensamento aos órgãos comunistas”, nota Silva (2009, p. 199). Por ter tido a mesma posição, José Mesquita Filho foi chamado de agente de Moscou por Assis Chateaubriand, conforme Morais (2011). Chateaubriand simplesmente estava ignorando o anticomunismo de *O Estado de S. Paulo*, também marcante no *Correio da Manhã*. Ambos os periódicos estavam alinhados à UDN, partido que se opôs às manobras do PTB para cassar o PCB. O campo oposicionista foi organizado pelos liberais no período democrático, cuja maior representatividade partidária era a UDN. Sem alternativa, combatia-se o getulismo aproximando-se do liberalismo e do udenismo.

O cenário político não mudaria muito nos anos seguintes. O centro gravitacional da política nacional era mais Getúlio Vargas do que o comunismo. De um lado, o PCB seguidamente alinhava-se a Vargas e a seus herdeiros políticos; de outro, o campo liberal defendeu os comunistas quando foram perseguidos em uma manobra do PTB, que disputava a mesma base social do PCB. A retórica anticomunista era usada para a defesa da ordem capitalista ou para sustentar meios antidemocráticos para se alcançar o poder. Reconhece-se a doutrina dos atores políticos pelo seu vocabulário não por suas posições no jogo político. Doutrinariamente, *O Estado de S. Paulo*, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* defendiam o liberalismo. Mobilizavam o liberalismo na defesa de suas posições políticas, conquanto não fosse incomum estarem em campos opostos. Com Vargas voltando à presidência da república por eleições livres em 1950, o jogo político tornou-se mais dramático. Venceu enfrentando a oposição da maioria da imprensa; venceu porque a estrutura formada por ele a partir da Revolução de 1930 foi determinante para a formação da nova ordem, na compreensão de

Souza (1976) em seu estudo clássico sobre o Estado e os partidos políticos de 1930 a 1964.

A *Tribuna da Imprensa* foi criada em 1949 como trincheira antigetulista e anticomunista. Quatro meses antes das eleições presidenciais de outubro deixava claro seu radicalismo ao estampar em suas páginas que “Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”, cita Laurenza (1998, p. 54-55). Já em janeiro de 1951 o vespertino lacerdista e *O Estado de S. Paulo* iniciaram uma campanha para impedir a posse do ex-ditador.

Em aparte na Câmara, o deputado udenista Aliomar Baleeiro alegou que a posse de Vargas seria legítima se tivesse alcançado maioria absoluta dos votos. Uma manobra anticonstitucional na medida em que a Constituição de 1946 falava que o candidato seria declarado vencedor bastando obter a maioria dos votos. Tese defendida pela *Tribuna da Imprensa*, por *O Estado de S. Paulo* e pelo *Correio da Manhã*, nem tanto pelo *Jornal do Brasil*, por seu quase alheamento do jogo político. A oposição se acirrava conforme o governo sofria acusações seguidas – como a da CPI da *Última Hora*, diário criado com apoio de Vargas e financiamento do Banco do Brasil, e o atentado sofrido por Lacerda a mando de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente da república. Os periódicos comandados por Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Bittencourt manobram para derrubar Vargas até às vésperas de seu suicídio. Ao consultá-los, Abreu e Lattman-Weltman (1994) notam que o segundo deles levou sua oposição ao limite ao não dar a primeira página para noticiar o suicídio do presidente da república.

O campo liberal, porém, não deixou de apoiar alguns projetos pontuais do Executivo, remetidos ao Congresso, e às vezes forçou o governo a adotar medidas mais à esquerda do espectro político do que à direita. Em dezembro de 1951, Getúlio Vargas propôs a criação da Petrobrás em regime de economia mista, com 51% das ações sendo controladas pelo governo. O deputado udenista Bilac Pinto apresentaria um substitutivo em junho de 1952 determinando o monopólio estatal da produção de petróleo, menos na distribuição de derivados.

No mesmo ano, o senador udenista Ferreira de Sousa apresentou o projeto de lei para viabilizar a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Um órgão para elaborar análises de grandes projetos estratégicos e para fomentar a política de industrialização era considerado importante até pela UDN. Como

lembra Neto (2014), biógrafo de Vargas, jornais oposicionistas fizeram campanha pela aprovação do projeto. Não por acaso o *Correio da Manhã* foi um deles, por ter ligações com a burguesia industrial, beneficiária da exploração do petróleo como o grupo Soares Sampaio-Correia e Castro que controlava a Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A. O nacionalismo atravessava todo o espectro político, assim como o anticomunismo. Só que o antigetulismo era organizado pelo campo liberal, dificultando a ação política autônoma dos socialistas contra Vargas e seus herdeiros.

Enquanto Getúlio Vargas comandava o jogo político, a linha editorial do *Correio da Manhã*, de *O Estado de S. Paulo* e, posteriormente, da *Tribuna da Imprensa* estava alinhada. Após o suicídio do ex-ditador, em agosto de 1954, ocorreu um reposicionamento no campo liberal em razão de os atores políticos interpretarem de modo distinto a herança getulista. A convergência entre os três periódicos se desfez no processo de sucessão presidencial. Enquanto Juscelino Kubitschek articulava sua candidatura pelo PSD, os militares vetaram-na em janeiro de 1955 por ele ser herdeiro de Vargas e propuseram o lançamento de um candidato civil de união nacional. Se não bastasse a resistência interna, sofreu com a oposição intransigente de Carlos Lacerda e das Forças Armadas. Também ouviu um pedido do presidente Café Filho para recuar e não se candidatar.

A *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo* retrataram-no como um risco à estabilidade do regime democrático. O *Correio da Manhã*, por sua vez, manteve-se neutro. Em depoimento a Andrade (1991), Luiz Alberto Bahia afirma que Paulo Bittencourt apoiava discretamente Kubitschek. Em agosto, o general Canrobert Pereira da Costa, Presidente do Clube Militar e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, falou que as eleições livres eram uma “mentira democrática” por estarem sendo regidas sob influência do suicídio de Vargas. O discurso foi publicado na íntegra na *Tribuna da Imprensa* e Lacerda passou a defender em seu vespertino a “adoção do regime parlamentarista (com um militar ocupando o posto de primeiro-ministro), o adiamento das eleições para janeiro de 1956, a dissolução do Congresso e a convocação de uma nova Constituinte”, anota Delgado (2006).

Lacerda forçava o campo liberal a defender a quebra da legalidade, mesmo sob críticas da UDN. *O Estado de S. Paulo* estava alinhado à campanha lacerdista desde o início; já o *Correio da Manhã* não. Álvaro Lins e Augusto Frederico Schmidt tentaram convencer Paulo Bittencourt a enfrentar os militares, mas ele prometeu que

enfrentaria se Kubitscheck fizesse o mesmo. Os dois jornalistas articularam e Dourado (2000) lembra em suas memórias que sugeriu a frase que seria atribuída ao candidato do PSD e ganharia a manchete no *Correio da Manhã*: “Deus poupou-me o sentimento de medo”.

Juscelino Kubitscheck ganhou as eleições de outubro de 1955 com seu partido dividido e em um clima mais favorável à quebra da legalidade por causa do posicionamento das Forças Armadas. Em razão de o candidato eleito ter recebido 44% dos votos, a tese da maioria absoluta usada anteriormente voltou; ao contrário do posicionamento em relação à cassação do PCB em 1947, o anticomunismo foi usada para deslegitimar as eleições, ao alegar que a diferença de 500 mil votos do segundo colocado Juarez Távora para Kubitscheck devia-se ao apoio do ilegal PCB. Os argumentos lançados na *Tribuna da Imprensa* ressoavam em *O Estado de S. Paulo*, dando sinal que o campo liberal não era mais o mesmo após o suicídio de Getúlio Vargas. Os liberais continuariam a organizar o campo oposicionista até 1964, tendendo, agora, a se situar mais à direita do espectro político, com o acirramento da Guerra Fria. Do mesmo modo, eles mobilizavam de modo distinto seu vocabulário quando se tratava de interpretar a herança getulista.

A retórica cabia à imprensa, a ação aos militares: o general Henrique Teixeira Lott, que também vetara o candidato do PSD em conjunto com outros militares de alta patente, deu um golpe militar para garantir a posse do presidente eleito em novembro. O *Correio da Manhã* apoiou, a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo*, não. O “limite factual” da Novembrada é o “expediente da intervenção militar”, cujos sentidos atribuídos a ele mudam conforme “os posicionamentos circunstanciais em jogo”, por não haver “contradições entre o recurso a perspectivas de reconhecido matiz liberal e o recurso à intervenção militar e à quebra dos procedimentos legais estabelecidos pela Constituição de 1946”, argumenta Biroli (2003, p. 270). Juscelino Kubitscheck assumiu no final de janeiro de 1956 e militares revoltosos tentariam derrubá-lo duas semanas depois. O estado de sítio permanecia, a censura prévia recrudescia e o *Correio da Manhã* novamente alinhava-se à *Tribuna da Imprensa* e a *O Estado de S. Paulo*. No mesmo ano, o *Jornal do Brasil* reestruturava-se. Deixando de ser um boletim de anúncios, passaria a opor-se a Kubitscheck. O moralismo tornou-se mais efetivo, na medida em que mobilizava a sociedade civil e confundiu-se com a defesa da “moral republicana”.

Com a construção de Brasília, identificada com a escalada inflacionária, o alinhamento dos quatro periódicos fortaleceu, tornando o candidato da oposição unanimidade entre eles em 1960. Jânio Quadros

parecia ter o perfil exigido pelos militares nas eleições anteriores: ao contrário de Juscelino Kubitschek, não fez sua carreira política à sombra de Getúlio Vargas e começou a atuar politicamente no período democrático; ademais, não era filiado ao PSD, ao PTB ou à UDN – as três principais organizações partidárias surgidas ao fim do Estado Novo. Carlos Lacerda lutou para seu partido apoiar Jânio e sua posição venceu. Pela primeira vez desde a Revolução de 1930, Vargas ou alguém chancelado por ele, não ocupava a presidência da república. Por pouco tempo: o presidente eleito renunciou em agosto de 1961. Durante seu curto governo, Jânio atuou de forma independente, aproveitando-se da própria divisão interna entre os liberais. Vargas fora o elemento unificador do campo liberal. Sua morte acentuou as diferenças entre a direita e o centro. As duas tendências liberais encaravam de modo distinto a herança getulista.

O liberalismo continuava hegemônico no campo oposicionista, mas a tomada de posições ante o jogo político às vezes tornava-se inconciliável a ponto de os quatro periódicos atacarem-se mutuamente. Se em 1955, a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo*, de um lado, e o *Correio da Manhã*, de outro lado, usaram a palavra escrita para demonstrarem suas diferenças, a partir da renúncia de Jânio passariam a usar a força. Em 1961, o primeiro dos jornais não era mais de Lacerda. Eleito governador do Estado da Guanabara, usou seu poder para censurar o diário que apoiava a posse do vice-presidente João Goulart – herdeiro político de Vargas. O redator-chefe Luiz Alberto Bahia “não só impediu a presença dos censores na redação, como não permitiu que se tocasse em uma linha sequer do texto”, lembra Atala (2002, p. 39). Apesar de o matutino ser impresso sem mutilações, seus exemplares foram recolhidos pelo DOPS na boca da rotativa, deixando de circular por vários dias. Empossado, Goulart passou a sofrer oposição do *Correio da Manhã*. Inicialmente, essa oposição não foi intransigente como a de *O Estado de S. Paulo* e a do *Jornal do Brasil*, apoiando as reformas de base, especialmente a reforma agrária, e a volta do presidencialismo; depois, seria tão radical quanto, alinhando-se aos conservadores em 1963. Mesmo ano em que Niomar Moniz Sodré, viúva de Paulo Bittencourt, assumiria o *Correio da Manhã*.

Em 1962, Júlio de Mesquita Filho começara a se reunir “com alguns dos principais articuladores do movimento de março de 1964, nos escritórios do próprio jornal, para discutir as linhas gerais do novo regime a ser instaurado no Brasil”, afirma Kucinski (1975, p. 4). Enquanto o centro flutuava, a extrema-direita conspirava para efetivar um projeto político através da força. O anticomunismo teve papel

fundamental na coalização entre civis e militares, assim como no realinhamento no campo liberal. Entrevistado por Andrade (1991, p. 107), Luiz Alberto Bahia lembra que dificilmente o *Correio da Manhã* levaria sua defesa de João Goulart até o fim, “por todo o seu lado conservador, liberal, antijanguista, acabaria tendo de se mostrar como se mostrou, pedindo a cabeça de Jango. Eu não acredito que pudesse ter feito alguma coisa diferente. O curso do *Correio* seria aquele”. Depois dos editoriais *Basta!* e *Fora!*, o golpe militar se consumou.

A linha editorial do *Correio da Manhã*, de *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil* estava alinhada novamente. O campo oposicionista mudaria, passando a ser organizado pela esquerda. Quando o *Correio da Manhã* novamente opôs-se contra o poder que ajudou a implementar, radicalizou sua retórica, ao contrário do que fizera durante o Estado Novo. Sua mudança de posição deu-se por causa do Ato Institucional nº 2 (AI-2), baixado pela ditadura militar em outubro de 1965. Bem mais rápida do que a de *O Estado de S. Paulo*, que esperaria até o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, para alinhar-se ao campo oposicionista. Como fizera anteriormente, o *Jornal do Brasil* aclimatou-se à ditadura.

### 3.2 A ATUAÇÃO PEDROSIANA NA IMPRENSA LIBERAL

A atuação intelectual de Mário Pedrosa na grande imprensa ocorreu no interior do campo liberal. Era onde suas ideias podiam circular como opositor do PCB e de Getúlio Vargas. A hipótese é que as políticas tiveram uma circulação restrita, concentrando-se em períodos bem demarcados – especialmente em crises políticas agudas, destacadamente as que ocorreram com a volta de Vargas ao Executivo em 1950 e as eleições de 1955. Sendo a imprensa liberal, tinha de haver um cruzamento das posições políticas de Pedrosa com as desse campo para seu pensamento político encontrar espaço na seção opinativa do periódico ao qual fora contratado como colunista de artes visuais. Como colunista cultural, tinha mais autonomia em relação à linha editorial do jornal. Em depoimento publicado por Andrade (1991, p. 102), Luiz Alberto Bahia lembra um episódio ilustrativo: Niomar Moniz Sodré, jornalista e esposa do presidente do *Correio da Manhã*, após criticar um editorial do diário contra a construção de Brasília durante um jantar no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, mandou seu discurso para ser publicado no “corpo do jornal”, mas Bahia respondeu que só o “divulgaria na seção de artes plásticas”.

Estabelecendo como marcos o primeiro e o último textos assinados por Mário Pedrosa no *Correio da Manhã*, ele foi colunista do jornal de 10 de dezembro de 1944, com a publicação da primeira de duas partes de seu ensaio “Alexander Calder, Escultor de Cata-Ventos”, a 1º de julho de 1951, com a circulação de sua coluna “Frei Ricardo do Pilar de D. Clemente Silva-Migra”. Para chegar à delimitação do primeiro ciclo pedrosiano na imprensa brasileira a partir da década de 1940, desenvolvi uma metodologia de consulta à Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Fundação Biblioteca Nacional. Apresentando a atividade jornalística de Pedrosa no *Correio da Manhã*, exponho a metodologia geral, que balizou a consulta de todos os jornais em que ele foi colunista, e a particular, conforme apresentá-los.

O sistema de busca da Hemeroteca Digital Brasileira apresenta falhas, não encontra todas as referências às combinações de palavras pesquisadas: Mário Pedrosa, M. Pedrosa e M. P., como o jornalista assinava seus textos. Inicialmente, conferia as referências do buscador até apreender a regularidade das colunas pedrosianas – em relação a sua periodicidade e paginação. Posteriormente, fazia a busca manual, edição por edição, considerando o dia da semana e a página do diário. Portanto, a metodologia geral é a lógica de consulta ao acervo digital; enquanto a específica é a organização interna de cada jornal.

Conforme Pedrosa (1949) na apresentação de seu livro *Arte, Necessidade Vital*, sua coluna “Artes Plásticas” foi criada em novembro de 1946. Impressa na penúltima página da “Primeira Seção”, ela mudava de paginação por causa do volume total de páginas do *Correio da Manhã*. Ocasionalmente, a partir de 18 de julho de 1948, era veiculada na antepenúltima página; e 02 de dezembro de 1950, na página dois. Tinha uma importância secundária diante das outras colunas culturais (“Cinema”, “Música” e “Teatro”): quando presente na seção cultural, ficava na parte inferior da página e a fonte do título era menor. O deslocamento da coluna “Artes Plásticas” para outras páginas demonstra que ela buscava sua consolidação perante o columnismo cultural na imprensa. Contudo, ao colunista escrever sobre artes visuais para a “Segunda Seção”, como no caso do ensaio citado sobre Alexander Calder, seu texto estampava a primeira página do caderno dominical.

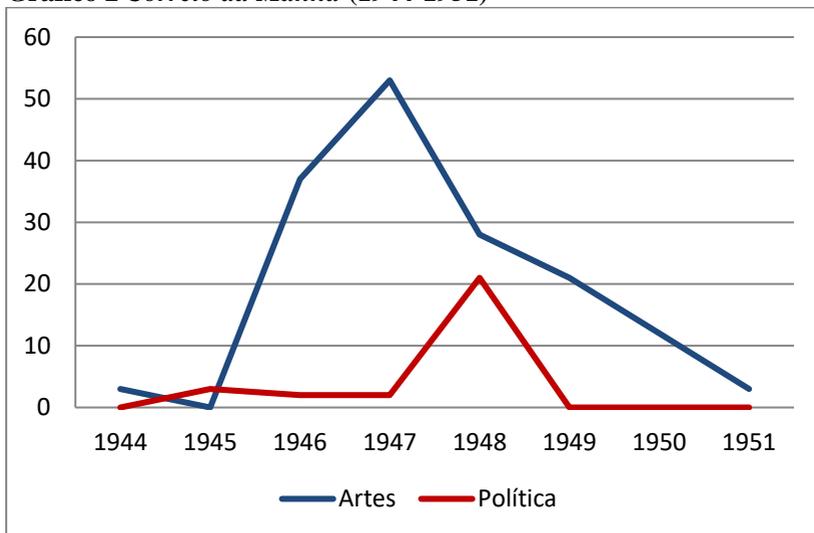
Embora tenha assinado poucos textos sobre política durante sua permanência no *Correio da Manhã*, eles não eram secundários em relação ao columnismo político. Antes de fundar a coluna “Artes Plásticas”, escrevera sobre política internacional para a “Segunda Seção” em três oportunidades e tivera um artigo opinativo e uma carta aberta publicados na página dois do jornal. Todos com as letras do título

similares aos outros textos da página, merecendo destaque a “Carta Aberta à Comissão Nacional da Esquerda Democrática”, por ser publicada ao lado da coluna “Na Tribuna da Imprensa”, assinada por Carlos Lacerda, cujo nome ele manteria direito ao fundar seu periódico em dezembro de 1949.

Pedrosa, entretanto, teria mais espaço para escrever sobre política após tornar-se colunista de artes visuais do *Correio da Manhã*. Regularmente, entre 04 de novembro de 1947 e 04 de abril de 1948, por causa de sua estadia na Europa. No período, manteve uma coluna de política internacional na última página da “Primeira Seção” e escreveu perfis de artistas, escritores, intelectuais e políticos que encontrara durante sua viagem na primeira página da “Segunda Seção”. Ao contrário da coluna “Artes Plásticas”, a de política internacional era uma das de maior destaque na página, geralmente estampada na parte superior da página e o título com fonte maior.

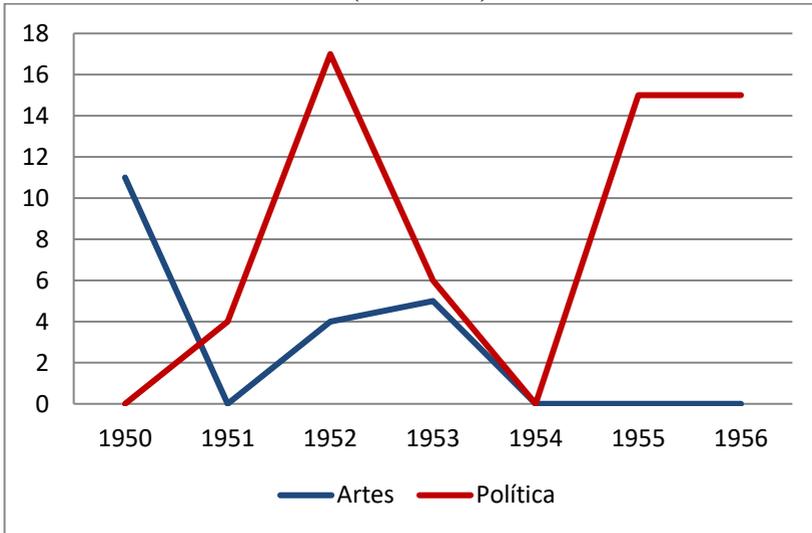
Durante o período de correspondente internacional, o crítico raramente assinou suas colunas de artes visuais. Prática comum quando eram notas sobre exposições e cursos; reproduções de cartas enviadas por seus leitores, de manifestos de grupo de artistas e de estatutos de museus e divulgação de textos de críticos de arte internacionais. Ao coletar seus textos na imprensa, excluí os anônimos. A divisão da produção pedrosiana no *Correio da Manhã* entre artes e política no Gráfico 2 tem como critério a divisão aceita por seu autor mesmo, uma vez que seus textos ora eram impressos na página cultural ora na página política. Destarte, mesmo os perfis de políticos estão incluídos na linha das artes, por não se tratarem de textos de intervenção política em sentido estrito.

Os textos políticos de Mário Pedrosa no *Correio da Manhã* eram sazonais e restritos – concentraram-se em um espaço de tempo bem demarcado, como demonstra o gráfico abaixo. Mas concomitante aos anos em que foi colunista do diário carioca era diretor de um jornal político. Fundado por ele, a *Vanguarda Socialista* circulou entre 31 de agosto de 1945 e 10 de outubro de 1949, quando chegou ao número 133. Inicialmente, era semanal, passando a ser quinzenal em 03 de outubro de 1947. Também alterou o número de páginas, de oito para quatro a partir de 06 de dezembro de 1946. Logo após a filiação dos membros de seu corpo editorial no Partido Socialista Brasileiro (PSB), tornar-se-ia órgão central do partido. A declaração ocorreu em 1º de maio de 1948, com o antigo corpo editorial afastando-se do periódico e Hermes Lima assumindo sua direção na edição seguinte, já em seu número 125.

**Gráfico 2 *Correio da Manhã* (1944-1951)**

Fixando como limite o último número da *Vanguarda Socialista* dirigida por Pedrosa, considero que suas ideias políticas circularam através do jornal até a data da declaração. Para estabelecê-las em uma obra literária, consultei os originais do Ano I da *Vanguarda Socialista* em meu acervo particular e as cópias digitais do número 53 em diante no Centro de Documentação e Memória da UNESP. Avaliei edição por edição, página por página, reunindo textos publicados por seu diretor e os editoriais – tanto os assinados por ele quanto os anônimos, por passarem por seu crivo, segundo Loureiro (1984) em sua dissertação sobre a *Vanguarda Socialista*. Nas páginas de seu periódico, Pedrosa escreveu somente sobre política.

Mário Pedrosa escreveu regularmente em *O Estado de S. Paulo* entre 1950 e 1953 e no biênio 1955-1956. O jornal está digitalizado no Acervo Estadão (AE), que impõe limites a quem não é assinante. Se para o *Correio da Manhã* realizei a busca manual após apreender a regularidade das colunas do crítico, não fiz o mesmo para o diário paulista. Restringi-me a conferir as referências às combinações de palavras pesquisadas. Por conta das falhas do sistema de busca da Hemeroteca Digital Brasileira, presumo que o buscador do Acervo Estadão também as apresenta, comprometendo a reunião dos textos assinados por Pedrosa no periódico, só que não compromete o entendimento da circulação de suas ideias na grande imprensa.

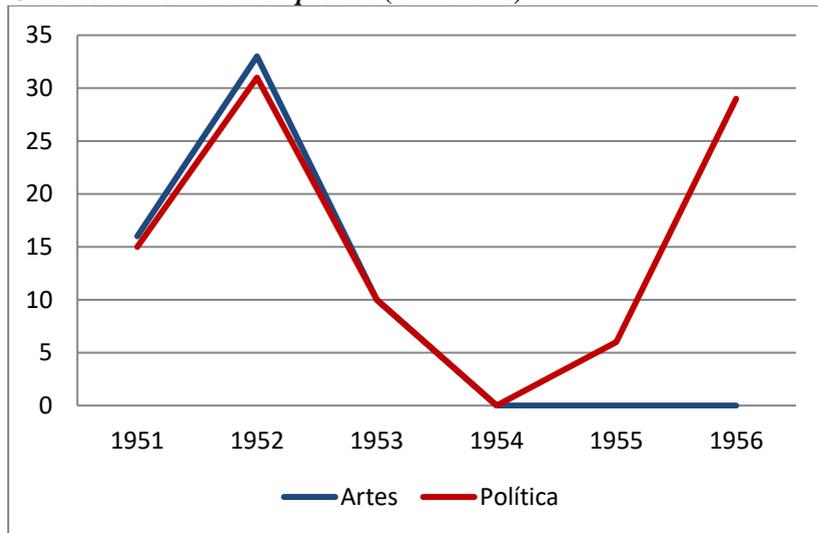
**Gráfico 3** *Estado de S. Paulo (1950-1956)*

Enquanto os primeiros anos dele em *O Estado de S. Paulo* se sobrepuseram ao fim de seu ciclo no *Correio da Manhã*, os outros coincidiriam com os da *Tribuna da Imprensa* – até seu afastamento em 1954. O título de vários textos de Pedrosa no primeiro jornal é análogo ao dos outros. Poderia ter coligido para incluir os repetidos apenas no gráfico do primeiro periódico em que fora impresso. Mas a razão do uso dos gráficos é para visualizar a sazonalidade dos textos de intervenção política em relação aos de arte visuais. O Gráfico 3 evidencia mais do que o Gráfico 2 como o colonialismo cultural abria espaço político para o crítico na grande imprensa.

Afastando-se da *Vanguarda Socialista* em maio de 1948 por causa de sua filiação ao PSB, Mário Pedrosa não assinou textos políticos em 1949 e 1950 nos diários em que era colunista, como expõem o primeiro gráfico e o acima. Mesmo com espaço restrito no colunismo político do *Correio da Manhã* de 1945 até 1948, suas ideias políticas circulavam através de seu jornal. A partir de 1951, a tendência inverter-se-ia, com seus textos sobre política igualando-se aos sobre artes visuais até tornarem-se exclusivos em 1955 e 1956 – tendência visível no Gráfico 3. Usando critério análogo à divisão entre artes e política do Gráfico 2, o Gráfico 4, com a trajetória pedrosiana na *Tribuna da*

*Imprensa*, também disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, corrobora a tendência.

**Gráfico 4 *Tribuna da Imprensa* (1951-1956)**



Companheiro de redação de Carlos Lacerda no *Correio da Manhã* até 1949, Pedrosa voltaria a ser em 1951 após ser contratado pelo udenista para escrever duas colunas semanais para a *Tribuna da Imprensa*: a publicada na quinta-feira era sobre política e a impressa no final de semana era sobre artes visuais. A periodicidade foi mantida entre 09 de agosto de 1951, com a publicação de “Um Novo Potemkin”, e 14-15 de março de 1953, com a impressão de “Mondrian e a Natureza”. Na cronologia mais completa sobre o colunista, publicada no catálogo da exposição *Mário Pedrosa: arte, revolução, reflexão*, Pedrosa e Vasquez (1992) afirmam que ele ingressou no diário em 1951, permanecendo pouco tempo por ter se desentendido com Lacerda. Os fatos históricos que marcaram março de 1953 foram a greve dos trezentos mil em São Paulo e a morte de Joseph Stalin. Mas o afastamento foi posterior à última coluna do crítico de 1953, em razão das notas na *Tribuna da Imprensa* informando que seu colunista de artes visuais encontrava-se na Europa, viagem que duraria até 1954.

Pedrosa manteve-se afastado do jornal até publicar “A Farsa Napolitana” em 07 de dezembro de 1955, quando assumiu uma coluna política – mantida até 11 de outubro de 1956 com a circulação de “Por

Trás da ‘Pacificação’”, sempre irregular em relação ao dia da semana e quantidade publicada semanalmente. Afirmar, portanto, que o ciclo pedrosiano no diário durou pouco tempo não é factual. Considerando as duas passagens do colunista, o ciclo durou cerca de três anos.

Em ambas as passagens, o lugar de fala do crítico no jornal foi de destaque. A coluna “Artes Plásticas” dividia a página sete com as outras colunas culturais (“Cinema”, “Música” e “Teatro”). Embora na parte inferior da página, a fonte de seu título era similar às demais. O colunismo de artes visuais estava se consolidando na imprensa. Em 1952, a página cultural passou a ser a oito e, ocasionalmente, a seis. A partir de 28-29 de junho, a coluna “Artes Plásticas” foi para o alto da página. Continuou no alto em 1953, passando para a página nove para já em 07-08 de março ser deslocada para o “Segundo Caderno”, com as outras colunas culturais.

Os textos políticos de Pedrosa eram impressos na página quatro, na parte inferior, com a fonte do título menor diante da do editorial, que encabeçava a página. Mudanças ocorreriam somente na segunda passagem do crítico pela *Tribuna da Imprensa*. A paginação de sua coluna política continuou a mesma, mas a partir de 04 de maio de 1956 foi publicada no espaço destinado ao editorial nos outros dias.

O retorno de Pedrosa ao periódico em dezembro de 1955 foi demarcado pelas Eleições de 1955. Em 27 de outubro saíra a nota “Os Comunistas Estão Acostumados a Receber e Cometer Traições” na *Tribuna da Imprensa* sobre sua coluna de *O Estado de S. Paulo*, apontando seus pontos de contato com o anticomunismo. Contudo, apenas no terceiro e no quarto capítulos testaremos outra hipótese, a de que ele usou seu vocabulário político em defesa das posições assumidas pelos liberais no jogo político. Essa atitude permitia dialogar com eles, apesar de seu projeto de Brasil ser socialista e seu repertório intelectual marxista. Por enquanto, a sazonalidade dos textos políticos do jornalista em relação aos de artes visuais demonstra que sua porta de entrada para o colunismo político foi o cultural e que a sazonalidade tinha como substrato os debates públicos, como as Eleições de 1955 e seus desdobramentos no Governo Juscelino Kubitschek.

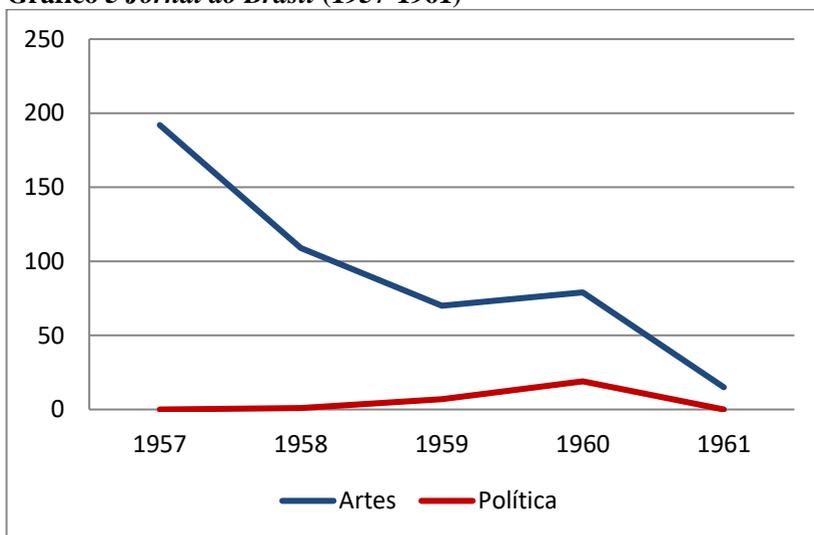
Meses após assinar seu último texto de intervenção política na *Tribuna de Imprensa*, Mário Pedrosa assumiria a coluna “Artes Visuais” do *Jornal do Brasil*. A primeira (“O Ponto de Vista do Crítico”) saiu em 17 de janeiro de 1957 e a última (“Os Projetos de Hélio Oiticica”) em 25 de novembro de 1961. Foi o período mais produtivo do jornalista na imprensa. Sua coluna era diária e, diferente de quando escrevera no *Correio da Manhã*, raramente deixou de subscrever seu nome nela.

Dividindo a página oito com outras colunas culturais (“Música” e “Vida Literária”), a dele era impressa no alto da página. No percurso do crítico, o colonismo de artes visuais consolidara-se no período imediato anterior – em *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*.

Mesmo mudando de página, a coluna “Artes Visuais” destacava-se na seção cultural. Suas mudanças foram constantes, como verifiquei ao consultar a Hemeroteca Digital Brasileira: em 23 de julho de 1957 recuou para a página seis; um ano depois voltou para a página oito; recuou novamente para a página seis em 03 de junho de 1959; mudou para o “Caderno B”, página dois, em 15 de setembro de 1960. Mas o fato mais significativo foi que Pedrosa passou a dividi-la com Ferreira Gullar em 1959. A partir daí procuraria intervir politicamente no debate público na página três do *Jornal do Brasil*, tendo como variável as disputas políticas, destacadamente o clima eleitoral de 1960, com o lançamento dos candidatos à presidência no ano anterior. Tendência percebida no Gráfico 4, corroborando a hipótese de que suas colunas de artes visuais abriam espaço para ele escrever sobre política na imprensa, cuja sazonalidade era determinada pelo debate público.

Antes, em 21 de maio de 1958, o crítico publicara na mesma página opinativa uma denúncia sobre uma correspondência sua apreendida. Começou a escrever sobre política ocasionalmente em 1959 – por duas vezes seus textos foram impressos ao lado do editorial até novembro – e fechou o ano escrevendo de forma regular. Entre 1º de janeiro e 10 de junho de 1960, sua coluna política foi semanal. Na parte superior ou inferior da página três, ela tinha o mesmo destaque das outras.

Diferentemente do *Correio da Manhã* e da *Tribuna da Imprensa* nos anos anteriores, em ocasiões especiais Pedrosa teve uma coluna cultural impressa na página opinativa, como uma série de comentários sobre a cultura japonesa, por ocasião de uma viagem sua para trabalhar no Museu de Arte Moderna de Tóquio em 1958. Todas as suas colunas culturais foram incluídas na linha das artes no gráfico abaixo. Assim como seus dois ensaios sociológicos – “Ideologia e Ciências Sociais”, de 1957 e “Ideologia e Poder”, de 1958 –, publicados em três partes no “Suplemento Dominical”. Também ao resenhar o livro *Teoria da História do Brasil*, de José Honório Rodrigues, para o “Terceiro Caderno” em 1958. Em princípio, eles podem ser analisados na tese para apreender o vocabulário político do crítico. Mas não contribuem para visualizarmos a sazonalidade de seus textos políticos de intervenção no debate público.

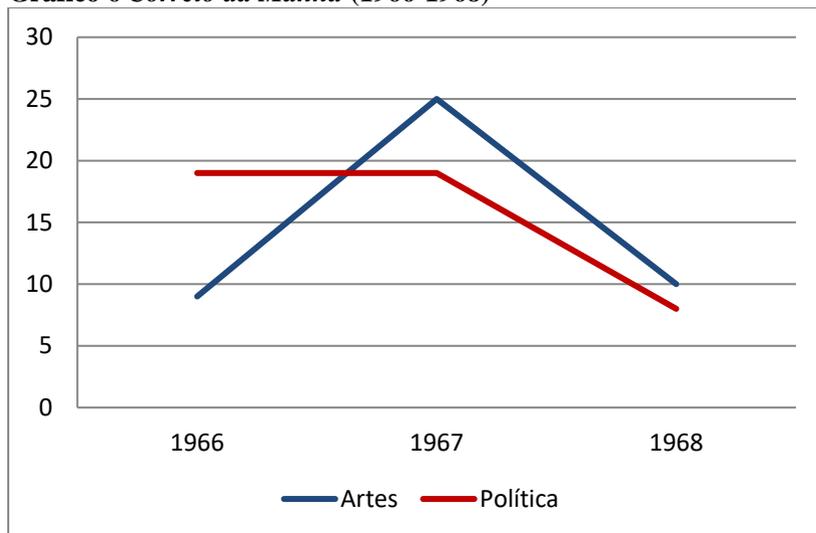
**Gráfico 5 *Jornal do Brasil* (1957-1961)**

Nomeado em 22 de março de 1961 Secretário-Geral do Conselho Nacional de Cultura por Jânio Quadros, cuja candidatura apoiara, Mário Pedrosa afastou-se do colonismo. Após cinco anos, voltaria a escrever regularmente para a imprensa, de novo no *Correio da Manhã*. Sua primeira coluna (“Jean Arp, Herói Dada”) foi publicada em 12 de junho de 1966 e a última (“Marcel Duchamp, Afinal Morre”) em 04 de outubro de 1968. Ela era semanal e, espelhando o início da passagem do crítico pela *Tribuna da Imprensa*, alternava artes visuais e política. Frequentemente estampava a página três do “Quarto Caderno”, dedicado a ensaios de meia página e encadernado aos domingos. Perderia a regularidade semanal em 1968, sendo veiculada às vezes no “Segundo Caderno”, encadernado diariamente.

Em 13 de novembro de 1966 ocorreu uma exceção ilustrativa da sazonalidade dos textos políticos de Pedrosa. Publicou uma coluna no “Caderno do Eleitor”. Candidato a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o jornalista começou a escrever sobre política em 18 de setembro e semana após semana foi tema exclusivo de suas colunas até 27 de novembro. Aí está o motivo do movimento do Gráfico 6. Ao contrário do critério adotado para os jornais anteriores – cuja divisão dos textos em artes e política foi ditada pelo lugar da fala de Pedrosa, se na página cultural ou na opinativa – o gráfico abaixo foi

baseado apenas no tema central da coluna. Destarte, levei em conta se a temática pertencia ao campo das artes ou da política.

**Gráfico 6 *Correio da Manhã* (1966-1968)**



O último ano do jornalista no *Correio da Manhã* fechou um ciclo de intensa produção intelectual e intervenção política na imprensa em defesa de suas ideias. Mas o vocabulário político na *Realpolitik* não tem a pureza da doutrina política. Em contextos históricos específicos, categorias podem ter significados análogos em espectros políticos antagônicos, levando a uma aproximação tática entre eles. Pedrosa tinha espaço na imprensa como intelectual público, especialista em arte moderna, mas seu acesso à página opinativa ocorria quando suas posições políticas cruzavam com as dos liberais. Em um depoimento escrito para o livro de Marques Neto (2001), Luciano Martins observa que o crítico pagou o preço político por militar em um campo que não era o seu por causa do contexto maniqueísta da Guerra Fria.

Em *Espectro*, Anderson (2012) nota que há uma especialização na produção intelectual dos espectros políticos: o interesse da direita tende para as tarefas imediatas de administrar o mundo; o centro para construções filosóficas normativas; e a esquerda para investigações culturais, econômicas e sociais. Apropriando-se da observação do autor para pensar a atividade jornalística de Pedrosa, a defesa de uma estética era um projeto socialista, cuja atuação não estava voltada para o poder,

enquanto a intervenção no debate público era o poder socialista, usando seu vocabulário político no campo oposicionista organizado pelos liberais no combate ao getulismo e ao comunismo. Ao ser entrevistado em 18 de outubro de 1982 por Loureiro (1984, p. 219), Oliveiros S. Ferreira afirma que “Mário tinha um agudo sentido de que a política era poder. Agora, não conseguiu encontrar, digamos assim, o caminho de chegar lá”.

Filiando-se ao PSB em 1948, que lançaria João Mangabeira como candidato à presidente em 1950, Pedrosa ausentou-se do colunismo político. Seu partido se coligou com a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Libertador (PL) para colocarem Juarez Távora na disputa presidencial de 1955. O ano marcou o retorno do jornalista ao colunismo político, agora como candidato derrotado à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal. Um ano depois seria expulso do partido. A hipótese da expulsão lançada recentemente por Andrade (2014) em seu ensaio sobre o intelectual publicado em *Intérpretes do Brasil* parece não se sustentar. Em 26 de maio de 1955 saiu uma nota na *Tribuna da Imprensa* com Pedrosa declarando seu voto no militar cearense. Possivelmente, não foi excluído por discordar do apoio do partido à candidatura presidencial do conservador Juarez Távora, mas por ter assinado o manifesto da Ação Democrática. O manifesto era um ataque frontal a Juscelino Kubitschek, considerando sua investidura na presidência um golpe de estado orquestrado pelo General Henrique Lott. Certamente a posição do PSB acerca do Movimento de 11 de Novembro era outro. Em 1960, o colunista apoiou Jânio Quadros, cuja coligação também incluía a UDN. Novamente Pedrosa ocupou a página opinativa da imprensa com seus textos políticos.

No plano nacional, o centro gravitacional da política do período democrático pós-Estado Novo era o getulismo; no plano internacional, o stalinismo. Como o vocabulário político de um intelectual marxista crítico ao getulismo e ao stalinismo organizou-se no campo liberal? Somente uma análise do discurso de seus textos de intervenção política permitirá saber como seu vocabulário político organizou-se na defesa de suas posições políticas no campo liberal. Neste capítulo, apresentando o lugar de fala pedrosiana a partir do destaque dado a seus textos nos jornais demonstrei que suas colunas políticas raramente foram suplantadas pelas outras da página; quantificando sua produção jornalística, corroborei que a base da sazonalidade de sua intervenção política na imprensa era o debate público. O efeito social produzido pelo Golpe de 1964 não permite incluir as colunas do contexto da ditadura

militar na análise a ser empreendida na tese. O recorte, portanto, compreende o período democrático anterior, que, dado a obra pedrosiana, encerra-se em 1961, quando o jornalista afastou-se do colunismo. As amostras são suas colunas políticas de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa* durante o Governo Getúlio Vargas, onde seu vocabulário político é mobilizado para opor-se a Vargas no interior do campo oposicionista organizado pelos liberais.

## 4 A QUESTÃO POLÍTICO-MILITAR EM MÁRIO PEDROSA DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Mário Pedrosa foi articulista político da *Tribuna da Imprensa* de 09 de agosto de 1951 (“Um Novo Potemkine”) a 11 de outubro de 1956 (“Por Trás da ‘pacificação’”) e de *O Estado de S. Paulo* entre 20 de setembro de 1951 (“As Forças da Resistência Europeia”) e 09 de outubro de 1956 (“Trapaça Diplomática”). Com uma lacuna em 1954, por estar em viagem à Europa. Certamente esse período foi o mais conturbado do período democrático pós-Estado Novo, não só por definir a herança getulista, com Getúlio Vargas reassumindo a Presidência da República, como também por dar os contornos iniciais da ação política a ser empreendida a partir daí. Destacadamente duas: através da intervenção política das Forças Armadas, objetivando acelerar o processo político ao derrubar o governo, e através de uma proposta de reforma constitucional que trocava o sistema presidencial pelo sistema parlamentar de governo, visando limitar o Poder Executivo pela fiscalização do poder parlamentar para o processo político transcorrer sem grandes choques. Para mim, tratam-se da *questão político-militar* e da *questão parlamentar* – duas ideias chaves do processo político, a animar a ação política, como bem demonstra o processo histórico até 1964. Pedrosa, como socialista e marxista, compartilhava essas ideias com o campo oposicionista, levando-o a se tornar articulista político da imprensa liberal, para travar a luta ideológica contra o campo situacionista, identificado com Vargas e seus aliados, incluindo o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este capítulo, portanto, analisa a questão político-militar nas colunas políticas de Pedrosa: como ele analisa a relação das Forças Armadas com os poderes constituídos. Sua análise demonstra que ele se posicionava no campo político em conjunto com os liberais e, ao fazer uma regressão histórica da questão político-militar, contribuiu para a autonomia decisória das Forças Armadas, com seu crescente controle sobre o processo político, culminando no Golpe de 1964. O capítulo centra no Governo Vargas (1951-1954) porque durante esse período as questões político-militar e parlamentar tornaram-se ideias chaves da ação política para desestabilizar e/ou controlar o governo constituído.

### 4.1 QUESTÃO POLÍTICO-MILITAR: UMA DEFINIÇÃO

As Forças Armadas – se tomadas em uma acepção restrita, como o conjunto das forças de combate e defesa de uma nação – reduzem-se a

uma corporação, cuja organização tem como base a hierarquia e a disciplina. Destarte, perde-se de vista o papel político dos militares; especialmente em um país onde eles assumiram o poder político diretamente, conduzindo os negócios do Estado de 1964 a 1985, através de uma ditadura. As funções das Forças Armadas, portanto, transcendem o campo militar, não só no período assinalado, como ao longo da história do Brasil como nação independente. A questão político-militar é política-ideológica, em razão de a instituição militar, como agente, ser uma força de atração para a classe política e a sociedade civil.

Em sua síntese sobre as Forças Armadas, Ferreira (2000; 2007) assinala que não se compreende a história do Brasil ignorando a intervenção dos militares no processo político entre 1821 e 1969. A relação dialética entre a classe militar, a classe política e a sociedade civil estrutura o campo político. De um lado, a classe política e a sociedade civil consideraram que o Poder Constitucional era ameaçado pela instituição militar; de outro, recorreram a ela para intervirem na política, para assegurar o *status quo* ou para alavancar “mudanças na estrutura política, social e econômica do país” que não tinham “certeza de poder realizar sozinhos por meio do mero jogo político”, conclui Ferreira (2000, p. 9). Os papéis políticos atribuídos às Forças Armadas são marcados pela contradição, ao partir do pressuposto que elas tanto são protagonistas – por causa de sua autonomia decisória, no primeiro caso – quanto são coadjuvantes – ao serem convocadas pela classe política e pela sociedade civil para garantir o *status quo* ou permitir mudanças estruturais, no segundo caso.

Ferreira (2000, p. 10) alerta que até o Golpe de 1964, a instituição militar foi considerada um “instrumento dos partidos”, aliciada por “facções do mundo civil” na manutenção do *status quo*, sem qualquer protagonismo no campo político. Após a Revolução de 1930, observa Trevisan (1987), o poder político foi exercido pelos civis até 1964, embora o poder de fato fosse dos militares, em razão de seu apoio ser fundamental para a estabilidade do regime. Antes da ditadura militar, portanto, a classe política e a sociedade civil recorriam à instituição militar para intervir na luta política sem levar em consideração sua autonomia decisória, julgando que mantinham sob controle o processo político. Se os civis percebiam as alianças pelo seu prisma, os militares tinham suas reservas mentais perante elas, “pois não deixavam de perceber na ação dos próceres civis o desejo de servir-se das Forças Armadas para, depois, descartá-las como limão espremido, quando não acabar com elas enquanto organização”, nos termos de Ferreira (2000, p.

15). Independente da percepção dos atores, o conflito estruturava o campo político, com todo o espectro político procurando atrair a instituição militar para seu projeto de poder.

Pensando sobre a correlação de forças durante o Governo Getúlio Vargas, os militares eram um dos objetos de reflexão privilegiado das colunas políticas de Mário Pedrosa para *O Estado de S. Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* entre 1951 e 1953. Acompanhava com interesse seus movimentos na arena política, suas cisões internas e os temas em debate entre eles e suas organizações de classe ao intervir no debate público pela grande imprensa. Afinal, não só na história recente as Forças Armadas eram protagonistas, ao depor Vargas em 29 de outubro de 1945, pondo fim ao Estado Novo e dando início ao período democrático, mas desde muito antes foram decisivas para o processo político em curso.

Apesar de Ferreira (2000; 2007) considerar a Independência do Brasil, em 1822, um desdobramento de uma sublevação da tropa paga e o Golpe da Maioridade, em 1840, como uma trama da classe política que não seria desencadeada sem apoio da instituição militar, é a partir da Guerra do Paraguai, de 1865 a 1870, que o protagonismo das Forças Armadas no campo político acentua-se. Para Trevisan (1987), o Império manteve controle sobre elas, pagando salários baixos e os atrasando, mesmo nas campanhas de pacificação quando das revoltas regionais. “Com a Guerra do Paraguai [...] as coisas complicaram-se. O país precisava mesmo de um Exército, com efetivos, armas, para uma guerra de verdade. Mudanças começaram a acontecer” e, conclui Trevisan (1987, p. 11-12), “o relacionamento Império-Exército alterou-se radicalmente com a guerra”. Com a Guerra do Paraguai, portanto, a intervenção dos militares no processo político passou a ser efetivo, definindo e redefinindo o campo político, enquanto procurava se fortalecer corporativamente.

Dada a relação do Império com as Forças Armadas, os ministros tentaram controlar os militares durante a guerra. Entretanto, destaca Trevisan (1987), um conflito entre o marquês de Caxias e Zacarias de Góis e Vasconcelos, mudou o curso do processo político. O episódio, desencadeado por pedidos de explicações do gabinete liberal sobre a condução da guerra por parte do comandante-chefe do Exército, levou Dom Pedro II a destituir o Ministério e nomear um gabinete conservador. O peso político das Forças Armadas passou a ser outro com a Guerra do Paraguai e o Império começou a se desestabilizar. Para Ferreira (2000, p. 60), o que merece ser ressaltado no conflito entre a classe política e a classe militar é que o marquês de Caxias não

movilizou os militares e não tomou posição contra o gabinete Zacarias, mas “simplesmente apresentou sua demissão em um momento difícil para o Império”.

Em 20 de fevereiro de 1868, foi comunicado ao Conselho de Estado que o marquês de Caxias enviara duas comunicações ao ministro da Guerra. Em uma, alegava problemas de saúde e pedia licença para deixar o comando do exército e, em outra, afirmava que sua demissão era motivada pelo governo lhe tirar a força moral perante a tropa. Dois anos antes, remonta o autor, o marquês de Caxias fora nomeado para o comando do exército por ser o único capaz de contornar as divergências entre os generais, estabelecendo a unidade de comando. “Tem, como elemento de força, somente a sua personalidade e o seu prestígio político e militar, além de seguramente saber que o ministério Zacarias tem consciência [...] de que ele, e apenas ele”, continua Ferreira (2000, p. 66), “pode conduzir bem uma operação que, em 1866, parecia caminhar para o desastre”. O desenlace em 1868 evidenciava uma crise de comando e a difícil situação do governo e do imperador, explorada estrategicamente pelo marquês de Caxias. Na conclusão de Ferreira (2000, p. 67), “incapaz de opor resistência ao Poder Militar, o Poder Civil a ele se rendeu” e “se sua nomeação e a posterior demissão de Zacarias permitem um respiro para as instituições políticas, representam, no entanto, o primeiro sério golpe que abala o Império”.

A classe política, porém, tentou alterar a correlação de forças ao fim da Guerra do Paraguai, ao desvalorizar a vitória do Exército perante a população. O desfile da tropa só ocorreu por pressão do Conde D’Eu, com Dom Pedro II chamando os soldados publicamente de “assassinos legais”, observa Trevisan (1987, p. 12). Além das palavras, desmobilizou a instituição militar, diminuindo seu efetivo drasticamente e sua parcela do orçamento do Império. Procurou enfraquecê-la corporativamente; e isolá-la politicamente, ao desconsiderar qualquer opinião emitida por um militar. As consequências foram “uma raiva escondida dos militares contra o Império” e o despertar “entre os homens de farda um espírito de união, produto da imagem de que só eles, os militares, eram puros, incorruptíveis”, arremata Trevisan (1987, p. 13), “porque, mesmo passando por todas estas privações e sacrifícios, mantinham o amor à Pátria. O patriotismo passava a ser um privilégio privado do homem de armas”. As Forças Armadas passam a definir e redefinir o campo político, com as ideias abolicionistas e republicanas ressoando entre os opositores à monarquia.

Se a Guerra do Paraguai foi o primeiro golpe contra o Império, o segundo foi a Questão Militar – uma sucessão de atos de indisciplina

dos militares diante do governo de 1879 a 1887. Apesar de garantida pelo general Deodoro da Fonseca, comandante da guarnição do Rio Grande do Sul, foi o apoio do senador visconde de Pelotas que deu uma dimensão política a um evento disciplinar, levando à demissão de um ministro da Guerra e derrubando um gabinete. “A tensão entre o governo e os militares transformou-se na Questão porque procurou resolver um assunto ‘político’ lançando mão de medidas ‘militares’, quando”, continua Ferreira (2000. p. 70), “os temas políticos mais gerais que dividiam a sociedade [...] já haviam penetrado os quartéis”. Um deles, o abolicionismo; o outro, aos militares reivindicarem os direitos políticos assegurados aos civis, exigindo a liberdade de manifestação pela imprensa.

Conforme Trevisan (1987), o primeiro ato de indisciplina deu-se em 1879, quando postos de oficiais foram extintos em algumas unidades pela Comissão de Marinha e Guerra da Câmara dos Deputados. Reagindo ao projeto, o tenente-coronel Sena Madureira e o almirante Saldanha da Gama, entre outros oficiais, debateram-no publicamente, impedindo a extinção dos postos. O ato de indisciplina de 1883 ocorreu quando o dono de um jornal sensacionalista do Rio de Janeiro foi morto por militares por ter publicado um ataque à honra de um oficial. No ano seguinte, os atos de indisciplina, simbólicos ou não, deram a dimensão política à Questão Militar. Em um, o positivista Benjamin Constant fez com que a Escola Militar, onde lecionava, desse apoio a um general que homenageara um líder abolicionista. Em outro, o coronel Cunha Matos revidou pela imprensa – onde a participação dos militares era vedada no Império – o ataque sofrido por um deputado em um discurso na Câmara. Ao ser preso, a instituição militar foi atingida como um todo.

Sem um líder desde a morte do duque de Caxias, em 1880, a reação não foi maior, mas contribuiu para projetar o nome do general Deodoro da Fonseca como liderança incontestada e aproximá-lo de Benjamin Constant. “à ‘tarimba’ juntou-se a Ciência por obra e graça da incompetência do Império em lidar com os homens de farda. A abolição da escravatura fez o resto”, na expressão de Trevisan (1987, p. 16), “servindo de pretexto necessário para a formal separação dos vínculos entre Império e Exército”. O general Deodoro da Fonseca, aponta o autor, não tinha origens nobres, era filho de um tenente-coronel. Por dormir na “tarimba”, cama de corrente presa à parede, era um oficial “tarimbeiro” – expressão que designa o oficial que permanece no quartel, ao contrário do “doutor” que só vai para assinar o ponto.

Por mais que algumas reivindicações fossem corporativas, tinham um fundo social. O tenente-coronel Sena Madureira defendia a

consciência geral, a extinção da Guarda Nacional e o aumento do efetivo das Forças Armadas. As medidas tomadas pelo governo visavam diminuir o prestígio adquirido pelos militares após a Guerra do Paraguai. Portanto, “alguns civis e muitos militares lutam pela conscrição geral e pelo aprimoramento de conhecimentos técnicos que permitirá, especialmente aos oficiais”, anota Ferreira (2000, p. 73), “um status intelectual diferenciado. Cria-se, assim, a Escola Politécnica”. Um exército grande aumenta a possibilidade de progresso na carreira, ao contrário de um pequeno, desestabilizando a corporação internamente e levando ao conflito com a classe política, por lançar suspeita sobre a ascensão na hierarquia. Afinal, o governo é o responsável pela redução dos quadros e, em razão das altas patentes serem restritas, os oficiais gerais foram promovidos aos postos onde estão por serem cúmplices da elite política, aponta Ferreira (2000).

Açulando a insubordinação, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. “Os intelectuais antiescravistas estavam entre os que defendiam o cidadão-soldado”, continua Ferreira (2000, p. 76), e “foram eles, pelos artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro, que cuidaram de dar os contornos teóricos da nova posição dos militares no cenário político”. As Forças Armadas estavam sendo atraídas para o campo oposicionista, desestabilizando ainda mais a monarquia. Os atos de indisciplina de 1887 evidenciaram que o Império estava ruindo. Trevisan (1987) relata que em São Paulo, os escravos fugiam das fazendas de café para o litoral e o Exército foi incumbido de prendê-los. Presidido pelo general Deodoro da Fonseca, o Clube Militar, recém-fundado, negou-se a cumprir a ordem do governo, após reunião histórica.

“A indisciplina era uma realidade. Nas fazendas, os escravos fugiam e a polícia era inapta para prendê-los. O Exército, que teria os meios necessários para fazê-lo, negava-se a cumprir ordem”, e Trevisan (1987, p. 16) conclui que “o incidente foi criado pelo Exército. A indisciplina criou um fato político [...]. Os militares aprenderam o caminho, provocaram e tomaram o gosto pela intervenção política”. A Questão Militar deu coesão às Forças Armadas, ao aproximar os “doutores” dos “tarimbeiros”, e definiu e redefiniu o campo político, sendo uma força de atração para a classe política e a sociedade civil.

Assim como a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República era produto de um processo político que se iniciara com a Guerra do Paraguai, levando ao fortalecimento gradativo das Forças Armadas, mas foi consequência imediata da Questão Militar. Nos termos de Ferreira (2000, p. 79), “foi na Questão que o Partido Fardado encontrou a seiva com que alimentou a oposição ao Império e procurou

afirmar-se como condutor do processo político na República”. As proposições políticas republicanas, para ele, formaram-se na Questão Militar, adquirindo coesão ao se fundar o Clube Militar e ao Benjamin Constant advogar a ideia de que era preciso derrubar as instituições imperiais, com a instituição militar assumindo a liderança do movimento. Rui Barbosa teve papel de destaque pela imprensa. Em seus editoriais do *Diário de Notícias* fez campanha contra o Império, demolindo os gabinetes, forjando situações de crise e, enfatiza Ferreira (2000, p. 80), sustentando que o Conde d’Eu tramava o “golpe do Terceiro Império” – a sucessão constitucional de Dom Pedro II pela princesa Isabel. A retórica ruibarbosiana foi importante para atrair os militares indecisos e a sociedade civil à causa republicana.

Proclamada a República, a reforma Benjamin Constant do ensino militar de 1890 abriu caminho para a transferência do poder político para os civis. No argumento de Trevisan (1987), os oficiais formados na Escola Militar, pela cartilha positivista, distanciaram-se dos problemas da caserna por causa de uma socialização bacharelesca. Afastando-se do *ethos* militar, “esses ‘bacharéis fardados’, que preferiam ser chamados de ‘doutor’ em lugar de sua patente, em muito pouco questionavam a ordem vigente, não pensavam em golpes ou cercos ao poder, adaptavam-se a ele”, continua Trevisan (1987, p. 21), “dividiavam os cargos com os civis e não os enfrentavam”. A contradição observada por Ferreira (2000, p. 81) é que a Proclamação da República foi obra da instituição militar, centralizadora e devedora de uma visão unitária dos problemas nacionais, mas “como realização acabou sendo o triunfo das oligarquias estaduais, que desde sempre vinham reclamando maior autonomia ou mesmo uma completa desvinculação do governo central”.

Se o caminho estava sendo aberto para as oligarquias assumirem o poder político diretamente, os militares conduziram a república em seus primeiros anos com a colaboração de civis. Para Trevisan (1987), a aliança devia-se a uma reserva das Forças Armadas ao caudilhismo, em razão de o Paraguai ter sido conduzido pelo caudilho Francisco Solano López, assim como outras repúblicas latino-americanas, com seus imperadores militares. Havia, porém, um conflito interno entre os militares. Enquanto o general Deodoro da Fonseca queria uma ação exclusivamente militar, observa o autor, Benjamin Constant defendia a ação militar conjunta com os civis, para frear a desagregação territorial. “O que acabou acontecendo, no entanto, foi o *modelo tutelar*, em que o Exército era visto como guardião da unidade nacional”, afirma Trevisan (1987, p. 17, grifos no original). No cerne do conflito, a contradição entre a política militar, preocupada com a unidade nacional, e a política

oligárquica, com seus interesses regionais. Se no governo o general Deodoro da Fonseca buscou conciliá-las, o marechal Floriano Peixoto levou a política militar até suas últimas consequências, entrando em conflito com as oligarquias, como bem atesta Sodré (1979) ao defender o legado do florianismo como defesa dos interesses nacionais frente aos oligárquicos.

Condutora do processo político e da república, Trevisan (1987) pergunta-se sobre as circunstâncias históricas que afastaram a instituição militar do governo e eliminaram o militarismo como ideologia de poder. Para ele, são duas. A primeira foi o assassinato, em 1897, do ministro da Guerra de Prudente de Moraes, o general Carlos Machado de Bittencourt, antiflorianista radical. “Em um atentado que visava ao presidente da República, acerta-se o general. [...] Os ‘métodos’ do florianismo ficaram muita à vista, o poder civil do presidente cresceu muito, logo após o atentado”, nos termos de Trevisan (1987, p. 19). A segunda foi a Guerra de Canudos (1896-1897), que desmistificou o militarismo, o salvacionismo à la marechal Floriano Peixoto e a visão positivista de Benjamin Constant, no argumento do autor. Daí em diante os militares afastaram-se do exercício direto do poder político e a política oligárquica consolidou-se na condução do governo.

Entrementes, a Escola Militar, fundada em 1911, no Realengo, formava, segundo Trevisan (1987, p. 24), “uma geração de oficiais com nova mentalidade, com outros princípios, com outras perspectivas da função do Exército”. Seus professores estagiaram na Alemanha e foram receptivos à chegada da Missão Francesa, em 1920, passando a valorizar o Estado-Maior e preparando seus oficiais. Assim, observa o autor, a cúpula hierárquica das Forças Armadas, melhor preparada, planejava e controlava a atividade militar, chegando a criar o Regulamento Disciplinar do Exército e Regulamento para Instrução e Serviço, para obter melhor controle interno e operacionalidade. No bojo das mudanças administrativas, as ideológicas alteraram a noção de Defesa Nacional, que deixou de ser restrita – limitada à proteção da fronteira – e passou a ser lata – onde “todos os aspectos da vida do país importam, desde a preparação militar até o desenvolvimento de indústrias estratégicas, como a siderúrgica”, afirma Trevisan (1987, p. 25).

A formação dos tenentes, que conduziram revoltas militares de 1922 a 1927, deu-se na Escola Militar. No interior dos quartéis, os tenentes voltavam-se contra os altos oficiais, corrompidos pela socialização bacharelesca. Fora dos quartéis, denunciavam as ligações dos generais com a classe política. “O país estava perdido. Os políticos em discussões inúteis, junto com os altos oficiais que nenhuma

confiança mereciam. Em um projeto fechado, caracterizado por uma mística salvacionista”, resume Trevisan (1987, p. 25) a mentalidade tenentista, “os tenentes pensavam em moralizar o Exército e, com ele, o país”. O tenentismo evidenciava um dissenso entre os militares e tornava-se atrativo para as dissidências oligárquicas que foram se formando por causa da política econômica a favorecer os interesses das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais em detrimento das outras ao longo das décadas.

Ao refletir sobre o tenentismo, Santiago (2002, p. 91) aponta o porquê de os tenentes atraírem todo o espectro político: eles articularam “os principais problemas que a sociedade brasileira propunha e os nossos melhores intelectuais de esquerda e de direita denunciavam”, apresentando como “solução política” o “que então era comum a todos os grupos na arena – o autoritarismo”. Quais problemas? O latifúndio, denunciado pelos romances de 1930. Somente uma solução autoritária para derrotar os latifundiários, em razão de ser o único grupo econômico organizado que poderia ganhar as eleições. Afinal, os coronéis controlavam os votos de seu domínio territorial e atravancavam o desenvolvimento nacional. O controle do Estado, portanto, era imprescindível para transformar uma sociedade desorganizada.

Apesar de Ferreira (2000, p. 119) julgar que a importância histórica atribuída ao tenentismo é sobrestimada, não nega que os militares encontraram em Vargas “quem traduzisse seu desejo de colocar um ponto final no que os generais diziam ser a agitação política provocada, depois de 35, pela proximidade das eleições”. Para ele, portanto, a Revolução de 1930 foi uma iniciativa dos civis, enquanto o Estado Novo foi arquitetado pelos militares. Martins Filho (2008, p. 103), ao contrário, afirma que “o Exército foi a principal força propulsora da revolução que derrubou a ordem oligárquica”. O processo político, entretanto, é um *continuum* de duração estendida ao longo do tempo. As mudanças foram se acumulando e a instituição militar não só reinterpretou seu papel político na sociedade, evidenciado pelo tenentismo, como passou a intervir na luta política, sendo o principal ator político na transformação da ordem constitucional, na garantia do *status quo* ou para mudanças estruturais. A partir da Revolução de 1930, portanto, as Forças Armadas se tornaram imprescindíveis no jogo político, atraindo todo espectro político.

Se a iniciativa do movimento armado foi dos civis ou dos militares, não altera o fato de a alavanca do processo político passar a ser a instituição militar a partir daí, na história do Brasil contemporâneo. Portanto, Pedrosa não poderia ignorar as Forças Armadas ao intervir no

debate público em suas colunas de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa* de 1951 a 1953. Como salienta Trevisan (1987), Vargas se tornou a grande liderança civil por ter melhor dimensão do poder dos militares. O tenentismo marcou o novo estatuto das Forças Armadas na sociedade brasileira. Antes, expõe Trevisan (1987, p. 35), “o militar era o funcionário, o empregado a serviço, alguém que se contratava e que, portanto, era demissível quando se quisesse”. Ao Osvaldo Aranha apresentar o coronel Góes Monteiro a Vargas assim se referiu a ele, continua Trevisan (1987, p. 35): “Trago à sua presença o chefe militar, o técnico. E ele de uma voz confirmará o que lhe tenho dito sobre nossas possibilidades”. Foi, para o autor, um erro de avaliação e de percepção política.

Ao aceitar o comando do movimento armado, o coronel Góes Monteiro colocou como condição total controle militar – “uma solução eminentemente autoritária, centralizadora, bem ao gosto dos tenentes”, nos termos de Trevisan (1987, p. 30). Exemplar do novo pensamento militar são as exigências do coronel, citadas por Trevisan (1987, p. 31): 1) “obediência completa às minhas ordens” e “se verificarem que não estou satisfazendo às expectativas decidam substituir-me na chefia; mas de outra maneira nunca aceitarei intervenção nos meus atos, nem nas ordens que der”; 2) “não conspirarei com os senhores, nem com qualquer entidade política, para não perder minha autoridade de chefe. [...] Darei as ordens até sobre a maneira como devem conspirar”. Suas exigências não deixam dúvidas de que o movimento armado estava sob controle da instituição militar. Se a Proclamação da República fora obra das Forças Armadas, mas levou ao triunfo as oligarquias estaduais sobre o governo central, a Revolução de 1930 seria conduzida pelos militares em nome da centralização e maior controle sobre os interesses oligárquicos, objetivando a expansão do capital. “Góes Monteiro escreveu pouco, mas conspirou muito. E exerceu o poder político plenamente, sem deixar espaços. Perseguiu objetivos fixados com uma eficiência reconhecida, principalmente por seus inimigos”, conclui Trevisan (1987, p. 35).

A noção lata de Defesa Nacional, cara ao tenentismo, levou a instituição militar a se colocar como responsável pelo desenvolvimento capitalista no Brasil. “A Revolução de 30 [...] foi um movimento que deitou raízes [...] em Estados em que o processo econômico ainda não tinha conseguido atender às exigências da racionalidade plena do capital; e que”, continua Ferreira (2000, p. 122), “trouxe para o plano nacional [...] uma ideia de Estado”. Qual Estado? Autoritário e centralizador o suficiente para organizar a sociedade de acordo com a

ideologia militar. O projeto tenentista era o desenvolvimento nacional a qualquer preço, mas a janela de oportunidade precisava ser aberta para a tomada do poder. “A oportunidade aparece com a sucessão federal de 1930, paralela à violenta crise econômica que incentivou o apetite de poder dos dissidentes das oligarquias. Os tenentes, após o exílio”, observa Trevisan (1987, p. 29-30), “já estavam amadurecidos para o exercício do governo”. O campo político, portanto, alterava-se desde a emergência do tenentismo no cenário político. Além do mais, a instituição militar buscou coesão, ao isolar suas dissidências internas, capitaneada por Luís Carlos Prestes. Sufocou o liberalismo, tão caro aos republicanos de 15 de novembro de 1889. Com isso, construiu o Estado Novo, conduzindo a modernização conservadora, ampliando a base produtiva do país e controlando o movimento operário.

À frente do governo, Vargas sabia que seu poder dependia das Forças Armadas. Ao se fortalecer como líder político, mais e mais aumentava a autonomia decisória delas para intervirem no processo político. Martins Filho (2008) destaca que as modificações políticas e organizacionais da instituição militar ocorreram aos poucos, mas se deram conforme o poder era disputado pelas armas, iniciando na Revolução de 1930, passando pela Revolução Constitucionalista de 1932 e a Revolta Comunista de 1935, para culminar no Golpe do Estado Novo, em 1937. “Os dois líderes incontestes desse processo foram Góes Monteiro [...] e Eurico Gaspar Dutra [...]. Com apoio decisivo de Getúlio Vargas”, continua Martins Filho (2008, p. 104), “os dois generais conseguiram tornar o Exército uma organização coesa, politicamente homogênea e socialmente permeável às classes média e alta da população”. Em seu argumento, são eliminadas as correntes reformistas e esquerdistas das Forças Armadas, além dos generais da Primeira República.

Ao fim das crises político-militares, a instituição militar se fortalecia como organização com o aval de Vargas. Antes mesmo da Segunda Guerra, “era uma organização purificada política, social e ideologicamente, modernizada em seus equipamentos, com lugar garantido no orçamento da Nação, ampliada de 38 para mais de 90 mil homens”, arremata Martins Filho (2008, p. 104-105), “contando com o serviço militar obrigatório para formação de suas reservas, em pleno controle das forças policiais dos estados e nitidamente mais disciplinada”. Nos termos de Martins Filho (2008, p. 105), “as Forças Armadas [...] tinham ascendido a um papel central no aparelho de Estado”. Portanto, não era possível ignorar a instituição militar como um agente estruturante do campo político. Pedrosa, assim como

qualquer outro intelectual público, que objetivasse intervir no processo político, pensava sobre as Forças Armadas, preocupado com a correlação de forças.

Como não poderia deixar de ser, o fim do Estado Novo foi obra dos militares. Para Ferreira (2000), não se deve atribuir o fim da ditadura exclusivamente à Força Aérea Brasileira (FAB), por ter incorporado valores democráticos dos Aliados da Segunda Guerra, mas a uma aliança entre as Forças Armadas com setores da sociedade civil, incluindo interventores dos Estados nomeados por Vargas. Contudo, lembra o autor, o articulador do golpe de Estado de 29 de outubro de 1945 foi o general Góes Monteiro. Se se rendeu “aos reclamos das elites que se opunham a Getúlio Vargas e ao Estado Novo, aos apelos da opinião pública e à pressão de boa parte dos oficiais da Força Expedicionária que fora à Itália”, lembra Ferreira (2000, p. 97), impediu que os direitos políticos de Vargas fossem cassados. Sua ação, portanto, contribuiu para estruturar o campo político do período democrático, por ter assegurado a Vargas a possibilidade de disputar eleições.

Apesar da defesa da democracia liberal ter se tornada hegemônica no vocabulário político pós-Segunda Guerra, Hobsbawm (2003) observa que os militares passaram a se envolver mais na política. Por dois motivos, segundo seu argumento, o surgimento de vários estados novos, sem legitimidade tradicional e em constante colapso político, e a Guerra Fria, em razão de as disputas entre as superpotências se darem através das Forças Armadas dos estados aliados. Trevisan (1987, p. 46) destaca que “a política interna brasileira, a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, passa a conviver, devido ao contexto internacional, com a ameaça do perigo comunista e com a hipótese da proteção dos militares”. Por causa do contexto da Guerra Fria, o anticomunismo aciona a intervenção política da instituição militar. Compreende-se, assim, a contradição do processo político assinalado por Trevisan (1987, p. 46), “digamos que o espírito democrata-liberal do pós-guerra, consagrado na Constituinte, provocou o refluir do poder absoluto ostensivo dos militares; não o seu desaparecimento e sim um refluxo”.

Em 1945, nas eleições presidenciais, os dois principais candidatos eram militares. Schwarcz e Starling (2015) enfatizam que Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes agiam mais como militares da ativa do que como políticos. Era uma disputa inédita até então, com o primeiro sendo um general do Exército e o segundo um brigadeiro da Força Aérea. Para as autoras, o fato era inquietante para a construção da democracia no Brasil. No início do período democrático, a questão político-militar evidenciava um conflito a estruturar o campo político, uma divisão no

interior das Forças Armadas, tornando ainda mais instável as instituições e a ordem constitucional. Nos termos de Ferreira (2000, p. 98), “a partir de 1945, a ideologia [...] penetrou os quartéis”.

Antes, porém, a ideologia a orientar os militares era uma construção endógena à própria instituição militar, que começara a ganhar corpo com a fundação da Escola Militar e efetivou-se na Revolução de 1930. Com o fim do Estado Novo, as correntes políticas em disputa na sociedade começaram a inocular novos elementos na ideologia militar. Com o passar dos anos, as cisões internas acentuaram-se: quando Vargas retorna ao governo em 1950, o campo militar é quase um espelho das divisões do campo político, sobretudo em seus órgãos de classe, justamente quando Mário Pedrosa tornar-se articulista político de *O Estado de São Paulo* e da *Tribuna Imprensa*.

Para Ferreira (2000) e Trevisan (1987), a coesão das Forças Armadas era assegurada pela atuação do general Góes Monteiro, afastando a influência partidária dos quartéis – até porque os partidos foram aliçados do processo político durante o Estado Novo. Sem um grande líder, os oficiais tinham de tomar posição ante a nova conjuntura política, marcada pelas disputas entre o trabalhismo e o liberalismo, no plano interno, e entre União Soviética e Estados Unidos, no plano externo. Na síntese de Ferreira (2000, p. 99-100), “a política pôde bater sem cerimônia às portas dos quartéis”, jogando os oficiais para lados opostos e arrastando no seu vácuo a instituição militar, dividindo-a. O processo começou, para ele, a partir do momento em que as Forças Armadas conspiraram para pôr fim ao Estado Novo. “A divisão que se verificou entre eles depois do 29 de outubro [...] foi profunda porque se referia ao como realizar o desenvolvimento econômico e a como o Brasil deveria se conduzir”, conclui Ferreira (2000, p. 100), “como potência ou não, num mundo partido em dois”. Para piorar o quadro, a figura de Vargas, cuja herança fazia os militares avaliarem e reavaliarem sua intervenção no processo político, com o anticomunismo acionando-a.

As lutas políticas, portanto, desestabilizavam a instituição militar como corporação, ao atender aos reclamos da classe política e da sociedade civil. Mas no período foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG) que, com o tempo, daria coesão suficiente para as Forças Armadas conduzirem o processo político de forma autônoma, quando do Golpe de 1964. Oficialmente, a ESG foi criada em 1948, embora sua formação remontasse a um curso para oficiais criado em 1942 pela Lei do Ensino Militar, segundo Berg (2002). Oferecia cursos de alto comando para os oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Em 1948,

o chefe do Estado Maior Geral, o general César Obino, visitou o National War College, nos Estados Unidos, durante a política de Boa Vizinhança, acertando o envio de uma missão militar para orientar a implantação de uma escola nos mesmos moldes. Formou-se uma equipe militar para elaborar o anteprojeto do regulamento da ESG. Dirigida pelo general Cordeiro de Farias, os coronéis Sady Folch, Ismar P. Brasil, Affonso Henrique de Miranda Corrêa, Celso A. de Macedo e Soares Guimarães, o tenente-coronel Idálio Sardenberg e a missão estadunidense a cargo de três militares foram responsáveis pelo anteprojeto, cuja redação final, sob responsabilidade do tenente-coronel Idálio Sardenberg, recebeu o título de Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra. Em 1949, com a Lei 785 de 20 de agosto, a doutrina ganharia suas diretrizes finais, ao projeto inicial abrir à participação civil, resume a autora.

Após a Segunda Guerra, oficiais da FEB voltaram ao Brasil convencidos da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico, segundo Oliveira (1987). Preocupação presente desde o tenentismo, marcada pelo liberalismo e pela Guerra Fria, mas as viam seriam outras. Assim, em vez de dar ênfase ao papel indutor do Estado, dava-se prioridade ao capital estrangeiro e ao alinhamento político aos Estados Unidos. “Do ponto de vista militar, significaria promover o desenvolvimento da economia – abrindo-a inteiramente ao capital estrangeiro, se necessário”, continua Oliveira (1987, p. 57), “como condição para o desenvolvimento do próprio aparelho militar com vista ao papel que o Brasil deveria desempenhar na defesa hemisférica”. O padrão de desenvolvimento defendido criava cisões internas dentro das Forças Armadas, cujos contornos eram nítidos em relação à política energética. A exploração do petróleo deveria dar-se de maneira autônoma ou com ajuda de recursos estrangeiros? Para os militares ligados à ESG, como o general Juarez Távora, a associação era indispensável ao desenvolvimento nacional, enquanto para militares que dirigiam o Clube Militar, como os generais Horta Barbosa e Estillac Leal, o desenvolvimento nacional tinha de ser autônomo.

A ESG relacionava-se ao contexto da Guerra Fria. Não só através de acordos militares e de convenções internacionais pelas quais os Estados Unidos buscavam a hegemonia, mas abrindo suas escolas militares para oficiais brasileiros buscarem aperfeiçoamento. “Mediante um programa previamente elaborado, havia o objetivo de inculcar nestes militares os fundamentos do *American way of life* e”, continua Oliveira (1987, p. 58, grifos no original), “de ganhar-lhes a convicção de que, ao voltarem aos seus países de origem, deveriam engajar-se no sentido de

que seus governos aceitassem a hegemonia americana como boa e natural, ao menos como inevitável”. Era uma forma de bloquear os movimentos nacionalistas que reagiam à hegemonia estadunidense na América Latina. Oliveira (1987, p. 60, grifos no original) conclui que esse era “o elemento decisivo na criação da *ESG enquanto instrumento de relação orgânica entre setores militares e grupos ou setores das classes dominantes*”, também “entre grupos militares e outros setores do aparelho de Estado (magistrados, políticos, educadores, embaixadores – numa dimensão política e burocrático-administrativa)” para promover o capitalismo, a ser dirigido pelas elites civis, tendo como norte a ideologia da segurança nacional e como opção estratégica o Mundo Ocidental, confundido com os interesses hegemônicos estadunidenses.

A ESG não era, porém, mero transplante da experiência estadunidense. Partindo de “uma *inspiração inicial* correspondente à expansão da hegemonia global dos Estados Unidos”, era “uma adaptação diferenciadora, posto que as ‘elites civis’ [...] foram procuradas, desde o início, para participar da ESG como estagiários ou membros do Corpo Permanente”, nos termos de Oliveira (1987, p. 60, grifos no original). Destarte, a classe militar colocava-se como mediadora dos conflitos sociais, abrindo caminho para sua crescente autonomia decisória que desembocaria no Golpe de 1964. “Classes dominantes com frágil organização e frágil hegemonia representaram a existência de um espaço político que foi preenchido por esta iniciativa militar de criação de uma instituição *sui generis*”, continua Oliveira (1987, p. 60, grifos no original): “voltada para a disputa da direção política da sociedade a partir de sua posição de implantação no aparelho de Estado”.

Se a ESG foi construída objetivando dar coesão às Forças Armadas, não significa que os militares formavam um grupo coeso. O processo só vai se completar com o Golpe de 1964. Nos anos 1950 – quando Pedrosa intervém no debate público, ao refletir sobre a instituição militar em seus artigos políticos – as cisões internas entre os militares apareciam no Clube Militar, que, por ter regulamento próprio, não estava sujeito aos rigores da hierarquia militar. Em 1950, duas chapas disputaram suas eleições. A liderada pelo general Cordeiro de Farias representava a ideologia da ESG. A encabeçada pelo general Estillac Leal simbolizava a dissidência contra a ESG. Apoiada pelo general Juarez Távora, a primeira defendia a exploração associada ao capital estrangeiro do petróleo. A segunda, com apoio do general Horta Barbosa, ex-presidente do Conselho Nacional de Petróleo, preconizava o monopólio estatal do petróleo. Com ampla maioria, esta venceu e foi

acionado o anticomunismo, com o general Estillac Leal, em seu discurso de posse, afastando-se da ideologia comunista.

Os ânimos foram aplacados. Mas logo depois a *Revista do Clube Militar* publicou dois artigos críticos sobre a Guerra da Coreia. Novamente foi acionado o tema do anticomunismo, visando a coesão da instituição militar em torno da defesa do Mundo Ocidental. Depois de cartas de oficiais protestando, de um manifesto subscrito por 600 oficiais, denunciado o viés russófilo dos artigos, “a hierarquia do Exército, ainda sob o comando de Dutra [...], tomou uma posição e”, afirma Trevisan (1987, p. 62), “transferiu para longe do Rio de Janeiro um a um todos os membros efetivos da Diretoria do Clube, tentando aplacar a reação”. Ao assumir a Presidência da República, Vargas nomeou o general Estillac Leal para o Ministério da Guerra, tomando uma posição clara sobre os setores das Forças Armadas em que procuraria se apoiar. Mas, em suas idas e vindas, ora tentando aplacar os ânimos da ESG, ora dando aval para sua dissidência, as crises do Governo Getúlio Vargas refletiam as disputas internas na instituição militar. Já em 1952 o general Estillac Leal demitiu-se. “O motivo imediato da demissão foi o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, negociado à sua revelia pelo ministro das Relações Exteriores: João Neves da Fontoura”, destaca Trevisan (1987, p. 63).

Novas eleições no Clube Militar em 1952, com a fundação da Petrobrás em pauta na sociedade. Como as anteriores, duas chapas: uma representando a ESG, tendo como candidato o general Alcides Etchegoyen, e outra, sua dissidência, lançando à reeleição o general Estillac Leal. O programa da Cruzada Democrática deixava claro que a ESG buscava coesão interna entre os militares, ao propor “um nacionalismo sadio sem outras bandeiras repudiadas por nosso patriotismo”, ao “afastar o Clube das influências totalitárias da Direita e da Esquerda” e ao por fim a “todas as atividades do Clube que afetem a segurança interna, os compromissos internacionais da Nação brasileira; que levem a assuntos explorados em um sentido político partidário; assuntos que provam dissensões entre sócios”, enumera Trevisan (1987, p. 62-63). A Cruzada Democrática venceu e o general Alcides Etchegoyen afirmou que o petróleo não seria mais tema de discussão do Clube Militar. Na síntese de Ferreira (2000, p. 40), as cisões que “marcaram o Clube Militar na década dos 50 [...] são evidências bastante de como as Forças Armadas brasileiras podem dividir-se em torno daquilo que, a rigor, deveria ser da exclusividade do governo”.

Durante o Estado Novo, as Forças Armadas não estavam divididas, dando estabilidade a Vargas. Com elas divididas, ao tentar

conciliar com a ESG e sua dissidência, Vargas não tinha bases sólidas para governar. Em 1954, quando o ministro do Trabalho, João Goulart, propôs um aumento de 100% do salário mínimo – que não subia desde o início do Governo Getúlio Vargas – as Forças Armadas reagiram e lançaram o Manifesto dos Coronéis, assinado por 43 coronéis e 39 tenentes-coronéis, dirigido ao ministro da Guerra. Sigiloso, o manifesto obedecia à hierarquia, mas os liberais, através da imprensa, aproveitaram para desestabilizar ainda mais o governo. Após a exoneração de João Goulart, o manifesto foi revelado. Seu tom, conforme Trevisan (1987), era técnico e profissional, por tratar de aspectos importantes à própria corporação – a saber, a autoridade, a coesão e a hierarquia. Aí residia o perigo para a estabilidade do governo: “o Manifesto não era um simples pronunciamento característico de oficiais antigetulistas, era um protesto profissional, com motivos que seriam abraçados pelo todo dos militares”, afirma Trevisan (1987, p. 66). Por ter dimensão do poder dos militares, Vargas sabia que, na retórica militar, o perigo maior residia no discurso neutro focado em questões corporativas. Como alerta Martins Filho (2008, p. 120), “os militares não tomaram o poder em meados da década de 50 não por falta de vontade ou confiança, mas porque tanto o campo político civil como o militar estavam profundamente divididos”. O suicídio de Vargas, porém, alterou o quadro político, colocando o campo oposicionista na defensiva. Entrementes, a ESG ia sedimentando a coesão interna nas Forças Armadas até o Golpe de 1964.

#### 4.2 A QUESTÃO POLÍTICO-MILITAR NAS COLUNAS POLÍTICAS DE MÁRIO PEDROSA

Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República em 31 de janeiro de 1951. No mesmo ano, Mário Pedrosa tornar-se-ia articulista político da *Tribuna da Imprensa*, a partir de 09 de agosto (“Um Novo Potemkine”), e do *Estado de S. Paulo*, de 20 de setembro em diante (“As Forças da Resistência Europeia”). Assim foi ao longo do Governo Getúlio Vargas – exceto 1954, quando se ausentou do columnismo por estar viajando à Europa. A imprensa liberal mobilizou Pedrosa para adensar o campo oposicionista em razão de compartilharem ideias sobre as lutas políticas do período, ciente de sua posição política devedora do socialismo e de seu referencial teórico marxista. O anticomunismo, portanto, não era antissocialista e antimarxista, permitindo Pedrosa ocupar um espaço político na imprensa liberal.

Os limites ao pensamento político pedrosiano, porém, eram dados pelo campo oposicionista. Por mais que Pedrosa defendesse o socialismo e mobilizasse o marxismo, o fazia na luta política contra Vargas e o comunismo. Compreensível deter-se sobre a questão político-militar enquanto ela fosse uma preocupação dos liberais, com os militares críticos à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional ocupando postos estratégicos no governo e em seus órgãos de classe. O general Estillac Leal esteve à frente do Ministério da Guerra entre 1º de fevereiro de 1951 e 26 de março de 1952. Por sua vez, seu grupo somente deixou a presidência do Clube Militar após 21 de maio de 1952, quando a Cruzada Democrática venceu as novas eleições. Pedrosa analisou a instituição militar em suas colunas de 16 de agosto de 1951 (*Estillac entre o continuísmo e o stalinismo*) a 17 de abril de 1952 (*O “grupo” Estillac*).

Sendo o principal alvo dos liberais, o general Estillac Leal foi objeto de reflexão privilegiado na intervenção pedrosiana no debate público pela imprensa. Imerso na retórica moralista identificada com a União Democrática Nacional (UDN), por estar escrevendo nas páginas da *Tribuna da Imprensa* e de *O Estado de S. Paulo*, Pedrosa parte do argumento *ad hominem* ao refletir sobre a atuação do general Estillac Leal no campo militar e no campo político. O moralismo mobiliza a opinião pública, ao trabalhar com juízos de valor identificados com os leitores da imprensa liberal. Visa a ação política, sendo fundamental para entendermos o movimento das ideias políticas de Pedrosa enquanto ele pensava a questão político-militar. Subjacente ao argumento *ad hominem*, há uma análise preocupada em compreender a definição e a redefinição do campo político através do protagonismo de um militar.

Em “Estillac Leal entre o Continuísmo e o Stalinismo” destacam-se, em seu primeiro parágrafo, os termos “inteligente”, “ambicioso” e “oportunista”, voltados para qualidades pessoais, e “comunista” e “queremista”, necessários para fazer um corte no campo político. Segundo Pedrosa (1951a, p. 4), o general Estillac Leal “é um homem inteligente e ambicioso, com veleidades políticas e sem escrúpulos doutrinários: trata-se, pois, de um oportunista”. Por ser inteligente “não é comunista, e por ser ambicioso não é ‘queremista’ nem está disposto a fazer o jogo das sempre possíveis manobras continuístas do sr. Getúlio Vargas”, conclui Pedrosa (1951a, p. 4). A moral é um móvel da ação política para Pedrosa. O general Estillac Leal, como líder, mudaria a correlação de forças no jogo político, estabilizando ou desestabilizando o poder ao colocar as Forças Armadas em movimento. Porém, não tinha um projeto político, apenas ambições pessoais. Fundamental mantê-lo

sob vigília, para não permitir a consolidação do poder de Vargas, muito menos a expansão do poder dos comunistas. No argumento pedrosiano, a classe política era quem tinha um projeto político, não a classe militar, apesar de esta consolidar o poder daquela no Brasil.

O general Estillac Leal, para Pedrosa, era um ator neutro nas lutas políticas, por não ser adepto do comunismo e de Vargas. Em essência, era um burocrata. Mas suas qualidades pessoais atreladas a seu crescente poder o levava a mudar a correlação de forças. O campo oposicionista tinha de estar atento a sua atuação, para a correlação de forças não desfavorecer os liberais. Afinal, ocupou o ministério para garantir o Governo Getúlio Vargas, em razão de forte oposição enfrentada entre os militares. Vargas “precisou dele na hora em que o seu mandato andou periclitando, e o general inteligentemente o serviu numa hora de ótima oportunidade”, continua Pedrosa (1951a, p. 4), “assegurando a posse do ex-ditador, conquistou para si a pasta da Guerra”. Ao não colocar em questão o projeto político liberal, as ideias pedrosianas não questionavam o projeto hegemônico da ESG no interior das Forças Armadas. Em síntese, Pedrosa, ao usar o argumento *ad hominem*, buscava enquadrar o general Estillac Leal, afastando-o de ideologias rechaçadas pela ESG, relacionadas ao desenvolvimento nacional com autonomia em relação ao capital estrangeiro e ao comunismo.

A autonomia decisória do general Estillac Leal era reduzida, seus rumos dependiam das definições tanto do campo militar quanto do campo político. Contudo, entendê-lo era fundamental para a luta política. Pedrosa (1951a, p. 4) afirma que “hoje, como se está vendo, o general tem peso próprio na política e suas estrelas já não dependem do brilho da estrela de Vargas”. O Presidente da República, na coluna pedrosiana, cercava-se de homens sem ambições próprias, para controlar o processo político. “Nos seus longos anos de governo, nunca consentiu em ter a seu lado, como ministro da Guerra, homens de vontade própria, inteligência e ambição ou”, prossegue Pedrosa (1951a, p. 4), “simplesmente fieis a certos postulados morais ou políticos”. As Forças Armadas, em seu raciocínio, eram coadjuvantes, sendo convocadas pela classe política para garantir o poder do mandatário. Assim como os liberais, ajudou a consolidar não uma alternativa ao getulismo, mas o poder militar, não se apercebendo do crescente protagonismo da instituição militar no Brasil.

Ao fazer uma regressão histórica para a Revolução de 1930, sua análise perde de vista a aliança entre a classe política e a classe militar. Mário Pedrosa vê o processo político de forma estreita, como mero produto das habilidades de Vargas. Destarte, reduz o coronel Góis

Monteiro e o general Eurico Gaspar Dutra a caricaturas, não se apercebendo de seu protagonismo na Revolução de 1930 e na arquitetura do Estado Novo. “Presença do general Góis no Ministério da Guerra não é prova em contrário, pois mesmo admitindo-se inteligência e ambição no ex-senador por Alagoas, nunca passou no fundo de um parlapatão pusilânime”, pontua Pedrosa (1951a, p. 4). Ao se perguntar quem substituiu o general João Gomes, que não compactuara com o golpe de 1937, observa que “um general inexpressivo, bocó mesmo, que não se distinguia nem pela inteligência, nem pela rigidez de suas convicções políticas, nem mesmo pela ambição. O general Dutra assumiu a pasta da Guerra”, continua Pedrosa (1951a, p. 4), “para cobrir, com ausência ou a sua fidelidade como quiserem, a trama conspirativa continuísta da dupla Getúlio-Góis Monteiro”. No raciocínio de Pedrosa, portanto, Vargas se cercava de militares sem protagonismo, para manter-se no poder. Não era o caso do general Estillac Leal, daí o recurso do argumento *ad hominem* pedrosiano.

O que Pedrosa chama de “continuísmo” em sua coluna, portanto, não estava garantido com o general Estillac Leal à frente do ministério da Guerra. Em 1937, porém, Vargas livrou-se do general João Gomes objetivando dar o golpe e instaurar o Estado Novo. Como lembra Pedrosa (1951a, p. 4), “o primeiro ministro da Guerra da primeira fase constitucional do Sr. Getúlio Vargas [...] era um militar à moda antiga, isto é, estritamente fiel à legalidade constitucional”. Ao ser sondado para um golpe, recuou e Vargas se apercebeu que precisava mudar o comando da pasta. Após o exemplo histórico, Pedrosa (1951a, p. 4) se pergunta se o general Estillac Leal “convirá muito tempo [...] para ministro militar do sr. Vargas, atarracado no fraque incômodo de presidente constitucional”. As qualidades pessoais do militar eram apontadas para manter o processo político dentro da normalidade constitucional: “Eis uma interrogação que todos os homens interessados numa sucessão presidencial legítima e constitucional estão obrigados a fazer-se a si mesmo”, conclui Pedrosa (1951a, p. 4).

Se o argumento pedrosiano não problematiza a aliança entre a classe política e a classe militar para a estabilidade do regime, nota a importância das Forças Armadas na correlação de forças. Mesmo não considerando sua autonomia decisória, nenhum ator político poderia dispensá-la ao objetivar chegar ao poder. O general Estillac Leal, de um lado, limitava o poder de Vargas; de outro, fazia avançar o poder dos comunistas. Nos termos de Pedrosa (1951a, p. 4), o general Estillac Leal, no flanco esquerdo, está “exposto aos eflúvios da política mundial. Sua eleição para o Clube Militar foi ganha em aliança com grupos

militares mais ou menos influenciados pela ideologia stalinista”. Se o general Estillac Leal limitava as ambições de Vargas, simbolizava um avanço dos comunistas nas Forças Armadas, em razão de sua eleição para o Clube Militar ter se dado com apoio de militares críticos à ESG.

O problema, para Pedrosa, era ideológico, sendo de difícil controle, ao contrário de manter vigília sobre a ação política de Vargas. “É que houve naquela aliança um elemento que ultrapassa a mera ambição individual de um homem ou o seu faro oportunista. Esse elemento é de ordem ideológica, quer dizer”, prossegue Pedrosa (1951a, p. 4), “permanente nas atuais condições históricas, em grande parte reflexo da presente relação de forças no campo da política internacional”. O anticomunismo de Pedrosa, assim como o dos liberais, buscava criar coesão no interior das Forças Armadas. Contribuindo, destarte, para sua crescente autonomia decisória, que culminaria no Golpe de 1964. Ao analisar o campo militar, procura identificar as correntes ideológicas e aponta os caminhos para a mais próxima do liberalismo tornar-se hegemônica entre os militares.

Pedrosa (1951a, p. 6) não tem dúvida de que “a célula comunista que deve existir na oficialidade brasileira é [...] pequena”. Em razão de seu número reduzido, não oferecia nenhum perigo. Mas havia uma “vasta camada” sem “convicções comunistas, embora por vezes faça liga, consciente ou inconscientemente, com o grupo reduzido de comunistas”, segundo Pedrosa (1951a, p. 6). Usando os termos de Pedrosa (1951a, p. 6), a grande maioria dos militares flutuava entre “os reacionários da direita e da ‘esquerda’, isto é, os fanáticos do nazifascismo, do integralismo e do estadonovismo e os fanáticos do stalinismo” e os “democratas convictos”. O objetivo, para ele, era isolar as duas primeiras correntes ideológicas, por serem antidemocráticas. “No tempo da ascensão do fascismo e do nazismo, o desprestígio das ideias democráticas foi profundo em todas as classes da população, e particularmente no seio das Forças Armadas” e, continua Pedrosa (1951a, p. 6), “depois da vitória sobre Hitler e do heroísmo demonstrado nos campos de batalha pelo ex-exército vermelho, a Rússia de Stalin aparece como a suprema expressão da evolução histórica e o campeão do progresso”.

Ao desenvolver seu argumento, destaca que no Clube Militar se esboçava um movimento de aproximação entre o brigadeiro Eduardo Gomes, que fora candidato à Presidência da República em 1945 e 1950 pela UDN, e o general Estillac Leal. Pedrosa (1951a, p. 6) é direto ao afirmar que o “movimento de conciliação [...] visa isolar o grupo dos fanáticos e intransigentes da reação”, isto é, as correntes ideológicas

ligadas ao comunismo, ao integralismo e a Vargas. Sua coluna “Estillac Leal entre o Continuismo e o Stalinismo” é uma exortação à ação política, uma tentativa de criar uma coesão no interior das Forças Armadas, isolando os militares identificados ao autoritarismo e ao totalitarismo por ele e pelos liberais. É uma peça pela luta da hegemonia liberal na instituição militar. Compreende-se o argumento *ad hominem* em razão de o general Estillac Leal ser fundamental para alterar a correlação de forças nas Forças Armadas, já que em torno de si militares críticos à ESG estavam no comando do Clube Militar desde 1950.

A aliança entre o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Estillac Leal teria como base os princípios da ESG, destacadamente a opção estratégica de que o Brasil estava na esfera de influência do Mundo Ocidental. A “acuidade do general Estillac é indispensável para vencer as atuais contradições. Naturalmente ele sabe melhor do que ninguém a irredutibilidade das condições geográficas, econômicas, sociais e materiais que”, conclui Pedrosa (1951a, p. 6), “prendem indissolavelmente o Brasil ao continente e aos Estados Unidos”. Se no raciocínio pedrosiano o general Estillac Leal era oportunista ao assumir o ministério da Guerra, tornando-se protagonista no campo político, era inteligente por ser realista. Pedrosa (1951a, p. 6) afirma que “em caso de guerra mundial, não haverá forças internas suficientes para impedir o alinhamento, ativo ou passivo, do país ao lado de Washington”. Os stalinistas também tinham certeza do alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos, mas em vez de agirem “em função de nossa realidade”, tomavam “posição em função das necessidades táticas russas”, nos termos de Pedrosa (1951a, p. 6).

Para ele, o general Estillac Leal deveria contribuir no isolamento dos comunistas nas Forças Armadas. Estando a União Soviética enfraquecida militarmente, uma posição consequente seria enfraquecer os militares simpatizantes do comunismo dentro do Clube Militar. Pedrosa (1951a, p. 6) destaca que “o rearmamento das potências europeias aliadas aos Estados Unidos se vai fazendo, a despeito dos esforços em contrário dos partidos comunistas locais”. Ao final de sua coluna de 16 de agosto de 1951, pergunta se o general Estillac Leal tinha consciência de que a correção de forças no plano internacional pendia para os Estados Unidos. Se tivesse consciência havia apenas um movimento a se fazer para isolar os comunistas nas Forças Armadas, renunciar à presidência do Clube Militar e antecipar as eleições marcadas para maio de 1952, “para a qual concorrerão ele e seus amigos em chapa única com os elementos anti-totalitários e anti-stalinistas da outra tendência”, afirma Pedrosa (1951a, p. 6), cuja conclusão é que

“essa eleição será assim um pronunciamento maciço da imensa maioria dos oficiais pela manutenção da ordem democrática atual, a constitucional e o isolamento do gânglio stalinista nas fileiras militares”.

A questão político-militar é abordada por Pedrosa objetivando uma coesão em torno da ideologia da ESG. Daí ela estar presente nas colunas pedrosianas analisando a figura do general Estillac Leal que, de um lado, era uma força de resistência ao “continuismo” de Vargas e, de outro, poderia enfraquecer o “stalinismo” nas Forças Armadas. “Em Manobras Comunistas e Manobras Getulianas”, de 27 de setembro de 1951, é apontado o enfraquecimento do general Estillac Leal em um episódio envolvendo a *Revista do Clube Militar*. Logo após a publicação dos dois artigos sobre a Guerra da Coreia, ela deixou de circular em outubro de 1950. Quando voltou a circular, em março de 1951, o general Estillac Leal era presidente licenciado do Clube Militar e ministro da Guerra. Em uma edição, o artigo do general Horta Barbosa é ilustrado por um dedo indicador surpreendendo um animal tentando derrubar uma torre de petróleo, enquanto a ilustração do artigo do general Valério Braga mostra um soldado do exército brasileiro defendendo torres de petróleo sendo ameaçadas. Ramos (1996) destaca que ambas as ilustrações lembravam charges de jornais comunistas sobre o imperialismo estadunidense.

A crise provocada pelas ilustrações, no argumento pedrosiano, tomou vulto e o general Estillac Leal, ao intervir, passou a sofrer ataque de todos os lados, enfraquecendo-se politicamente. Segundo Pedrosa (1951b, p. 4), “não era possível escolher-se um momento mais desfavorável para a súbita intervenção de seu ministro. É evidente que o momento foi adrede escolhido para comprometê-lo com os dois lados”. Demonstra sua hipótese lembrando que a imprensa comunista passou a atacar o general Estillac Leal, assim como a imprensa liberal. Ao se enfraquecer, Vargas se fortaleceu, “que de protegido passa a ser protetor. O general Estillac não chegará provavelmente ao fim do quadriênio na pasta da Guerra”, vaticina Pedrosa (1951b, p. 4). Se antes, o general Estillac Leal era quem mediava os conflitos entre os militares, agora o posto foi tomado por Vargas. Assim, observa Pedrosa (1951b, p. 4), “o punhado de comunistas fardados passará a viver de sua tolerância”. Na coluna anterior, o general Estillac Leal tinha de ser atraído por ter condições de mediar os conflitos e neutralizar os comunistas. Enfraquecido, a mediação passava a ser da classe política, tornando a ordem democrática instável.

Os desdobramentos do episódio da revista são analisados em 18 de outubro de 1951, na coluna “A Demagogia Nacionalista no Clube

Militar”. No mês anterior, o general Estillac Leal reassume a presidência do Clube Militar e adia uma assembleia geral em que teria por finalidade reformar os estatutos da entidade. Agindo assim, bloqueava os militares críticos aos interesses estadunidenses no Brasil. Pedrosa (1951c, p. 4) julga necessário dar “um prazo razoável para que ele desenvolva sua ação tática até o fim”, pedindo aos oficiais gerais críticos à orientação da *Revista do Clube Militar*, aguardar os resultados práticos da tomada de posição do general Estillac Leal, que inicia “enfim um movimento para isolar do grupo que o elegeu os militares realmente movidos, direta ou indiretamente, por influência ideológica ou política stalinista”. Afinal, ele estava enquadrando a linha editorial da *Revista do Clube Militar*, para impedi-la de tomar posição frente à política externa do Brasil. No argumento desenvolvido na coluna, a atitude do general Estillac Leal indicava que estava se afastando dos grupos militares ligados aos comunistas e a Vargas.

Com a tomada de posição do general Estillac Leal, a questão político-militar fica em suspenso na intervenção pedrosiana na imprensa liberal. Só volta após sua saída do Ministério da Guerra em 26 de março de 1952, em duas colunas seguidas de Pedrosa, “Rearmamento Ideológico”, de 03 de abril, e “O ‘Grupo’ Estillac”, de 17 de abril. Contudo, em razão de o general Estillac Leal lançar-se candidato à reeleição do Clube Militar – demonstrando não ser adepto de uma aliança com o brigadeiro Eduardo Gomes, aventada por Pedrosa no ano anterior como forma de conseguir coesão no interior das Forças Armadas –, seus movimentos precisam ser vigiados de perto, mesmo não sendo mais ministro da Guerra. Em síntese, a candidatura do general Estillac Leal demonstrava uma cisão ideológica que precisava ser combatida, ao impedir a hegemonia da ideologia da ESG nas Forças Armadas.

Pedrosa (1952a, p. 4) alerta que “para muitos a crise militar ficou solucionada com a saída da pasta da Guerra do general Estillac. Parece que agora as instituições foram consolidadas, e o comunismo já não será mais um perigo”. Para ele, era um erro tático dos liberais, já que a difusão da ideologia comunista independia do general Estillac Leal. Seu exemplo é de que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), posto na ilegalidade, teve seu poder de influência no campo político aumentado. “O caso do PCB é típico: depois de posto erradamente na ilegalidade é que se tornou mais influente e perigoso”, afirma Pedrosa (1952a, p. 4). O combate ao comunismo dava-se dentro da ordem democrática, em razão de assim haver como controlar os movimentos do PCB. O problema do general Estillac Leal, para ele, era subestimar o

comunismo, permitindo seu avanço no interior das Forças Armadas. “Agora, com a sua substituição, é possível que algumas meadas dessa penetração nas forças armadas sejam desfeitas. Extirpar, porém”, continua Pedrosa (1952a, p. 4), “a influência propriamente ideológica do comunismo é impossível, nas condições dadas. E, no fim das contas, o X do problema está no plano das ideologias”.

Como marxista, tinha autoridade frente aos liberais para demonstrar que a luta política se dava no plano das ideias. Seu anticomunismo, portanto, era contra medidas repressivas. A luta contra o comunismo era ideológica, não era uma questão policial. Assim, seu anticomunismo o levou a ganhar espaço na imprensa liberal, mas a forma como encarava a luta política o distanciava dos métodos repressivos defendidos por militares ligado à ESG. Mas há uma antinomia presente em sua intervenção política, em razão de usar seu espaço em *O Estado de S. Paulo* e na *Tribuna da Imprensa* para defender o isolamento das outras correntes ideológicas no interior das Forças Armadas, lutando para os militares da ESG preservarem os postos de comando dos órgãos de classe. Nos termos de Pedrosa (1952a, p. 4), “é necessário [...] tomar precaução contra a infiltração, evitando que oficiais e militares de lealdade democrática duvidosa, de inclinações stalinistas, sejam conservados em posto de comando”.

Sua preocupação tinha um motivo, a instituição militar tinha um peso significativo na correlação de forças, sendo fundamental para a estabilidade do regime. “Sob pena de suicídio, o regime democrático não pode consentir por um só momento que as Forças Armadas criadas para defendê-lo e conservá-lo, sejam minadas por seus adversários mais implacáveis”, afirma Pedrosa (1952a, p. 4). Compartilhava com os liberais a percepção de que os comunistas e Vargas eram uma ameaça à democracia. Como em nenhum momento pôs em dúvida as convicções democráticas do campo oposicionista, não problematizou que a hegemonia da ideologia da ESG, em vez de garantir a estabilidade do regime, aumentaria a autonomia decisória das Forças Armadas, tornando-as fonte constante de instabilidade do regime.

Pedrosa, portanto, procurava despolitizar o campo militar. Para ele, a instituição militar deveria ser neutra. Só que a neutralidade era atingida com a hegemonia da ideologia da ESG, em função de as outras correntes ideológicas precisarem ser isoladas para manter as Forças Armadas como garantidora da legalidade e do Poder Constitucional. Porém, em seu pensamento, o campo político era qualitativamente diferente, por estar aberto à participação de todos os espectros políticos. “Ainda hoje somos de opinião que os comunistas devem ter toda

liberdade para discutir e propagar suas ideias na praça pública, nos parlamentos e na imprensa; deve-se exigir apenas, uma condição para o gozo dessas regalias democráticas”, continua Pedrosa (1952a, p. 4), “que estejam desarmados, fora dos quartéis, longe das metralhadoras, dos tanques e aviões. Do contrário, a luta seria desigual para os democratas que só sabem ou só querer usar a arma das ideias”. Seu anticomunismo definia-se por considerar os comunistas como uma ameaça à democracia a partir do momento que ocupassem o aparelho de estado. Não ocupando, não ameaçavam. Em síntese, seu anticomunismo era restrito: a luta ideológica deve ser travada para impedir os comunistas de chegarem ao poder, não para que eles sejam descartados da disputa política.

Na última coluna pedrosiana sobre a questão político-militar – “O ‘Grupo’ Estillac”, de 17 de abril de 1952 – evidencia-se que a vigília sobre o general Estillac Leal era para afastá-lo das lutas políticas. Em termos concretos, mantê-lo afastado de Vargas e dos militares críticos à orientação da ESG, identificados, por Pedrosa e pelos liberais, como simpatizantes do comunismo. Desde o início, na coluna “Estillac entre o Continuismo e o Stalinismo”, de 16 de agosto de 1951, o general Estillac Leal, na análise pedrosiana, favorecia o campo oposicionista ao compor o Governo Getúlio Vargas. Seu protagonismo, portanto, enfraquecia Vargas politicamente. Mas, por ter sido apoiado por militares críticos à orientação da ESG, favorecia a expansão do comunismo no interior das Forças Armadas. Somente ao general Estillac Leal movimentar-se em direção à proposta pedrosiana de aliar-se ao brigadeiro Eduardo Gomes, a ordem democrática estaria garantida ao isolar as demais correntes ideológicas da direção do Clube Militar. Recusando-se a formar uma chapa única, a ordem democrática estaria em perigo, devido à politização dos militares.

“A sua vitória eleitoral significaria a vitória da causa nacionalista contra o partido dos ‘entreguistas’”, afirma Pedrosa (1952b, p. 4). Os “nacionalistas” seriam os militares que defendem o desenvolvimento nacional autônomo. Os “entreguistas” seriam os militares que julgam que o desenvolvimento nacional não poderia prescindir do capital internacional. Ambas as correntes militares defendiam o desenvolvimento, de que ele deveria ser direcionado pelo Estado, visando o fortalecimento e a independência do Brasil. O que diferenciava as duas correntes era a associação com o capital internacional. Em síntese, associar o desenvolvimento nacional ao capital internacional ou não. O nacionalismo era uma categoria em disputa pelas diversas correntes ideológicas. Ao se evitar os termos

contaminados pela luta política do período, a pergunta seria: qual nacionalismo? Em um contexto marcado pelo Plano Marshall, haveria como o desenvolvimento nacional dissociar-se do Mundo Ocidental? Para a ESG, não.

Para Pedrosa, por sua vez, o nacionalismo deveria ser problematizado, já que os liberais perderam a luta ideológica com os comunistas e Vargas por serem vistos como “entreguistas”. Não é à toa que no contexto da criação da Petrobrás a UDN passou a defender o monopólio estatal da produção de petróleo, indo contra o projeto de lei do governo que permitia a exploração do petróleo em conjunto com o capital internacional. Daí Pedrosa insistir que o combate ao comunismo deveria se dar no campo da luta ideológica e não através de medidas repressivas. Pedrosa ocupou um espaço na imprensa liberal para fazer a luta ideológica contra Vargas e o PCB. Como marxista e socialista, tinha mais instrumental para entender que a luta era no campo das ideias e não mobilizando a força repressiva do Estado, pois a repressão não faria a população em geral dissociar o nacionalismo do comunismo.

Trata-se do “Rearmamento Ideológico”, título da coluna anterior, de 03 de abril de 1952. Segundo Pedrosa (1952a, p. 4), os maiores êxitos dos comunistas “não têm sido de ordem tática ou no domínio das ações de massa, como greves, choques armados etc. Seus grandes êxitos têm sido de ordem ideológica”. Seu exemplo é a palavra de ordem “o petróleo é nosso”, que, lançada pelo PCB, “é hoje uma ideia vitoriosa no seio de vastas camadas populares do país e do próprio exército nacional”, conclui Pedrosa (1952a, p. 4). Ao lembrar que o general Eurico Gaspar Dutra aderiu à palavra de ordem, reconhece que foi uma demonstração de sabedoria política. O campo oposicionista, para ele, deveria ser pragmático, em vez de se aferrar à defesa de diretrizes programáticas, acompanhar os movimentos da opinião pública e encampá-las para travar a luta política. Estava criticando os liberais. Forçando-os a aderirem a campanhas identificadas com o nacionalismo para fortalecer o campo oposicionista. Assim, as colunas pedrosianas, publicadas em *O Estado de S. Paulo* e na *Tribuna da Imprensa*, ajudam a compreender como a luta ideológica era fluida durante o Governo Getúlio Vargas, com a UDN defendendo o monopólio do petróleo, opondo-se ao projeto de lei do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de partilha com o capital privado.

Mário Pedrosa, entretanto, mobilizava o anticomunismo para levar os liberais a mudarem sua política em relação à exploração do petróleo. Explorava, ao ter espaço na imprensa liberal, as contradições do campo oposicionista, que na década de 1950 não tinha coesão. Por

outro lado, lutou pela coesão no interior das Forças Armadas, ao pensar a questão político-militar, por acreditar que elas eram fundamentais para a correlação de forças na luta política. Não percebeu, assim, a crescente autonomia decisória delas, que ia dar evidência ao longo do processo político, culminando no Golpe de 1964. Como Pedrosa (1952a, p. 4) observa, “o problema do petróleo não é mais hoje simples questão de ordem técnica e econômica, mas de ordem ideológica. Ignorá-lo é facilitar aos comunistas a campanha de desmoralização do regime”.

Imersos na luta ideológica, as disputas entre os militares refletiam-na. Portanto, não seria através da “repressão policial ou mesmo com um expurgo sistemático dos militares suspeitos do exército”, nos termos de Pedrosa (1952a, p. 4), que se resolveria a crise militar. Compreensível ele buscar atrair o general Estillac Leal, identificado com os nacionalistas, para o campo oposicionista, mas insistindo para ele isolar os militares simpatizantes de Vargas e do comunismo. Ao mesmo tempo em que lutava pela coesão no interior das Forças Armadas, buscava atrelar o nacionalismo ao campo oposicionista. Era no “plano ideológico” que “os democratas brasileiros estão mais fracos. Dia a dia eles perdem terrenos na batalha das ideias. Um rearmamento ideológico urgente das forças democráticas do país, eis o que se está precisando. Sem esse rearmamento”, continua Pedrosa (1952a, p. 4), “a repressão física e policial por mais sistemática, brutal e eficaz que seja no momento desaparecerá amanhã na voragem dos acontecimentos”. Em síntese, ou o campo oposicionista atrelava-se ao nacionalismo ou perdia a luta política.

Porém, quando o general Estillac Leal se lançou candidato ao Clube Militar em 1952, ele passou a assumir uma posição política, deixando de ser neutro na interpretação pedrosiana. Entre 1951 e 1952, ao analisar a questão político-militar, Mário Pedrosa tentou atrair o general Estillac Leal para o campo oposicionista e isolar os diversos espectros políticos no interior das Forças Armadas. Não conseguindo, Pedrosa passou a acreditar que a ordem democrática estaria em perigo, a partir do momento em que a linguagem do campo político tomou conta das eleições do Clube Militar, com o general Estillac Leal falando em combater a ala militar adepta do “entreguismo”. Afinal, o nacionalismo perpassava o campo militar, com todas as correntes defendendo o desenvolvimento nacional, com a diferença de que a ala ligada à ESG acreditava que não tinha como desvincular, dada a questão geopolítica, a expansão industrial do Brasil do Mundo Ocidental. O general Estillac Leal, portanto, estava tomando uma posição política clara na política externa do Brasil, ao se afastar da opção estratégica do Mundo

Ocidental, para a ESG. Por estar marcado pelo contexto da Guerra Fria, significava pôr em risco a ordem democrática.

Segundo Pedrosa (1952b, p. 4), “na verdade, a ação pública do general Estillac vai tomando caráter abertamente político”. Pelas palavras do militar em uma entrevista, “o programa puramente reivindicatório da primeira eleição foi esquecido, para ser focalizado apenas o aspecto político que na primeira campanha era apenas subjacente”, pois, “ao aceitar publicamente sua candidatura à reeleição”, conclui Pedrosa (1952b, p. 4), “desafivou ele por assim dizer a máscara de candidato neutro, de objetivos exclusivamente corporativos beneficentes, para aparecer como o chefe de uma cruzada política”. No argumento pedrosiano, o programa da ESG era neutro, deveria ser ponto pacífico no interior das Forças Armadas. Qualquer ala militar que se afastasse dele, estava tomando uma posição política, por não considerar a opção estratégica do Mundo Ocidental como ponto de partida da ação militar. Por isso Pedrosa procurou, ao longo da questão político-militar, atrair o general Estillac Leal para o campo político oposicionista, que defendia a neutralidade das Forças Armadas. Neutralidade entendida como a opção estratégica pelo Mundo Ocidental.

O grupo Estillac, que intitula a coluna de 17 de abril de 1952, define-se como um grupo político. A candidatura deixou de ser corporativa e passou a ser partidária, alterando o campo político e enfraquecendo a democracia, por deixar claro que a instituição militar passava a ser um ator a influenciar o jogo político. Como diz Pedrosa (1952b, p. 4), na carta em que o general Estillac Leal “se declara candidato, já não procura esconder a sua verdadeira identidade partidária. E falou logicamente em nome de um ‘grupo’”. Qual grupo? O dos oficiais contrários às diretrizes da ESG. Na retórica da época, os oficiais nacionalistas, que são contra o “entreguismo”. Como o nacionalismo perpassava os diferentes grupos militares – mas o que os diferenciavam era a opção estratégica do Mundo Ocidental –, a opção de combater o “entreguismo” denotava que havia uma divisão nas Forças Armadas não em relação ao desenvolvimento nacional, mas diante da política externa, marcada pela Guerra Fria. Ameaçando, internamente, a democracia ao afastar-se do Mundo Ocidental.

Pedrosa (1952b, p. 4) observa que “não se discute aqui o valor ou a justeza ou oportunidade desse programa. O que se discute é a existência desse agrupamento político de militares”. Portanto, trata-se da politização das Forças Armadas. Suas diretrizes corporativas eram as da ESG, afastando-se da ideologia da ESG, as Forças Armadas se imiscuíam na luta política. “O Clube é o primeiro campo de operação do

grupo. O general ridiculariza [...] os que não desejam ver aquela associação de classe transformada numa arena de lutas políticas”, afirma Pedrosa (1952b, p. 4). Para ele, o Clube Militar tornava-se um órgão político, papel desempenhado desde o fim do Império, quando participou ativamente na mudança de regime. A reivindicação do papel político do Clube Militar objetiva, portanto, desestabilizar o regime. A estabilidade era mantida com o afastamento das Forças Armadas da luta política. Daí Pedrosa ter buscado atrair o general Estillac Leal para o campo oposicionista, no sentido de manter as disputas políticas dentro da ordem democrática, já que Vargas e o PCB visavam desestabilizar o regime para tornar possível um golpe de Estado para Vargas continuar no poder ou os comunistas chegarem ao poder.

“É forçoso convir que as crises de regime que temos conhecido nunca pouparam o Clube Militar. Ele se viu envolvido em quase todas, sobretudo a partir da era republicana. Também”, alerta Pedrosa (1952b, p. 4), “ninguém pode negar estarmos atravessando um momento de extraordinária tensão social, e cheio de questões políticas explosivas”. A coesão no interior das Forças Armadas era, para ele, condição *sine qua non* para a estabilidade do regime. Mas a unidade era em torno da ideologia da ESG, de que o Brasil estava na esfera da influência do Mundo Ocidental, ou seja, da democracia. Vargas e o comunismo representavam, destarte, o autoritarismo e o totalitarismo. O pensamento pedrosiano estava imerso no contexto da Guerra Fria: com os liberais sendo aliados táticos dos socialistas, no combate ao comunismo e a Vargas.

O processo político, no Brasil, era mais instável, não só por causa da politização das Forças Armadas, mas por causa do sistema partidário. Pedrosa (1952b, p. 4) destaca que a tensão social tornava os partidos políticos pouco representativos, em razão de ser “mais do que provável terem perdido a possibilidade de dirigi-la ou de controlar os acontecimentos”. Arelado ao problema partidário, havia o populismo a impedir a formação de partidos políticos legítimos. “O parlamento não tem ressonância no seio do povo, enquanto o Sr. Vargas, desaparecido o apoio da massa que o fez voltar ao poder, é hoje no Palácio do Catete um irremediável anacronismo”, afirma Pedrosa (1955e, p. 4). Assim, a política, com o enfraquecimento de Vargas e a pouca representatividade dos partidos políticos, deixava de ser um meio pelo qual as reivindicações das massas encontrariam um canal de expressão, permitindo, no argumento pedrosiano, soluções autoritárias. A politização das Forças Armadas seria perigosa exatamente por poder controlar o processo político. “Desencantadas com os partidos políticos,

desiludidas com as virtudes messiânicas do ex-ditador, as massas reagem desordenadamente num sentido antipolítico, isto é”, continua Pedrosa (1952b, p. 4), “contra os partidos, o parlamento e o próprio governo. A sua inclinação atual é para escutar os profetas da subversão e do desespero”. Sua vigília à atuação do General Estillac Leal decorria do temor de as Forças Armadas passaram a ser a solução antipolítica. De certa forma, Pedrosa temia a autonomia decisória da instituição militar, mas ele a fortaleceu por reivindicar a neutralidade dentro da ideologia da ESG, não pensando em alternativas que fugissem do maniqueísmo da Guerra Fria a dividir o campo político em apenas duas alternativas – liberalismo ou comunismo.

A questão político-militar encerra-se na intervenção pedrosiana na imprensa liberal um pouco antes das eleições do Clube Militar de maio de 1952. Mais exatamente em “O ‘Grupo’ Estillac”, de 17 de abril, quando Pedrosa se mostrou preocupado com a politização das Forças Armadas, em razão de o general Estillac Leal lançar-se candidato à reeleição adotando a linguagem do campo político, afastando-se de reivindicações de cunho corporativo. Mas na coluna de 03 de julho esclarece o porquê de ter analisado a atuação do general Estillac Leal, tentando atrai-lo para o campo oposicionista, de que as Forças Armadas não deveriam imiscuir em questões políticas. Em “O Fim dos Políticos”, a burocracia é analisada como ator político, por ter condições de controlar o processo político, por causa do equilíbrio de forças entre os Estados Unidos e a União Soviética. Mas mobilizando o anticomunismo, uma ideia compartilhada entre Pedrosa e a imprensa liberal.

Pedrosa (1952c, p. 4) destaca “que as ‘revoluções nacionais’ que instalaram ‘as democracias populares’ foram feitas de cima para baixo, segundo a nova técnica da tomada do poder criada pelo stalinismo”. Daí a importância, para ele, de manter a atuação do general Estillac Leal nos limites estreitos do corporativismo militar, buscando afastá-lo dos militares identificados com Vargas e o comunismo. “Nessas revoluções o papel das massas não é mais o dos movimentos espontâneos [...] Agora, sob a tática da revolução de cima, preconizada por Stalin, o papel das massas é”, continua Pedrosa (1952c, p. 4), “o do coro nas óperas heroicas. Nada de iniciativas de massas. Ao contrário, tudo se fará para que eles nunca tenham a menor iniciativa, mas sejam a todo instante, ininterruptamente dirigidas”. Sua preocupação com a crise política, relacionada à pouca representatividade dos partidos políticos e ao enfraquecimento de Vargas, decorre de sua teoria da revolução. Dada a burocratização stalinista, o processo revolucionário despolitizava a

massa, precisando que ela não visse mais a política como caminho para mudar o processo social. Assim, a politização das Forças Armadas, isto é, elas aderirem a um projeto político que não se identifique com o Mundo Ocidental, colocava em ameaça a ordem democrática.

A questão político-militar em Pedrosa, portanto, está vinculada a uma teoria da revolução. Nesse sentido, a intervenção pedrosiana na imprensa liberal tinha uma importância fundamental para a luta ideológica, ao alertar que medidas repressivas eram ineficazes para combater o comunismo. Em sua teoria da revolução, os líderes políticos passaram a ser indispensáveis. Nos termos de Pedrosa (1952c, p. 4), como “os quadros realmente políticos se vão tornando secundários, tudo se resume em assegurar a execução de determinadas medidas de caráter apolítico, de caráter especializado, técnico, enfim”. Por isso sua vigilância sobre os movimentos do general Estillac Leal, que, por ser um militar, com seu *ethos* burocrático, se politizasse, incorporando a linguagem do campo político, poria em risco a ordem democrática. “A política para o Kremlin não é mais a velha arte de conduzir as massas por determinados canais ideológicos, visando a conquista do poder. O Kremelin quer”, continua Pedrosa (1952c, p. 4), “agora ‘comunistas’ sem ideologias”. O argumento *ad hominem* sobre o general Estillac Leal indicava as qualidades necessárias para a revolução preconizada pelo stalinismo conforme Pedrosa. E toda luta ideológica pedrosiana estava preocupada em alertar o campo liberal de que a despolitização favorecia o avanço do comunismo no Brasil. Para politizar a sociedade, era necessário fortalecer os partidos políticos. Mas haveria necessidade de mudar o sistema de governo, já que o presidencial enfraquecia a representatividade dos partidos políticos e a formação de líderes políticos. Pedrosa, em sua intervenção no debate público através da imprensa liberal durante o Governo Getúlio Vargas, era um defensor do parlamentarismo, fazendo com que a questão parlamentar seja complementar à questão político-militar.

## 5 A QUESTÃO PARLAMENTAR EM MÁRIO PEDROSA DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Ao contrário das colunas sobre a questão político-militar, que se concentram em um período mais delimitado – visível no capítulo precedente –, as sobre a questão parlamentar se estendem por um período maior, não só porque a emenda de Raul Pilla sobre o parlamentarismo voltou em 1952, mas em função do tema ser mais propositivo para Mário Pedrosa. Em termos mais concretos, enquanto a questão político-militar procurava desmobilizar um setor da classe militar, a questão parlamentar visava mobilizar a classe política em torno da necessidade de se reformar a Constituição de 1946. Dada a complexidade da conjuntura política, marcada pela Guerra Fria, os efeitos foram outros: a desmobilização de um setor das Forças Armadas foi fundamental para a ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG) se tornar hegemônica, fazendo com que a autonomia decisória da classe militar tivesse uma direção mais precisa – a defesa da ordem capitalista – culminando no Golpe de 1964; a mobilização da classe política pelo sistema parlamentar só ocorria por medo de se alterar o *status quo*, mesmo de cima para baixo, em função de a hipertrofia do Poder Executivo impor o ritmo da mudança social com suas medidas. Pedrosa estava preocupado em tornar o campo político pluralista, com o processo social sendo ditado pela autonomia da sociedade perante a classe política. Afinal, tratava-se de criar as bases do socialismo no Brasil. Por isso, procurou desmobilizar um setor das Forças Armadas e mobilizar a classe política em defesa do parlamentarismo. Contudo, por assim atuar na imprensa liberal sem contestar os valores da Guerra Fria, sua defesa da ordem democrática soa contraditória. De qualquer forma, o diagnóstico que fez do regime é fundamental para entendermos como o autoritarismo estava inoculado na ordem democrática que se seguiu ao Estado Novo.

### 5.1 QUESTÃO PARLAMENTAR: UMA DEFINIÇÃO

O sistema parlamentar é considerado um contraponto ao sistema presidencial. Geralmente, o debate em torno dele no Brasil emerge quando uma crise de governo aguda paralisa as instituições a ponto de tornar-se uma crise de regime. Desde a adoção do presidencialismo com a Proclamação da República em 1889, o parlamentarismo faz parte do vocabulário político brasileiro. Por não se resumir a um debate meramente procedimental, cuja preocupação reduzir-se-ia à definição do

sistema de governo, à relação entre os poderes e à escolha do chefe do Executivo, a *questão parlamentar* é político-ideológica, na medida em que organiza a percepção da classe política sobre o país e posiciona-os no campo político.

Em razão de as instituições terem uma centralidade em seu argumento, o debate parlamentar pós-Estado Novo é uma crítica radical à tradição: o Brasil deveria ser pensado a partir de suas instituições e não a partir de sua cultura. O diálogo entre Raul Pilla, do Partido Libertador (PL), e Aureliano Leite, da União Democrática Nacional (UDN), durante a sessão de 05 de junho da Assembleia Constituinte de 1946, onde o primeiro defendia a adoção do parlamentarismo na nova carta constitucional, é exemplar. Após expor que o sistema de governo a ser adotado era de suma importância para o regime democrático, Pilla (1980, p. 143) foi interrompido por Leite – “A democracia, no Brasil, falhou por causa dos homens, não pelo regime” – e rebateu em tom irônico – “Então, vamos enterrar o Brasil”. Ambos faziam parte do campo oposicionista organizado pelos liberais no combate ao getulismo e ao comunismo.

Os cortes no campo, porém, davam uma autonomia relativa ao enunciado das ideias políticas de Mário Pedrosa na grande imprensa. Sua defesa do socialismo efetivou-se no campo liberal, aproximando-o do pensamento parlamentar por seu apelo antissistêmico. Especialmente em um contexto cuja democracia aproveitara a estrutura geral da ditadura estadonovista; simbiose demonstrada por Souza (1976) ao pesquisar as relações do sistema partidário e do Estado entre a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964. Pedrosa passou a intervir no debate público através de suas colunas políticas em *O Estado de S. Paulo* e na *Tribuna da Imprensa* após Getúlio Vargas reassumir o Poder Executivo como o candidato vitorioso na eleição presidencial de 1950. O sistema parlamentar é uma das principais categorias do vocabulário político delas.

O parlamentarismo não se diferencia do presidencialismo pela ausência de um presidente da República e pela existência do Parlamento. Até o século XVIII a Inglaterra contava com um Parlamento e seu sistema não era parlamentar e a Terceira República francesa tinha um presidente e seu sistema não era presidencial, alerta Bonavides (2010). A característica distintiva primária de ambos os sistemas de governo é a relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Stepan (1990, p. 98, grifos no original) aponta que o parlamentarismo é um “sistema de *dependência mútua*” e o presidencialismo é um “sistema de *independência mútua*”. Neste, tanto

o Executivo quanto o Legislativo têm mandatos fixos e próprios, tornando a legitimidade de um independente do outro; o sinal inverte-se naquele por causa de seus mecanismos: o Legislativo pode dar um voto de não-confiança ao governo e o Executivo pode dissolver o Parlamento e convocar novas eleições.

No cerne dessa relação está a sobrevivência dos poderes Executivo e Legislativo. No sistema parlamentar, o governo sobrevive enquanto detém maioria no Legislativo. Se não há partido majoritário, torna-se necessária uma coalização multipartidária para formar o governo. No sistema presidencial, o presidente, eleito por voto direto, tem autonomia para compor o governo. O foco do poder no parlamentarismo está no gabinete e no presidencialismo está no presidente, cuja “estabilidade tem por base o mandato e não depende de apoio legislativo”, observa Batista (2016, p. 127). O sistema parlamentar baseia-se, segundo Theodoro Júnior (1986, p. 193), na “igualdade entre o Executivo e o Legislativo”, na “colaboração entre os dois poderes” e, na “existência de meios de ação recíproca de cada um dos poderes sobre o outro”. Para o autor, o tripé demonstra uma busca pelo aperfeiçoamento do sistema de governo, por seus mecanismos tentarem impedir que um poder se sobreponha sobre o outro.

“O parlamentarismo é sempre uma forma de regime representativo”, afirma Theodoro Júnior (1986, p. 189). Não se caracteriza pela reunião do regime representativo com um Parlamento, mas na ação conjunta e articulada deste com os chefes de Estado e de governo. No sistema parlamentar, o chefe de Estado responde pelas funções representativas, simbolizando a unidade do Estado; e ao chefe de governo cabe a direção do aparelho estatal – sendo que o governo forma-se por delegação do Parlamento. Theodoro Júnior (1986, p. 189) observa que “o governo [...] baseia-se na confiança do Parlamento, de tal sorte que o comando dos negócios públicos se faz por obra conjunta do Parlamento e do governo”. No parlamentarismo ocorre mais uma união de poderes do que uma divisão sua.

O sistema parlamentar é a culminância do desenvolvimento político das instituições do Reino Unido, iniciando-se na formação de sua monarquia até o fim da Revolução Gloriosa, destaca Bonavides (2010). Na observação de Dallari (1967, p. 38), surgiu espontaneamente, sem uma “elaboração teórica e sem o caráter de um objetivo político prefixado conscientemente por qualquer liderança pessoal ou grupal”. E a relação entre poderes consagrada pelo parlamentarismo formou-se no combate ao absolutismo. “Para alguns foi o confronto da autoridade do rei com a autoridade do povo que conformou o sistema; para outros”,

continua Dallari (1967, p. 38), “houve, fundamentalmente, a preocupação de limitar o poder real em favor do Parlamento, havendo quem sustente a influência decisiva da nobreza ou do clero, como verdadeira origem do sistema”.

Ao ser adotado fora da Grã-Bretanha, o sistema parlamentar adaptou-se às particularidades de cada Estado, mas também foi casuístico, ao ser aplicado meramente como instrumento de conciliação política para possibilitar a posse do vice-presidente após a renúncia do presidente. Um caso aplica-se ao Segundo Reinado e o outro, ao Governo João Goulart, entre setembro de 1961 e janeiro de 1963 – este posterior, portanto, às colunas políticas de Mário Pedrosa em *O Estado de S. Paulo* e na *Tribuna da Imprensa* durante o Governo Getúlio Vargas. Nelas, dialogou com Raul Pilla, do PL, especialmente em 1952, quando o deputado reabriu a discussão de sua emenda constitucional de 1949 propondo o parlamentarismo no Brasil.

No ano em que fora aberta, travou-se um debate entre Afonso Arinos de Melo Franco, da UDN, e Raul Pilla sobre o sistema parlamentar no Segundo Império. Na terceira parte de seu parecer, Franco (1958, p. 14) afirma categoricamente que não vigeu o parlamentarismo no Império: “é altamente duvidosa, ou, pelo menos, muito pouco rigorosa, a caracterização do governo imperial como sendo parlamentarista”. A existência do Poder Moderador na Constituição de 1824, para ele, descaracterizava a relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo do sistema parlamentar. “Embora os dispositivos que o regulavam fossem bastante vagos, na prática as atribuições que criava eram várias e sérias, permitindo ao Imperador intervir preponderantemente na vida política do país”, observa Franco (1958, p. 16). Por causa do Poder Moderador, o chefe de Estado podia demitir o ministério, sem a manifestação de desconfiança do Parlamento.

Ao longo de seu reinado, Dom Pedro II reinou e governou, para Afonso Arinos de Melo Franco. No Segundo Reinado, os ministros podiam ser nomeados e demitidos pelo Imperador, por causa da atribuição dada a ele na Constituição. No parlamentarismo, ao contrário, os ministérios são formados pelo apoio da maioria no Parlamento e caem ao perdê-lo. “Governo parlamentar exige responsabilidade política coletiva do gabinete diante da Câmara popular”, contudo, no Brasil, continua Franco (1958, p. 22-23), “nunca chegou a haver gabinete no sentido parlamentar, pois os ministros não eram coletiva nem politicamente responsáveis senão na medida em que o chefe do Poder Executivo aceitasse tal situação”. Não a aceitando, Dom Pedro II “demitia o ministério, nomeava outro contrário, dissolvia a Câmara e

elegia outra que apoiasse o ministério recém-nomeado”, afirma Franco (1958, p. 23). O Poder Moderador tornou o sistema parlamentar brasileiro *sui generis* no raciocínio desenvolvido no parecer do deputado. Se houve parlamentarismo no Segundo Império, ele aclimatou-se ao país. Portanto, os males políticos no Brasil não decorrem das instituições. Mais precisamente, a hipertrofia do Poder Executivo durante a República não é consequência da adoção do presidencialismo.

Realmente, o sistema parlamentar, para Raul Pilla, não fora contemplado na Constituição de 1824, mas se desenvolveu durante o Segundo Reinado. O apelo antissistêmico de seu pensamento parlamentar dá-se por uma inversão: enquanto mecanismos constitucionais adotados equivocadamente favorecem a hipertrofia do Poder Executivo, o lento desenvolvimento da sociedade contribui para a ordem democrática. Se a Constituição de 1824 atribuía poderes ilimitados ao Imperador, a maturação dos costumes foi impondo limites aos poderes de Dom Pedro II, desenvolvendo-se o parlamentarismo no Brasil. Claramente, o modelo explicativo de Pilla é baseado no desenvolvimento políticos das instituições do Reino Unido, contudo era atrativo para um socialista como Mário Pedrosa atuar no campo liberal.

Na síntese de Raul Pilla, apresentada na quarta parte de seu voto em separado em resposta ao parecer de Afonso Arinos de Melo Franco, a constituição outorgada acrescentou um quarto poder e o delegou privativamente ao Imperador. Pilla (1958, p. 124-125) observa que ela “considerava o Poder Moderador [...] como chave de toda a organização política e atribuía-lhe a função de velar incessantemente sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos”. As atribuições do Poder Moderador eram tantas que o Imperador além de reinar governava, em razão de ele poder “prorrogar ou adiar a assembleia geral, dissolver a Câmara dos Deputados, convocando imediatamente outra que a substituísse, nomear e demitir os ministros de Estado”, enumera Pilla (1958, p. 125).

“Vê-se claramente que o projeto da Assembleia”, continua Pilla (1958, p. 125), “não instituiu o sistema parlamentar, não fazia depender os ministros da confiança do Parlamento, nem admitia a dissolução deste”. Para ele, tratava-se da constituição de uma monarquia constitucional e representativa. O Brasil, destarte, não era uma monarquia parlamentar. Objetivando o debate de ideias, Pilla (1958, p. 125) atribui os mecanismos autoritários da constituição ao seu caráter presidencial, por nela se encontrarem “as disposições, as próprias expressões que se tornariam, mais tarde, a definição do presidencialismo

em nosso país: independência e harmonia de poderes, livre nomeação e demissão dos ministros de Estado”; sendo “uma constituição superpresidencialista, graças à prerrogativa, que se arrogava o Imperador, de dissolver as Câmaras”.

Citando os artigos 36 e 37 da constituição, Raul Pilla lembra que o regime político no Império era a monarquia hereditária e representativa; e o governo, como conceituava o artigo 3º, monárquico, hereditário, constitucional e representativo. Nos termos de Pilla (1999, p. 131), “tal era a crisálida, da qual se desenvolveria, no Império, o regime parlamentar”. Inicialmente, Dom Pedro II “apegava-se à letra constitucional e aos direitos que ela lhe conferia contra os que se poderiam chamar direitos naturais da representação nacional”, afirma Pilla (1958, p. 126). Seu pressuposto não é moral, na medida em que o sistema parlamentar não foi adotado por causa das qualidades intrínsecas do Imperador, mas ao reconhecer os limites impostos pelo desenvolvimento da sociedade. Não sem conflitos, como reconhece o deputado ao lembrar que alguns ministérios caíram por ação direta de Dom Pedro II e não após decisão do Parlamento.

Independente de Afonso Arinos de Melo Franco apegar-se à letra constitucional em sua defesa do presidencialismo e Raul Pilla voltar-se para as idas e vindas dos ministérios do Segundo Reinado em sua defesa do parlamentarismo, o debate de 1949 ilumina a percepção da classe política sobre o país e seu posicionamento no campo político entre 1945 e 1954. Quando da publicação dos debates de 1949 e 1952 pela Livraria José Olympio em 1958, com o título de *Presidencialismo ou Parlamentarismo?*, Franco (1958, p. IX) afirma no prefácio do livro que mudou sua posição, passando a defender o sistema parlamentar após observar o “drama brasileiro desde a posse de Vargas, em 1951, passando pelo espetacular fracasso do seu governo e o triste fim de 1954, até à absurda crise de 1955”. O campo político estava em mutação no período em que Mário Pedrosa interveio politicamente no debate público através de suas colunas de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*.

Nem bem a República foi proclamada, a questão parlamentar marcaria presença no debate público – inclusive por um de seus principais artífices, Ruy Barbosa, segundo Brossard (1949). É a partir de 1928, porém, que o parlamentarismo passou a ser bandeira de uma organização partidária. Fundado no Rio Grande do Sul, o Partido Libertador (PL) era liderado por Assis Brasil e Raul Pilla. Fez parte da Aliança Liberal, derrotada na eleição presidencial de 1930, e do posterior movimento revolucionário. Com o tempo, rompeu com

Getúlio Vargas. Ao final do Estado Novo, Pilla integrou a UDN, para logo depois refundar o PL. Segundo Theodoro Júnior (1986, p. 199), foi “o principal defensor do sistema parlamentarista, apresentando sucessivos projetos nesse sentido e empreendendo uma ação de proselitismo”. Entre 1945 e 1964, portanto, a questão parlamentar emerge como um dos principais temas do vocabulário político, tendo como principal porta-voz Pilla, desde a Assembleia Constituinte de 1946.

Como Otto Lara Resende recorda em duas crônicas – “O Outro Brasil”, de 1981, e “A Invencível Utopia”, de 1991 –, Mário Pedrosa cobriu os trabalhos constituintes como repórter de *O Estado de S. Paulo*. “Tive a sorte de acompanhá-lo de perto nessa época. Sentava-me quase sempre ao seu lado, na bancada de imprensa”, lembra Resende (1994, p. 211). O companheiro de imprensa de Pedrosa levou Hélio Pelegrino a seu local de trabalho para apresentá-los. Em 1981, na crônica “Presença de Mário”, Pelegrino (1981, p. 3) evoca o encontro: “Conheci Mário Pedrosa por volta de 1946, numa de minhas vindas ao Rio. Com Otto Lara Resende, fui à Câmara dos Deputados, onde ambos trabalhavam como jornalistas. Otto me apresentou a Mário”. Certamente a atuação constituinte de Raul Pilla foi acompanhada com interesse por Pedrosa, percebendo os cortes no campo oposicionista organizado pelos liberais no combate ao getulismo e ao comunismo.

Na sessão de 1º de março da Assembleia Constituinte de 1946, Raul Pilla analisa o papel das instituições para o regime democrático. “Por que ditaduras e revoluções?”, pergunta-se Pilla (1980, p. 146). Elas são causadas, para ele, pela hipertrofia do Poder Executivo, em razão de dificultar a intervenção política dentro das regras constitucionais. O deputado levanta outra questão, se há um nexo causal entre as ditaduras e as revoluções com o sistema de governo adotado em 1891. Em seu raciocínio calcado mais nas instituições do que nos costumes, a resposta é que elas decorrem do presidencialismo. A relação entre este e a hipertrofia do Poder Executivo ocorrem porque uma vez eleito o presidente foge do controle tanto da sociedade quanto do Parlamento: “Cumpra ao presidente velar pela observância das leis e a elas cingir-se, mas nenhum corretivo eficaz existe no sistema se, em vez de as observar, pelo contrário as viola, valendo-se da sua impugnável influência”, diz Pilla (1980, p. 150). O presidente é, nos termos de Pilla (1980, p. 150), um “monarca eletivo, embora delimitada seja a duração do seu reinado”.

O contrário dá-se com o parlamentarismo para ele, em razão de o Poder Executivo depender da confiança do Parlamento. A inversão,

porém, não leva o Poder Legislativo a se sobrepor ao Poder Executivo, com o país sendo conduzido por um governo fraco. “Não é fraco o governo, quando apoiado pela maioria da representação nacional e, através dela, pela opinião pública. Não é fraco o governo que” declara Pilla (1980, p. 150), “vindo a dissentir do Parlamento, a este se pode opor, eficazmente, apelando para a nação”. O que há, por conseguinte, é um equilíbrio entre os poderes no sistema parlamentar, que “não comporta nem a ditadura do Executivo, nem a tirania do Legislativo, porque a última palavra cabe sempre à nação e”, continua Pilla (1980, p. 150), “em vez de praticar periodicamente um transitório ato de soberania, para depois ausentar-se inteiramente, está o povo exercendo constantemente a sua influência nos órgãos do poder público”. O controle da opinião pública sobre o governo e o Parlamento é constante, não precisa esperar os pleitos para intervir nos rumos políticos da nação. Se os problemas do Brasil decorrem da hipertrofia do Poder Executivo, a solução estava, para o deputado, no parlamentarismo.

Posteriormente, na sessão de 12 de março da Assembleia Constituinte de 1946, Raul Pilla defende que o sistema parlamentar é condição *sine qua non* para um projeto socialista. Assim como o socialista Mário Pedrosa procurou atuar no campo liberal, por organizar a oposição a Getúlio Vargas, o deputado procurava atrair os socialistas para a defesa do parlamentarismo. “Verdadeiro regime de opinião, onde servo, e não senhor, é o governo, oferece ele as mais favoráveis condições a consecução de reformas econômicas e sociais”, afirma Pilla (1980, p. 97). Dentro do regime democrático, enfatiza, em razão de o sistema parlamentar oferecer as condições de elas ocorrerem quando exigidas pela sociedade. “Não uma pessoa, nem um reduzido grupo de pessoas, mas a representação popular é quem vai traçar a orientação do governo”, bastando que, segue Pilla (1980, p. 97), “seja uma aspiração, suficiente forte e generalizada para lograr realizar-se mediante um simples jogo de mecanismo parlamentar”. Pilla (1980, p. 97) observa que “parlamentarismo e socialismo foram sempre na Europa sistemas estreitamente vinculados”.

Nos debates com Afonso Arinos de Melo Franco e na Assembleia Constituinte, Raul Pilla preocupava-se com a estabilidade do regime, dificultada sobremaneira pela hipertrofia do Poder Executivo. Quando a opinião pública tem dificuldade para alterar os rumos políticos do país, uma crise de governo torna-se uma crise de regime. Estabilidade do regime não pressupõe imobilidade social. Conforme as aspirações da sociedade mudam, um projeto político adequado à mudança social encontra mais adeptos e o partido político que o defende pode vir a

conquistar a hegemonia e tornar-se governo. Stepan (1990, p. 99, grifos no original) destaca que o “parlamentarismo é um sistema que *constrói* partidos e governos, enquanto o presidencialismo os *destrói*”. Essencialmente, a diferença entre o sistema presidencial e o sistema parlamentar para Pilla é que a hipertrofia do primeiro dificulta a mudança social dentro da ordem, enquanto o segundo facilita. Somente nesse sentido entende-se o apelo antissistêmico do pensamento parlamentar para Mário Pedrosa, preocupado em construir o socialismo no Brasil, levando em conta a experiência traumática do Estado Novo e procurando afastar-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Para Raul Pilla, a relação harmônica entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo é essencial para a mudança social dentro do regime democrático. A distinção entre o parlamentarismo e o presidencialismo funda-se na relação entre ambos os poderes. Na sessão de 11 de abril da Assembleia Constituinte de 1946, o deputado lembra que os dois sistemas de governo se caracterizam pelos três poderes. Os representantes do povo se reúnem no Poder Legislativo para fazer as leis e votar o orçamento; o Poder Executivo é responsável por administrar a nação através das leis estabelecidas, com o Poder Judiciário velando-as. No sistema parlamentar, as relações entre os dois primeiros poderes são, nos termos de Pilla (1980, p. 111-112), “interdependentes, coordenadas e perfeitamente equilibradas entre si”, mas não no sistema presidencial. Ausente a harmonia entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, instaura-se uma crise de governo. Era o caso do Brasil desde a Proclamação da República em seu pensamento. Daí a classe política recorrer às Forças Armadas para garantir a continuidade do governo ou para derrubá-lo.

Uma das razões dessa harmonia encontra-se no fato de o chefe da nação não se confundir com o chefe de governo; são duas funções que às vezes são antagônicas, destaca Raul Pilla. Um sobrepõe-se aos partidos políticos, sem governar, por não ser o responsável pelo plano de governo, mas é o representante da nação. Outro é a encarnação do plano de governo, mantendo-se no cargo enquanto preserva a confiança do chefe da nação e do Congresso. “Todos os ministros, aliás, se acham na mesma situação, todos são igualmente e solidariamente responsáveis perante os representantes da nação. O Poder Executivo é coletivo”, continua Pilla (1980, p. 112, grifos no original), “funciona em conselho ou gabinete e o seu presidente nada mais é do que o *primus inter pares*, primeiro entre iguais”.

O Poder Executivo não é hipertrofiado no sistema parlamentar, impedindo que um político se aproprie de todas as medidas do governo

para si. Apesar de o governo depender do Parlamento, o Poder Legislativo não se hipertrofia em razão de seu arranjo – por haver a possibilidade de ser dissolvido, dentro das regras constitucionais, pelo Poder Executivo. “Se, colhido por uma moção de desconfiança que o obrigaria a deixar o poder, tem o gabinete fundados motivos para supor-se com a razão e se se presume apoiado pela opinião pública, no litígio com o parlamento”, continua Pilla (1980, p. 112), “solicita ele a dissolução parlamentar e a convocação de novas eleições, mediante as quais se manifesta a nação”. A relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo é interdependente, impedindo que um se sobreponha sobre o outro e de que as medidas do governo sejam apropriadas por um dos poderes.

Já no sistema presidencial as decisões são precárias em função de o órgão deliberativo não reger o órgão executivo, instalando, segundo Pilla (1980, p. 112), “a paralisia da vontade”. Ademais, estabelecendo “a incoordenação, a ataxia, a desordem”, pelo fato de o executor não poder reagir sobre o que foi deliberado. “A independência dos poderes [...] é simplesmente absurda e conduz fatalmente a um destes dois resultados”, sintetiza Pilla (1980, p. 112-113), “ou um dos poderes anula o outro (foi esta hipótese que se verificou no Brasil) [...] ou não de viver em frequentes conflitos (é o que sucede nos Estados Unidos)”. No sistema parlamentar, para ele, o Poder Executivo e o Poder Legislativo são distintos, mas, por se regerem mutuamente, um não absorve o outro. Se a interdependência entre os poderes torna-os harmônicos, a independência, no presidencialismo brasileiro, levou à hipertrofia do Poder Executivo. Marcando, destarte, a história da República por crises sucessivas do regime.

Assim como os dois sistemas de governo se diferenciam pela relação entre os poderes e não pela divisão dos poderes, ambos estão marcados pela temporalidade dos mandatos, se distinguindo por sua fixidez ou não. Para Pilla (1980, p. 115), no sistema presidencial “é notavelmente fixa a duração dos mandatos e, enquanto não expira o prazo, pode o mandatário facilmente divorciar-se da opinião dos seus constituintes”; e, no sistema parlamentar, o mandato tem “apenas um limite máximo e pode esgotar-se quando as circunstâncias o exigirem, quando haja fundados motivos para supor que os mandatários já não estejam sendo fieis ao mandato recebido”. A interrupção do mandato dentro das regras constitucionais estabelece a interdependência do Poder Executivo em relação ao Poder Legislativo e deste face aos eleitores, por estes poderem ser convocados para elegerem um novo Parlamento, caso dissolvido. A prestação de contas dos representantes é constante.

Portanto, “o mandato temporário, mas móvel, ajusta-se melhor à natureza da democracia, do que o mandato temporário e fixo. Deve ele ser móvel, pela mesma razão que é temporário: para melhor refletir a opinião nacional”, na conclusão de Pilla (1980, p. 115).

A interdependência dos poderes atrelada ao mandato temporário faz com que a democracia se aprofunde. De um lado, o parlamentarismo impede que o Poder Executivo se sobreponha ao Poder Legislativo. De outro, ao longo de todo o mandato os representantes dependem da opinião pública para manterem seus mandatos até o fim do prazo fixado durante o processo eleitoral. Instaurar o parlamentarismo, portanto, seria uma forma de acabar com o Poder Executivo hipertrofiado. Subjacente ao argumento, o autoritarismo não era produto da cultura brasileira, mas decorria do presidencialismo que desmobilizava a sociedade, afastando-a do jogo político, por causa da independência que os representantes adquiriam da opinião pública assim que assumiam seus mandatos.

O liberal Raul Pilla fornecia uma arma política para o socialista Mário Pedrosa fazer a luta ideológica no campo liberal. Um campo político pluralista era imprescindível para mobilizar a sociedade em torno de um projeto político que se voltasse contra o *status quo*. As colunas pedrosianas procuravam radicalizar a classe política não só porque o socialismo não tinha base social, mas por julgar que a mudança social dependia das instituições e, dado o sistema presidencial, o processo social sempre seria controlado por quem já detinha a hegemonia política – isto é, Getúlio Vargas. O socialismo se coadunava com o liberalismo, não com os interesses de classe dos liberais, preocupados em controlar o processo social. Tal era a contradição que abriu espaço para Pedrosa no colonismo político da imprensa liberal, principalmente a partir da volta de Vargas à presidência da República.

Ainda na sessão de 11 de abril da Assembleia Constituinte de 1946, Raul Pilla insiste que a transição para o regime democrático não seria efetivo com a adoção do sistema presidencial. Conforme Pilla (1980, p. 116), “o governo presidencial reduz-se a uma ditadura constitucional”, enquanto seria no parlamentar que a democracia realmente se efetiva, por tornar “a nação sempre presente, porque o governo depende da confiança do Parlamento e este pode, a qualquer momento, ser chamado a prestar contas ao eleitorado”; ou mais precisamente, “a força da opinião pública esgota-se no mecanismo presidencial, ao ser dado o impulso inicial; continua, pelo contrário, ativa e eficiente no mecanismo parlamentar”. A ênfase na opinião pública indica que o autoritarismo decorria de um arranjo institucional que dificultava a responsabilidade do governo perante a sociedade civil.

Assim, as experiências ditatoriais não foram produtos da cultura autoritária da sociedade brasileira, mas do sistema de governo privilegiado desde a Proclamação da República. O argumento parlamentarista tinha um apelo antissistêmico por objetivar construir uma democracia que rompesse a estrutura geral da ditadura estadonovista.

“A estreita dependência em relação à opinião pública, em que se encontram, no sistema parlamentar, tanto o Poder Executivo, como o Poder Legislativo, limita grandemente a possibilidade de abusos por parte do governo. Pelo contrário”, continua Pilla (1980, p. 116), “a preconizada independência dos poderes, no regime presidencial, e a considerável inércia que eles representam ao influxo da opinião pública, abre a porta a todos os desmandos”. Mas para uma classe política que considerava a sociedade desorganizada, certamente as condições subjetivas para consagrar o parlamentarismo na Constituição de 1946 eram as piores possíveis. Afinal, o interesse em controlar o processo social fazia um corte transversal pelo campo político, mas o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República tornaria atraente a tese parlamentarista na luta política para limitar seus poderes. Por isso Raul Pilla reabriu em 1952 a discussão de sua emenda constitucional de 1949, propondo o parlamentarismo, e Mário Pedrosa desenvolveu uma luta ideológica a seu favor na seção opinativa de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*.

De qualquer forma, para eles, o sistema parlamentar aprofundava a democracia: Raul Pilla por aferrar-se ao liberalismo e Mário Pedrosa para construir o socialismo. Aquele destaca que a democracia está marcada pela eleição popular, pelo mandato temporário, pelo império da opinião pública e pela responsabilidade do governo. O sistema presidencial contempla apenas os dois primeiros critérios, sendo um de forma problemática, em razão de o mandato ser fixo. O parlamentarismo e o presidencialismo, portanto, se equivaleriam apenas por terem eleição popular. E democracia, para Pilla, não se encerrava no voto, tinha de ter mecanismos para o governo sofrer sanções constantes da sociedade. Na síntese de Pilla (1980, p. 116), o mandato não tinha de ser apenas temporário, porém “móvel, abreviável, de acordo com as mutações da opinião pública. Se é a nação quem se governa, não se compreende se mantenham no poder os governantes quando já não correspondem à sua vontade soberana”.

Enquanto o sistema parlamentar era a democracia, o sistema presidencial era a “ditadura legal do Presidente”, na expressão forte, por objetivar o debate de ideias em uma Assembleia Constituinte realizada

logo após o Estado Novo, segundo Pilla (1980, p. 117). O parlamentarismo, destarte, seria uma arma contra o personalismo, fortalecendo os partidos e tornando a luta ideológica um elemento constitutivo do jogo político. O campo político tornar-se-ia pluralista. Compreensível um socialista como Mário Pedrosa mirar a classe política em sua atuação política pela imprensa liberal, não só porque, a seu ver, o socialismo não teria base social, mas por julgar que as instituições importavam para a qualidade da democracia e por estar preocupado em quebrar a hegemonia do getulismo entre a classe trabalhadora.

As instituições moldavam a qualidade da luta política. Se elas não fossem construídas procurando aprofundar a democracia, bloqueá-las, permitindo a Getúlio Vargas e outros demagogos conduzirem o processo político. Em sessão da Câmara de 28 de novembro de 1949, Pilla (1980, p. 197) afirma que “se o mal está nos políticos, se os políticos e somente os políticos decaíram, na política há de buscar a causa da decadência. [...] Reside nas graves imperfeições do mecanismo constitucional, que com a República recebemos”. O poder de Vargas poderia ser entendido como produto da estrutura política e não da cultura brasileira. Nesse sentido, seu argumento fazia um corte no campo oposicionista, atraindo os socialistas para atuarem no campo liberal, cientes da necessidade de se voltarem não contra a legislação trabalhista, mas contra as instituições que a fizeram se identificar com Vargas, por ser o chefe do Executivo quando de sua assinatura, e não como o conflito entre o Capital e o Trabalho. O parlamentarismo era antissistêmico porque levaria as ações do governo a serem vistas como consequência imediata da opinião pública.

“Não nos temos limitado a fazer a apologia de um sistema ou a condenação do outro, [...] senão que estabelecemos raramente o nexos existente entre o mecanismo político e os seus efeitos. Se os homens políticos decaíram em nosso País”, continua Pilla (1980, p. 197), “nos defeitos funcionais do presidencialismo fácil é encontrar a causa da decadência e nas opostas virtudes do parlamentarismo natural e buscar-lhe o remédio”. Para ele, a organização dos poderes influenciou sobremaneira as nações. Em nenhum momento tenta explicar o Brasil por sua cultura, partindo do pressuposto que Getúlio Vargas se tornou o “pai dos pobres” por sintetizar os anseios da classe trabalhadora. A conclusão de Pilla (1980, p. 198) demonstra a clareza de suas ideias políticas, “se com os mesmos elementos se podem construir vários sistemas, com os mesmo homens se podem obter resultados diferentes, se diferentemente se organizam”.

O cerne do argumento não era moralista. No campo liberal, Raul Pilla não partilhava com os conservadores a percepção de que a corrupção dos homens públicos era cultural; ou seja, de que as instituições eram corrompidas pela índole dos brasileiros. A corrupção dos homens públicos era política, não tinha sua origem em valores supostamente nacionais, mas na ação política ditada pela forma como a política se organizava. A corrupção explicava-se analisando o campo político, as instituições e os mecanismos constitucionais nos quais os agentes estavam inseridos. Em seu argumento, não há dúvida, o processo social era deixado de lado. Daí tentar convencer os políticos que queriam superar os resquícios do Estado Novo a adotar o sistema parlamentar através da força de suas ideias. Raul Pilla era um idealista, por encarar o liberalismo sem levar em conta os interesses de classe no jogo político que o aclimatava ao Brasil.

Mário Pedrosa, ao tentar radicalizar os liberais, levava em conta seus interesses políticos mais imediatos – chegar ao poder. Mas, por estar travando a luta ideológica, não construía sua análise a partir de seus interesses de classe – controlar o processo social. Sua análise era parcial, na medida em que visava a ação política dos liberais. Os interesses de classe, porém, não faziam os liberais avançarem em uma reforma constitucional que permitisse maior autonomia do processo social diante da classe política, com a sociedade passando a ditar o ritmo do governo. As ideias políticas pedrosianas em *O Estado de S. Paulo* e na *Tribuna da Imprensa* buscavam convencer a classe política a mudar a organização política que impedia o livre desenvolvimento da sociedade, necessário para quebrar a hegemonia varguista no seio da classe trabalhadora. A atuação de Pedrosa na imprensa liberal refletia como o campo oposicionista era constituído no Governo Getúlio Vargas: na questão parlamentar buscou aproximar a UDN do liberalismo social de Raul Pilla, enquanto na questão político-militar defendeu a hegemonia do liberalismo conservador nas Forças Armadas. As contradições aconteciam por ele visar a ação política dos liberais para transformar a organização política.

Assim como o campo oposicionista, Raul Pilla mobilizava a categoria da corrupção, embora ela fosse produto das instituições que não faziam uma seleção ótima da classe política. A corrupção, portanto, não era privilégio do Brasil. Não era culpa da sociedade que não sabia escolher seus mandatários. Por causa do presidencialismo, estes faziam o jogo político descolados da sociedade assim que assumiam o governo, em razão de não precisarem responder seus atos diuturnamente perante a opinião pública. Como o governo estava afastado da sociedade, seus

atos, ao atenderem-na, eram recepcionados como um beneplácito do governante. Consequentemente alimentando o populismo, cujos demagogos pairavam acima dos interesses de classe da sociedade, manipulando a massa. Assim, desvirtuando a seleção que alimenta a qualidade da democracia.

Segundo Pilla (1980, p. 198), “os dirigentes políticos [...] numa democracia são [...] o resultado de uma seleção. A democracia é o governo do povo pelo povo; mas não é, nem pode ser o governo do povo por qualquer povo”. Quem governa, portanto, é uma elite política. Sua formação, porém, passa por diferentes processos de seleção – pela monarquia e pela república, pela ditadura e pela democracia e, finalmente, pelo presidencialismo e pelo parlamentarismo. “A mesma coletividade, constituída dos mesmos homens, pode dar de si bons ou maus governos, conforme bons ou maus sejam os processo de seleção”, resume Pilla (1980, p. 198). A democracia é o regime de governo onde ocorre a seleção dos homens públicos. “Não basta, para que tenhamos bom governo, que tenhamos onde escolher os governantes e os possamos bem escolher: necessário se faz que”, prossegue Pilla (1980, p. 199) em sua conclusão em defesa do sistema parlamentar, “depois de escolhidos e bem escolhidos, os ponhamos em situação tal, que sintam a cada passo a sua responsabilidade de governantes”.

Sem a prestação de contas não se formam bons homens públicos. Como a formação se dá no Parlamento e o presidencialismo o esvazia, não se formam homens públicos, apesar de eles serem selecionados. Em razão de Pilla (1980, p. 199) considerar o homem público de forma ampla – por ser tanto “os que exercem mandatos políticos” quanto “a massa geral dos que os conferem” – é o parlamentarismo que o forma de fato. A pluralidade do campo político é condição *sine qua non* para formar bons homens públicos em função de estabelecer a competitividade. Por uma perspectiva socialista, contribui para a educação cidadã da massa que tem de escolher um entre os diversos projetos políticos em disputa no jogo político. “Quem negará [...] que o sistema parlamentar, que se baseia na mais ampla discussão dos problemas de governo, melhor se preste à educação do homem público”, pergunta-se Pilla (1980, p. 199).

O Parlamento, portanto, forma homens públicos. Um Poder Executivo hipertrofiado, como no sistema presidencial, desqualifica a política, despolitizando a sociedade. Não tem como se formar bons governantes em um congresso esvaziado, como o presidencialista. “Com assembleias sem ressonância, sem acústica, como são estas, quase não há como formar e educar o homem público, pois”, continua Pilla (1980,

p. 200), “nada do que ali se diz ou ali se faz tem importância. Alhures se encontra a mola do poder. É no gabinete do presidente e dos ministros, e não no Congresso, que verdadeiramente se resolvem as questões vitais da nacionalidade”. Mais adiante conclui Pilla (1980, p. 200), “na escola que é o sistema parlamentar, não aprendem apenas os políticos: instruem-se e educam-se os cidadãos”. No parlamentarismo, a massa acompanha os debates políticos para intervir, por causa do mecanismo da dissolução parlamentar. E eles formam bons políticos, fazendo os melhores se destacarem e serem alçados ao gabinete. Afinal, a sobrevivência do governo decorre da capacidade de seus ministros. Ao longo de toda sua trajetória parlamentar, Raul Pilla defenderia o sistema parlamentar, obtendo mais ou menos adeptos conforme o interesse da classe política em diminuir os poderes do presidente da República.

## 5.2 A QUESTÃO PARLAMENTAR NAS COLUNAS POLÍTICAS DE MÁRIO PEDROSA

Quando Raul Pilla conseguiu um número significativo de assinaturas de deputados para apresentar novamente sua emenda parlamentarista, Mário Pedrosa começaria a intervir politicamente no debate público em seu favor. Batalha iniciada em “Parlamentarismo e Manobras Políticas”, de 22 de novembro de 1951. O título da coluna indica a posição tomada por Pedrosa (1951d, p. 4) no campo político: em oposição à proposta de reforma constitucional de Pilla – “fora dessas manobras, há contudo outro movimento revisionista” –, davam-se manobras políticas para reformar a Constituição – “o Sr. Adhemar de Barros quer reformar para que os governantes, quer dizer, ele mesmo, tenham ampla liberdade de ação”. A retórica pedrosiana, portanto, está imersa na conjuntura política do período, marcado pelo maniqueísmo a dividir o campo entre getulistas/comunistas e antigetulistas/liberais. A divisão pode ser simplificada com os primeiros identificados com o regime autoritário e os segundo com o regime democrático.

Aceitando as regras do jogo político, a intervenção de Mário Pedrosa no debate público ocorria, inevitavelmente, no campo oposicionista organizado pelos liberais. Contudo, procurava fazer um corte no campo, por trazer em sua defesa do sistema parlamentar a necessidade da mobilização política e popular para uma reforma constitucional efetiva. Após lembrar que dos 304 membros do Parlamento, 156 assinaram a emenda de Raul Pilla, Pedrosa (1951d, p. 4) afirma que “a verdade é que estaria nas mãos desses subscritores do parlamentarismo iniciar desde já uma grande batalha não somente no

Congresso mas fora dele, no seio do povo e dos próprios partidos”. “Se a firma deles fosse um ato conscientemente deliberado [...] a ideia parlamentar estaria próxima de vingar, e, o que é o seu complemento indispensável”, enfatiza Pedrosa (1951d, p. 4), “a vingar também com ela [...] um partido que realmente a encarnasse”. Atuando entre os liberais, sabia que muitos deles queriam controlar o processo social, evitando, a qualquer custo, uma mudança estrutural da sociedade. Compreendia as contradições do campo oposicionista, cuja defesa do regime democrático era limitada por causa do temor de uma mobilização que rompesse seus interesses de classe.

Ao advogar a criação de um partido político que reunisse os signatários do sistema parlamentar, Mário Pedrosa indica a dívida teórica com Lenin sobre a questão partidária. Com especificidades, por estar concebendo um partido de vanguarda dirigido por liberais radicalizados. Se assim fosse, “o partido parlamentarista seria hoje o maior e o único partido vivo do Brasil”, por ter “condições de mudar a face política do país e de assumir a iniciativa política, dirigindo os acontecimentos nas futuras eleições gerais”, observa Pedrosa (1951d, p. 4). O debate é focado na classe política, por objetivar radicalizá-la em sua defesa do regime democrático e sua crítica ao regime autoritário. Por mais que a retórica pedrosiana fosse antigetulista, ela procurava quebrar a hegemonia de Getúlio Vargas no seio da classe trabalhadora. Conforme Pedrosa (1951d, p. 4), “sem um grande movimento de opinião popular” que sustente e sagre o partido de que ele fala nas urnas, “o parlamentarismo será mais uma farsa política bem brasileira, na qual só terá sido alterado o vestuário dos comparsas”. Era somente pela radicalização da democracia que havia possibilidade de disputar espaço com Vargas entre os trabalhadores.

Os liberais, porém, radicalizar-se-iam integrando-se ao movimento de massa. Se continuassem palacianos, trocar o presidencialismo pelo parlamentarismo seria uma farsa – com a tragédia sendo a Proclamação da República. Uma mudança de sistema de governo transcende o arranjo constitucional. Segundo Mário Pedrosa, ela só seria significativa se se renovasse a classe política. “Mesmo que passe no Congresso a emenda constitucional”, reconhece Pedrosa (1951d, p. 4), “uma experiência parlamentarista séria não terá sentido se não mudarem os homens que se encontram à frente dos negócios públicos” desde os anos 1930. As condições objetivas estavam dadas para ele, em razão de haver políticos que participaram da Revolução de 1930 e romperam com Getúlio Vargas conforme seu autoritarismo acentuou-se. “É imprescindível que, concomitantemente, venha como

chefe de Estado para instalar o novo regime, o próprio Sr. Raul Pilla, ou alguém que afine pelo seu estalão. Somente nessas condições”, conclui Pedrosa (1951d, p. 4), “é permitido levar-se a reforma parlamentarista a sério”.

Nas observações de Mário Pedrosa está subjacente uma crítica aos liberais. Em 18 de setembro de 1952, em sua coluna “Mentalidade Jurídica e Estratégia Política”, aponta a impotência liberal no jogo político quando se confrontavam com políticos realistas como Getúlio Vargas. Segundo Pedrosa (1952f, p. 4), “uma das falhas mais acentuadas de nosso viveiro político é a incapacidade quase generalizada de seus representantes de pensarem politicamente”. Na maioria, eram bacharéis em direito presos ao bacharelismo; ou, nos termos de Pedrosa (1952f, p. 4), dominados pela “mentalidade jurídica”, que “consiste essencialmente em desprezar o fenômeno vivo para ater-se ao exame do conceito abstrato”. Sua atuação entre os liberais consistia em explicar os fenômenos sociais para fornecer instrumentos de intervenção política efetiva contra Vargas.

O antídoto à mentalidade jurídica era o pensamento político: “O característico principal deste é um esforço constante por apreender a realidade concreta, ao passo que aquele se traduz por uma preferência invencível a prender-se ao exame das regras no seu plano ideal, permanente, como categorias eternas”, afirma Pedrosa (1952f, p. 4). Para além da mentalidade jurídica e do pensamento político, Pedrosa (1952f, p. 4) indica um “espírito jurídico”, “que é necessário e fecundo, pois define os planos dentro dos quais o pensamento político se exerce”. Apropriando dos termos pedrosianos, o espírito jurídico de Raul Pilla, com sua emenda parlamentarista, fornecia os planos para o pensamento político de Mário Pedrosa se exercer.

O campo liberal, para ele, parecia cingir-se entre uma mentalidade jurídica e um espírito jurídico. Sem um pensamento político, porém, estaria preso ao imobilismo. Sua leitura do campo político aponta que a defesa do sistema parlamentar era uma estratégia política para ampliar o espaço dos socialistas no Brasil. “Os supostos líderes políticos, ao invés de sair à rua entram para os gabinetes, a interpretar a lei. E respeitáveis juristas são tirados de suas lucubrações para nos dizer”, conforme Pedrosa (1952f, p. 4), “qual é o poder mais importante pela Constituição, o Legislativo ou o Executivo”. O mais importante era olhar “a situação, as várias forças políticas em jogo” e medir “as possibilidades que tem os nossos bons opositores de vencer a partida” contra Getúlio Vargas, reitera Pedrosa (1952f, p. 4).

O jogo político só seria vencido com a mobilização popular. Sua luta pelo parlamentarismo, portanto, era pelo socialismo.

No desenvolvimento de “Parlamentarismo e Manobras Políticas” evidencia-se como Mário Pedrosa procurava fazer um corte no campo oposicionista, aproveitando-se de suas contradições para fazer avançar reformas sociais. O sistema parlamentar, para ele, só faria o regime democrático vingar no Brasil com uma estrutura social nova. Pedrosa (1951d, p. 4) aconselha que “esta não poderia vir senão de uma reforma agrária radical no nosso sistema de propriedade rural, isto é, no regime latifundiário arcaico, incapaz de nutrir o povo brasileiro em constante crescimento demográfico”. Reforma política sem reforma social seria um engodo para as classes populares. Para um país cuja maior parte da população encontrava-se no campo, uma nova estrutura social para o aprofundamento democrático passava pela reforma agrária. “A reforma de estrutura política teria de vir, pois para enraizar-se no país de modo definitivo e com a colaboração da maioria do povo, ligada à reforma da estrutura agrária do país”, conclui Pedrosa (1951d, p. 4).

Ao falar para a classe política, procurava atrai-la eleitoralmente. Getúlio Vargas largou à própria sorte milhões de brasileiro no campo e eles tinham um papel a desempenhar no desenvolvimento da sociedade e no jogo político. Aprovada a emenda parlamentar e criado um partido de vanguarda, que incorporasse em seu programa a reforma agrária, os liberais poderiam enfrentar as próximas eleições sem medo de serem novamente derrotados por Vargas. “Com tal programa, os assinantes da emenda Pilla poderiam enfrentar, com otimismo e entusiasmo os milhões de eleitores brasileiros profundamente desiludidos com os resultados das urnas em 1945 e 1950, pois”, continua Pedrosa (1951d, p. 4), “estariam com efeito arrancando 80% da população brasileira que vive pelo interior do confinamento político e social e da estagnação econômica”.

Mesmo no campo liberal, o pensamento político pedrosiano colocava as opções como sendo socialismo ou barbárie – no dilema posto por Rosa Luxemburgo. Sem base social, o socialista Mário Pedrosa procurava radicalizar os liberais. Sendo a única força política com condições objetivas imediatas de disputar espaço com Vargas, eles poderiam abrir uma brecha para um projeto socialista no Brasil. Mas Pedrosa (1951d, p. 4) sabia que as condições subjetivas eram as piores possíveis para o socialismo: fora de sua proposta, “a emenda parlamentarista com a sua imponente lista de assinaturas não passará de mais uma manobra política para cortar as asas aos pretendentes à sucessão do Sr. Vargas”; na época, Adhemar de Barros era o principal

nome da situação a possivelmente disputar a eleição presidencial de 1955. Destarte, a emenda não passaria de casuísmo, podendo servir tanto para o continuísmo do ex-ditador quanto para uma tentativa de aumentar as chances de a oposição assumir o Executivo sem alterar a estrutura social.

A proximidade entre liberalismo e socialismo era produto da percepção dos agentes sobre o campo político, cingido entre os adeptos da democracia e os apoiadores do autoritarismo. De um lado, estavam os antigetulistas e os liberais; de outro, os getulistas e os comunistas. Como em nenhum momento Mário Pedrosa colocou em dúvida o maniqueísmo, sempre atuou no campo liberal para cingir o socialismo ao regime democrático. Se visse as contradições da divisão no Brasil, poderia ter flutuado no campo político procurando adeptos para o socialismo entre os getulistas e os comunistas. Assim como muitas outras categorias do vocabulário político do período estavam em disputa, a de democracia também estava.

Em sua tese de concurso à cadeira de Direito Constitucional apresentada à Faculdade Nacional de Direito em 1948 – *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro* –, Afonso Arinos de Melo Franco demonstra tanto a força de atração que o campo liberal exercia sobre os socialistas quanto os pontos criticados por Mário Pedrosa em sua coluna “Parlamentarismo e Manobras Políticas”. “A União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos”, inicia Franco (1948, p. 102) em seu preâmbulo sobre a UDN. Após lembrar que fora formada reunindo as forças políticas que lutaram contra o Estado Novo, Franco (1948, p. 103) destaca que ela adquiriu sua identidade com o afastamento dos comunistas e dos socialistas, representando, “como ideologia, o liberalismo das classes médias urbanas mais cultas, o liberalismo burguês, mais político que social”. O liberalismo político, conclui Franco (1948, p. 103), “seria anacrônico em países onde a prática formal da democracia se ache solidamente conquistada, [...] não o é, contudo, no Brasil, onde a conquista da forma democrática ainda não se processou completamente, nem está livre de riscos”.

A percepção dos agentes sobre o campo político, a aproximar os socialistas dos liberais, é evidente nas passagens da tese sobre o Partido Socialista Brasileiro (PSB). “O partido socialista [...] une-se à esquerda udenista”, mas “sua linha progressista, no sentido social seja [...] mais acusada. Sem ser doutrinariamente marxista [...]”, admite Franco (1974, p. 88-89), “representa, contudo, a mais avançada posição socialista que a

atual democracia brasileira pode acolher no seio, sem assumir subversiva ou incompatível com a sua estrutura social e política”. Enquanto Mário Pedrosa tentava puxar a UDN para a esquerda, Afonso Arinos de Melo Franco puxava o PSB para o centro. Se havia contradições no liberalismo, onde o pensamento político pedrosiano fundava-se, as do socialismo eram mais profundas porque atuavam no campo liberal. Eram as contradições liberais, porém, que deram espaço para Pedrosa atuar em defesa do socialismo na grande imprensa, em um contexto marcado pela Guerra Fria.

Não só seu diagnóstico do regime político tinha de ser atrativo para um socialista como ele conquistar espaço de destaque no colunismo político durante o Governo Getúlio Vargas em *O Estado de S. Paulo* e na *Tribuna da Imprensa*. Em 04 de setembro de 1952, cuja coluna está com título ilegível<sup>3</sup>, Mário Pedrosa faz uma regressão histórica até os anos 1930 para explicar o regime vigente. Considera que a volta do ex-ditador ao poder através da eleição de 1950 marcaria o fim de um ciclo. Segundo Pedrosa (1952d, p. 4), a “confusão desmoralizante da atualidade política” ressaltava “a exaustão dos quadros políticos surgidos em 1930”. O Estado Novo, para ele, foi um vácuo no regime formado com a Revolução de 1930. A redemocratização, portanto, deu continuidade a um passado recente, constituído pela mobilização da classe política descontente com o regime oligárquico. “O atual regime não é senão a continuação do regime constitucional de 1934, depois da interrupção violenta de 1937-1945”, nos termos de Pedrosa (1952d, p. 4).

A continuidade não é apenas dada pela presença de Getúlio Vargas no jogo político, mas por ele ser o responsável pela formação da burocracia que dominava o aparelho de estado. “A ditadura não criou quadros políticos, criou um enxame de burocratas e uma súcia de áulicos. E a prova é”, continua Pedrosa (1952d, p.4), “que os homens mais capazes que serviram a ditadura, acabada esta, integraram-se no regime que se seguiu, com perfeita adaptabilidade”. Para ele, a habilidade de Vargas em formar uma burocracia para a administração pública foi contraposta por seu centralismo, que marginalizou a classe política surgida com a Revolução de 1930. Pedrosa (1952d, p. 4) destaca

---

<sup>3</sup> Confrontei a coluna com um dos anexos de Karepovs (2017), onde estão enumerados os textos de autoria de Mário Pedrosa que integram o Fundo Mário Pedrosa do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP/CEDEM), mas não consta nenhuma com a mesma data de publicação.

os nomes de Osvaldo Aranha, que tentou galvanizar a situação para ser o sucessor de Vargas e falhou; José Américo de Almeida, que estava isolado; e Nereu Ramos, “barrado no seu legítimo direito de pretender à sucessão do general Dutra”. A conclusão de que Vargas não tem sucessores é que o leva a falar em fim da Era Vargas. “Agora o ciclo aberto em 30 se vai fechando: e para que fique bem clara essa ideia de fecho o homem que a abriu é o que o fecha. O Sr. Getúlio Vargas o abriu”, abona Pedrosa (1952d, p. 4), “o Sr. Getúlio Vargas o encerra”.

Se o prognóstico de Mário Pedrosa era equivocado, como bem demonstraria o desenrolar do processo político, seu diagnóstico indica razões de sua defesa do parlamentarismo: reaproveitamento dos quadros políticos surgidos durante a Revolução de 1930 que se afastaram de Vargas, como os três líderes políticos citados anteriormente e que se tornaram seus adversários, em razão de seu centralismo e autoritarismo, cujo principal exemplo é Raul Pilla, que poderia encerrar a Era Vargas na instauração do regime parlamentar, conforme o argumento pedrosiano. Além do reaproveitamento, o parlamentarismo contribuiria para a renovação do quadro político, na medida em que fortaleceria as organizações partidárias.

No pensamento político de Mário Pedrosa, o sistema parlamentar tem um caráter pedagógico, de educação cidadã. Com as crises sucessivas do Governo Getúlio Vargas, a oportunidade estava aberta para fechar um ciclo. Conforme Pedrosa (1952d, p. 4), “depois da decepção popular com o Sr. Getúlio Vargas é perigoso subestimar sistematicamente a maturidade política do povo”. Novamente critica os liberais, por temerem que o processo social fuja de suas mãos com a participação popular. Ao contrário, para ele, o descontentamento deveria ser canalizado para pôr fim à Era Vargas. “O povo tende hoje a desacreditar nos homens e não nos regimes, para ele sempre uma abstração”, observa Pedrosa (1952d, p. 4). Trata-se de uma crise de governo que se tornou uma crise de regime. Era hora de os liberais aproveitarem-na para mudar o sistema de governo, criando as bases para um novo regime e a despersonalização da política para o exercício da democracia plena, onde os eleitores votariam identificados por partidos políticos e suas ideologias. “O povo fez a experiência de ditadores, fez experiência de eleições. Só não fez ainda a experiência de partidos. E aprendeu para que serve o voto”, conclui Pedrosa (1952d, p. 4), “quando [...] indiferente às legendas partidárias, colocou outra vez no poder o ex-ditador, desfazendo assim o ato revolucionário de 29 de outubro”. Os responsáveis pelo fim de um ciclo foram as classes populares.

Pela forma como Mário Pedrosa conduz seu argumento, o povo fez sua parte. Reconduziu Getúlio Vargas ao poder ao votar nele nas eleições de 1950 e demonstrava abertura para experiências novas, em razão da crise de governo. Pedrosa (1952d, p. 4) aconselha que “cabe aos políticos tirar a consequência de todos esses fatos. Os partidos políticos ainda não foram experimentados”. Não o foram porque a hipertrofia do Poder Executivo – percepção compartilhada com Raul Pilla sobre o presidencialismo – não permitiu a existência de fato das organizações partidárias. Em 1950, quando o Partido Social Democrático (PSD) “não pode impor o seu candidato natural, que era o Sr. Nereu Ramos, a conclusão a tirar é que ainda não havia saído do caudilhismo”, resultando na volta do ex-ditador, expressa Pedrosa (1952d, p. 4). Para ele, no sistema presidencial, um partido majoritário, como o PSD, não tinha forças para fazer o presidente da República. Assim, o aprofundamento da democracia no Brasil era impossibilitado pelo sistema de governo vigente, levando o povo a continuar a se identificar com personalidades políticas, não vicejando partidos e ideologias.

Se o diagnóstico de Mário Pedrosa sobre o regime era de sua crise final, ele mobilizava seu vocabulário político para radicalizar os liberais. Segundo Pedrosa (1952d, p. 4), “é a hora dos partidos. E das capacidades políticas aptas a evolucionar com eles, agir dentro deles, integrar-se neles. A experiência de presidencialismo da Carta de 1946 é nesse sentido concludente”. Não é que o sistema presidencial esteja se confundindo com o getulismo, é que o regime atrofia os partidos políticos e sua instabilidade favoreceria a conspiração. No primeiro caso, a habilidade política de Getúlio Vargas e de outros – como Adhemar de Barros, possível candidato nas eleições de 1955 – suplantava os partidos por causa dos mecanismos favoráveis do Poder Executivo hipertrofiado ao personalismo. “Sua chance está na mistificação com as suas promessas e sua demagogia, por cima das diferenças pragmáticas, ideológicas e partidárias, numa eleição de enxurrada e confusão, em que aparecerá como o gostosão diante das massas”, aflige-se Pedrosa (1952d, p. 4). No segundo caso, a instabilidade do regime favorecia aventuras políticas fora da ordem constitucional, podendo ser usada habilmente pelos comunistas em uma conspiração. Nos termos de Pedrosa (1952d, p. 4), “é lógico que [Luiz Carlos Prestes] espere da luta pela sucessão presidencial um abalo bastante substancial para permitir uma sortida pelo interior e uma esplêndida oportunidade para conspirar”.

A percepção de Mário Pedrosa sobre o parlamentarismo esclarece seu papel pedagógico em uma sociedade que ainda não vivenciou uma experiência partidária. “Todo o problema político se transferirá”, começa Pedrosa (1952d, p.4), “da eleição direta do presidente da República para a eleição do Parlamento. Os eleitores terão de escolher então entre partidos e não mais entre homens, estrelas e caudilhos”. O presidencialismo faz o jogo político centrar-se em torno de nomes que levam as eleições a serem plebiscitárias, ignorando projetos políticos, ideologias e ideias em disputa pela condução da sociedade. O sistema parlamentar dificulta o bonapartismo, possível com a existência de figuras políticas sem identidades e que procuram agir acima dos partidos – durante o pleito, favorecendo um discurso demagógico, e após eleito, em razão de o Poder Executivo hipertrofiado ditar o ritmo da administração pública. Segundo Pedrosa (1952d, p. 4), os políticos “que tiverem verdadeira vocação política procurarão os partidos e com eles se identificarão”. Fortalecendo, de um lado, os partidos políticos; de outro, enfraquecendo o personalismo: “os que forem movidos por impulsos de puro caudilhismo terão mais dificuldade de ver os planos realizados. E serão forçados a disputar também uma cadeirinha prosaica de deputado para ter direito a aspirar à chefia do governo da República”, arremata Pedrosa (1952d, p. 4).

A emenda de Raul Pilla era uma oportunidade histórica para derrotar politicamente Getúlio Vargas, no argumento pedrosiano voltado para a classe política. Embora subjacente a ele estivesse a oportunidade de tornar o campo político mais pluralista, abrindo espaço para o socialismo. A leitura de Mário Pedrosa do jogo político o levou a se aproximar do campo liberal tendo como objetivo o pluralismo, necessário para uma organização partidária sem base, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), começar a construí-la. Em curto prazo, Pedrosa visava a radicalização dos liberais. Em médio prazo, a construção do socialismo. Dentro da teoria marxista, era uma tentativa de revolução permanente *sui generis*, por se iniciar através da radicalização dos liberais. Em conjunto com a adoção do parlamentarismo, faz-se uma reforma agrária, mobilizando a população para o socialismo encontrar as brechas para se fortalecer no Brasil. Melhor enfatizar, respeitando o maniqueísmo da Guerra Fria, por o socialismo pertencer ao Mundo Livre frente ao totalitarismo comunista.

Enquanto Mário Pedrosa era um profeta desarmado, Getúlio Vargas não o era, porque o sistema presidencial lhe permitia compor seu ministério fazendo um corte transversal pelo campo político, para enfraquecer a oposição a seu governo. Empossado, reservara o

Ministério da Agricultura à UDN, ao nomear João Cleofas de Pernambuco. Assim como um explorava as contradições liberais visando tornar pluralista o campo político – para o socialismo tornar-se uma opção real para a classe trabalhadora –, outro manobrava os interesses de classe divergentes entre os udenistas para enfraquecer a oposição, controlando o processo político a ponto de esvaziar a luta ideológica – fundamental para o pluralismo. Para um marxista como Pedrosa, a conciliação impossibilitaria apresentar à classe trabalhadora projetos políticos alternativos ao getulismo. Sua atuação intelectual tinha como preocupação criar condições objetivas para o socialismo, ao defender a urgência das reformas sociais, caso os liberais quisessem derrotar Vargas dentro do regime democrático, atraindo para si a massa de trabalhadores do campo abandonada à própria sorte pela classe política.

O presidencialismo, para Mário Pedrosa, favorecia o governo acima dos partidos políticos, tornando a luta ideológica mero casuísmo, em razão de o poder tornar-se um fim em si mesmo e não um meio para implantar um projeto societal referendado em eleições. A UDN não se tornou governo, como fora durante o mandato de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), mas Getúlio Vargas intensificou seu contato com os udenistas em 1952, para aderirem ao governo. O título da coluna de 11 de setembro exemplifica a posição pedrosiana diante do debate: “Convite ao Haraquiri”. O pluralismo, portanto, tinha como condição *sine qua non* o fortalecimento do campo oposicionista. Sem uma oposição forte, com condições de chegar ao poder, o país estaria fadado ao bonapartismo. Não bastava, porém, o campo político estar dividido entre governo e oposição. Suas cisões deveriam representar a luta ideológica, com os diversos espectros políticos colocando seus planos de governo em disputa dentro da ordem democrática.

Tanto é que a crítica de Mário Pedrosa volta-se contra os grandes partidos e não aos pequenos, como o seu PSB. Criticava a UDN não só por ser articulista político de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, mas por ela ter condições de ser governo sem compor com Getúlio Vargas. Não sendo governo, o getulismo iria perder força. Mas mantido o presidencialismo o processo social continuaria sendo controlado pelo Poder Executivo hipertrofiado. Lutar pelo fortalecimento do campo oposicionista seria inócuo se não mudasse o sistema de governo. O objetivo de Pedrosa era tornar o campo político pluralista e evitar que os liberais controlassem o processo social como Vargas o fez. De uma perspectiva marxista, significava tornar o socialismo uma alternativa para a classe trabalhadora dentro do regime

democrático. Em síntese, Pedrosa atuava na imprensa liberal insistindo para os liberais levarem o liberalismo às últimas consequências, como atuava Raul Pilla, seu principal interlocutor ao defender o parlamentarismo.

Em “Convite ao Haraquiri”, Mário Pedrosa apresenta suas razões para manter a UDN longe do governo. Em 07 de setembro de 1952, Getúlio Vargas fizera um discurso conclamando a “união nacional”. Procurava vencer a crise de governo atraindo a oposição – não através de um plano de governo, mas distribuindo cargos ministeriais. Odilon Braga, presidente da UDN – maior partido da oposição –, foi inquirido por um jornal sobre o apelo de Vargas. O udenista respondeu que o Parlamento era o único dos poderes constitucionais em que a “união nacional” seria possível. A resposta aponta que a UDN estava preocupada em fortalecer o Poder Legislativo face ao Poder Executivo. Pedrosa (1952e, p. 4) comenta que “sua tese é séria, e mais do que ‘doutrinária’ é positiva, perfeitamente ajustada à realidade política nacional”. Em seguida, Pedrosa (1952e, p. 4) critica o sistema presidencial, ao destacar que Odilon Braga tentava “persuadir o presidente da República a abrir mão de seu poder unipessoal, de sua iniciativa política, inerente ao regime, para ‘reconhecer no Congresso a sua preeminência específica do regime democrático’”.

No presidencialismo, a reforma ministerial não corresponde a uma redistribuição do poder entre os partidos, em função de ele estar centralizado no Poder Executivo. Ao atrair a UDN para o governo, Getúlio Vargas procurava desmobilizar a oposição no Parlamento, mantendo a unidade de seu poder. Nos termos do udenista, “o Poder Executivo, no sistema vigente, sendo de feição unipessoal, [...] ‘impossibilita os chamados Governos de União Nacional’. E por que?”, continua ele na transcrição de Pedrosa (1952e, p. 4), “Porque ‘ao poder de despedir ministros, privativo do presidente da República, não corresponde para os partidos poder algum, de igual força”. A UDN mantinha-se na oposição a Vargas, mas sem radicalizar o processo político ao não encampar o parlamentarismo na ordem do dia.

“No nosso regime como no americano, o presidente da República é um poder igual ao Congresso. E o caráter unipessoal desse poder faz dele o maior dos chefes políticos”, continua Pedrosa (1952e, p. 4), “o líder supremo da política não já de um partido ou conjunção de partidos, mas da nação”. No sistema presidencial, a composição do ministério não é produto da articulação orquestrada no Parlamento, com o poder sendo partilhado entre os partidos políticos, mas é prerrogativa do presidente, usando-a para enfraquecer a oposição a seu governo. “União nacional”,

na retórica pedrosiana, era oportunismo de quem queria perpetuar-se no poder, assim como do partido que aceitasse compor o governo nessas condições. O que estava em jogo, portanto, era o poder e não um plano de governo.

“Ora é o governo que quer absorver qualquer germe de oposição, e chama os insatisfeitos para o ‘queijo’ oficial, ora são os políticos, que não confiando muito na força da opinião nem na independência do eleitorado”, conclui Pedrosa (1952e, p. 4), “acreditam que entrando para o governo ficarão em situação mais favorável para conquistar posições futuras, capazes de levá-los ao poder supremo”. O jogo político, destarte, não refletia a disputa por projetos políticos, despolitizando a sociedade. Para um marxista que procurava construir uma base social para o PSB, era conformar o socialismo ao bacharelismo, reduzindo-o ao debate abstrato, sem precisar encarar a realidade concreta de que o getulismo detinha a hegemonia no seio da classe trabalhadora. O realismo pedrosiano fez ele se imiscuir na luta ideológica no campo liberal. Portanto, “nunca houve [...] ‘união nacional’ num poder unipessoal executivo, que é o que temos no Brasil. No frigidar dos ovos ao cabo dessas uniões, o presidente está cada vez mais unido a si mesmo, enquanto ministros e partidos se diluem em torno dele”, nos termos de Pedrosa (1952e, p. 4).

Odilon Braga propunha que Getúlio Vargas abrisse mão das prerrogativas do Poder Executivo sob o presidencialismo e este falava em “união nacional” para desmobilizar a oposição a seu governo. Para Mário Pedrosa, não era despertando as boas intenções dos adversários que se vencia o jogo político, mas através da ação política. O movimento acertado no campo oposicionista era reformar a Constituição, mudando o sistema de governo para fortalecer o Poder Legislativo diante do Poder Executivo. “Na realidade, o que o chefe udenista preconiza é uma inversão de regime: o presidente da República renunciaria ao poder unipessoal de que está investido pela Constituição, para diluir-se no poder do colegiado dos partidos. Quer dizer”, ironiza Pedrosa (1952e, p. 4), “fazendo o haraquiri, o chefe do executivo [...] se transformaria em presidente da República simbólico, que reina mas não governa”.

Conclui sua coluna admoestando Odilon Braga a tirar as consequências práticas de suas palavras. Ou seja, levar o maior partido de oposição a aderir à emenda parlamentarista. Ao chegar a eleição presidencial, a UDN estaria “indecisa entre um candidato com as bênçãos do Catete ou um candidato de oposição sem perspectivas reais. A não ser que, dividida, envereda com os seus elementos ‘realistas’ na

esteira ‘populista’ de Adhemar. O máximo então a que poderá aspirar”, critica Pedrosa (1952e, p. 4), “será seguir na sua vocação vegetativa, numa eterna função subalterna, intermediária, entre um poder a que nunca chega e uma oposição a que nunca se decide”. Identificava-se com a “Banda da Música”, que defendia uma oposição intransigente ao Governo Getúlio Vargas. As palavras do presidente da UDN, por sua vez, eram conciliadoras, demonstrando estar preocupado com a sucessão sem reformar a Constituição. Sustentava, destarte, o populismo, em razão de a UDN não ter chances de assumir a presidência da República fora da esfera de influência de lideranças carismáticas.

O populismo, no pensamento político pedrosiano, era consequência do presidencialismo. Em sua coluna de 02 de outubro de 1952 (“História de ontem e de hoje”), transcreve uma longa passagem de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, para fazer uma analogia do processo político analisado por Marx com o brasileiro. Mário Pedrosa queria demonstrar que a democracia não era mero produto de normas constitucionais. Mobilizava o marxismo na imprensa liberal para demonstrar aos liberais a necessidade de se reformar a Constituição. Fazia-o para alertar os bacharéis udenistas que a realidade concreta era mais complexa que leis abstratas. Por mais que uma carta constitucional estabelecesse as regras do jogo democrático, com a classe política respeitando-as, o processo político poderia tornar a competição política desigual entre os diversos espectros políticos, impedindo a alternância de poder.

“Houve certa época, em determinado país, em que todos os partidos juravam pela mesma constituição democrática. [...] Essa constituição consagrava”, inicia Pedrosa (1952g, p. 4) sua coluna em um tom fabular, “todas as liberdades democráticas sem faltar uma só, mandando apenas que o seu exercício fosse regulado por lei. Tudo como na nossa atual Carta orgânica”. E, nos próximos parágrafos, transcreve trechos de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* sobre a relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo estabelecida pela Constituição francesa. Após a citação, pergunta se ela é de algum liberal, para finalmente destacar seu autor. Enquanto Pedrosa (1952g, p. 4) chama Raul Pilla de idealista, destaca que Marx é “o filósofo do realismo político”. Estava colocando, portanto, o marxismo como um instrumento para se analisar o processo político.

Um marxista, como ele, conclui que a realidade política concreta indicava que o Brasil vivia sob o bonapartismo e não sob a democracia contemplada na Constituição. Assim o era em consequência do sistema presidencial. Segundo Pedrosa (1952g, p. 4), Luís Bonaparte inaugurou

“o sistema das eleições plebiscitárias, que elevou na nossa época Hindenburg e depois Hitler na Alemanha, Pilsudski na Polônia, Perón na Argentina, Vargas no Brasil e Ibañez no Chile”. A variável, no pensamento político pedrosiano, era a manipulação das massas. Um sistema presidencial atrelado a uma sociedade desorganizada politicamente conduzia ao bonapartismo. “Durante muito tempo ainda não haverá no Brasil eleição direta para presidente da República senão de forma plebiscitária”, conclui Pedrosa (1952g, p. 4) com pessimismo, por acreditar que a sociedade se organizaria politicamente adotando o sistema parlamentar.

Para ele, o campo oposicionista, em vez de dialogar com o governo, como indicava Odilon Braga ao pedir que Getúlio Vargas abdicasse das prerrogativas do Poder Executivo garantidas pela Constituição, deveria mudar a realidade política, aproveitando-se de uma oportunidade histórica propiciada pela emenda de Raul Pilla. O tom pessimista da conclusão deve-se à conjuntura política – comentada na coluna seguinte, “O Discurso e a Oposição”, de 09 de outubro de 1952, onde são apontadas as excitações da UDN diante dos movimentos de aproximação realizados pelo governo. Ao mencionar o discurso de Vargas de 03 de outubro, julgava que as manobras do governo indicavam êxito, na medida em que a oposição transigia. Sua luta ideológica na imprensa liberal mostrava-se incapaz de mobilizar a classe política a favor do parlamentarismo.

Mário Pedrosa considera que havia duas escolhas a serem feitas diante do convite de Getúlio Vargas, aceitá-lo ou recusá-lo. No primeiro caso, a oposição deveria entender-se com Vargas e colaborar com o plano de ação do governo. No segundo caso, contrapor-se ao governo e apresentar uma alternativa para contornar a crise política. Mas se afastava de ambas, preferindo “ficar na expectativa, acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo, e afirmar, solene, olhando para o texto da Constituição, intocável como uma vestal: aqui não se mexe. Essa é a via da passividade que em política significa derrota certa”, nos termos de Pedrosa (1952h, p. 4). A inação favorecia Vargas, colocando-o como árbitro do jogo político, em razão de chegada do momento de a oposição tomar uma atitude para derrotá-lo não fez o movimento decisivo. “Ei-lo novamente”, conclui Pedrosa (1952h, p. 4), “situado no centro de tudo, e com desenvoltura falando, para a direita com os políticos e para a esquerda com as massas trabalhadoras”.

Dada a crise de governo, o campo oposicionista deveria se posicionar no jogo político para derrotar Getúlio Vargas, demonstrando perante a opinião pública que tinha um projeto político alternativo.

Destarte, a UDN, principal força de oposição, se fortaleceria para ser a principal força política. Pedrosa (1952h, p. 4) observa que “o gesto conciliador de Vargas visou a impedir que a UDN se tornasse o centro polarizador dos descontentamentos, assumindo a iniciativa na marcha dos acontecimentos políticos”. Seu pessimismo provém do fato de que desde o momento em que Vargas se pronunciou a favor da “união nacional”, a UDN ficou na defensiva. Mário Pedrosa, em suas colunas de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, colocava-se como vanguarda dos liberais, defendendo a emenda parlamentarista para derrotar o getulismo. Se assim não fosse, as condições objetivas não seriam dadas ao socialismo, em razão de o Poder Executivo controlar o processo social.

Indica, porém, que seu diagnóstico do fim da Era Vargas feito anteriormente não se sustentava mais. Por duas razões, Getúlio Vargas estava novamente controlando o processo político e continuava a dialogar eficazmente com a classe trabalhadora. “A vantagem do presidente está em que encontrou, afinal, um meio de se comunicar com a UDN e adjacência, numa linguagem capaz de se fazer entendido. E forçou a UDN a dialogar com ele. Mas mantém”, continua Pedrosa (1952h, p. 4), “o privilégio de ser o único a falar diretamente às massas proletárias, sem intermediário”. Ao defender o parlamentarismo, sabia desde o início que os liberais tinham interesse em controlar o processo social. Mas, por não terem um canal de comunicação com a classe trabalhadora, falava da importância de reformas sociais em conjunto com a mudança de sistema de governo para derrotarem Vargas politicamente. Em síntese, encampava sua luta ideológica a favor da emenda parlamentarista, aproveitando uma crise de governo, para tentar tornar pluralista o campo político.

Como os liberais queriam controlar o processo social, não objetivavam mudar o sistema de governo. Mas não controlariam o processo social longe da presidência da República e só teriam chances de chegar a ela, no sistema presidencial, dialogando com o populismo. O imobilismo era dado pela própria sobrevivência política de Getúlio Vargas. O antigetulismo, que abriu espaço para Mário Pedrosa na coluna política da imprensa liberal, voltava-se tanto contra um obstáculo a se chegar ao poder quanto ao regime que Vargas encarnava. Se a UDN queria chegar à presidência da República mantendo esse regime, Pedrosa desejava vê-lo soçobrar para tornar o campo político pluralista, possibilitando o avanço do socialismo democraticamente. Seu modelo eram as democracias liberais europeias, mas o liberalismo autêntico não se enraizava na UDN.

“No flanco direito, Getúlio é a ordem; no esquerdo, é a revolução. Demagogia? Sem dúvida, Mas não só demagogia, há também esperteza política, advertência de que o seu papel político ainda não está acabado. Ele insinua aos políticos”, conclui Pedrosa (1952h, p. 4), “que ainda sabe falar às massas, mas que precisarão dele para contê-las, discipliná-las, conduzi-las”. Dialogava com os liberais por eles serem as únicas forças políticas que se opunham a Getúlio Vargas. Seus interesses de classe, porém, levavam-nos a se afastar da radicalização do processo político proposto por Raul Pilla e defendido por Mário Pedrosa. As armas de Vargas, porém, eram mais eficazes para dividir o campo liberal. Enquanto Pedrosa oferecia a clareza de suas ideias políticas – de que era necessário mudar o sistema de governo para o populismo ser superado, para colocar diversos projetos políticos em disputa nas eleições –, Vargas mostrava a força de seu poder em uma democracia que aproveitara a estrutura geral do período ditatorial, demonstrando que controlava o processo social e que os liberais não controlariam o processo social como ele.

Com o jogo político voltando a ser desigual, Getúlio Vargas agigantava-se perante as organizações partidárias. Mesmo assim, Pedrosa (1952h, p. 4), ao fim de sua coluna, açulava a classe política em sua tentativa de levá-la à ação: “Entre as forças políticas que apoiam o governo, grande parte é favorável a uma reforma de regime [...]. Um grande movimento das forças parlamentares pode ser desencadeado, capaz de fazê-las assumir a liderança da política nacional”. A afirmação decorre das assinaturas obtidas por Raul Pilla à emenda parlamentarista, que não era levada adiante em nome do *status quo*. Afinal, o sistema parlamentar, para a classe política, era antissistêmico, como bem demonstrava a experiência europeia recente, especialmente o Governo Clement Attlee, na Inglaterra, entre 1945 e 1951.

A luta ideológica travada por Mário Pedrosa na imprensa liberal era pelo fortalecimento do sistema partidário. “A Concorrência Desigual” – o título de sua última coluna em defesa do parlamentarismo, de 16 de outubro de 1952 – exemplifica sua posição de que o presidencialismo enfraquecia o Poder Legislativo em face do Poder Executivo. Comentando o “vácuo do pensamento político” udenista, Pedrosa (1952i, p. 4) pergunta-se como a UDN chegaria às massas, como quer Afonso Arinos de Melo Franco, e responde que dialogaria com elas através “da tribuna da Câmara, do comício, do rádio e do jornal. Entre todos o que está mais a seu alcance é a tribuna da Câmara. [...] Usando-a, ela pode afetar realmente a massa, com projetos de lei sobre salários, impostos, obras públicas, legislação social etc.. O

prestígio provindo dessas iniciativas, tem sido”, continua, “quase todo abocanhado pelo Executivo. No Brasil, pelo homem que circunstâncias históricas fizeram o introdutor da moderna legislação social. O pior é que essa introdução se fez quando ele era ditador”. O Poder Executivo hipertrofiado do sistema presidencial impossibilitava, para ele, a comunicação dos partidos políticos com a classe trabalhadora dentro do regime democrático.

Ao contrário de Raul Pilla, o sistema parlamentar para Mário Pedrosa não tinha um valor em si, mas era instrumental. Contribuiria para o campo político ser mais pluralista, ampliando a participação popular e a adesão a projetos políticos. Com isso, abriria espaço para o socialismo criar uma base social no Brasil. Só que a atuação intelectual pedrosiana na imprensa liberal estava voltada para a classe política, por acreditar que as instituições tinham um papel fundamental para modificar o processo social. Daí o apelo antissistêmico do parlamentarismo entre 1945 e 1961, quando foi adotado de forma casuística e, por isso, passando a ser identificado com o conservadorismo no pensamento político brasileiro. O sistema parlamentar, porém, fazia um corte transversal no campo político, atraindo todo o espectro político, embora não tenha sido levado adiante por se temer perder o controle do processo social. Por quê? Porque, levando em conta o catecismo parlamentarista do liberal Raul Pilla na tribuna do Parlamento e a luta ideológica do socialista Mário Pedrosa no colunismo político de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, da direita à esquerda se queria controlar o processo social de cima para baixo.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta tese, minha preocupação foi entender os limites impostos à enunciação das ideias políticas por parte dos intelectuais. Essas ideias são relacionais, síntese que revela o complexo social em que os intelectuais estão inseridos. As ideias de Mário Pedrosa são produtos de sua interação com o campo político o qual estava inserido durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954), ou seja, o campo liberal. Concordando com Skinner (2017) da impossibilidade de se buscar coerência no pensamento político de um intérprete, considero que o suporte em que as ideias circulam molda-as. No caso de Mário Pedrosa, o suporte era o jornal.

Assim, o pensamento político brasileiro tem de considerar como o campo político está constituído em um dado momento, em função de o intérprete se posicionar nesse campo levando em conta suas condições objetivas para intervir no processo político. No período analisado nesta tese, o campo político tinha duas forças aglutinadoras – Getúlio Vargas e seus opositores liberais – e Pedrosa não tinha base social considerável, até porque a hegemonia no seio da classe trabalhadora era de Vargas, e não do Partido Socialista Brasileiro (PSB), levando-o a se aproximar dos liberais. Tais eram às condições em que Pedrosa participou do debate público e tentou modificar o campo político, para torná-lo plural, necessário para o socialismo passar a ter força suficiente para adquirir autonomia em relação às outras forças políticas.

Enquanto Mário Pedrosa aproximou-se dos liberais, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi levado à reboque por Getúlio Vargas, crítica empreendida posteriormente ao Golpe de 1964 por Prado Júnior (1966). A aliança de Pedrosa com os liberais impôs limites a suas ideias políticas, na medida em que ele as enunciava procurando encontrar adeptos entre a classe política. Objetivou radicalizar o processo político: 1) através de uma reforma da Constituição de 1946, no caso da questão parlamentar, para tornar o campo político mais plural para o socialismo passar a ter autonomia; 2) no caso da questão político-militar, Pedrosa, por sua vez, acabou sendo levado a lutar pela hegemonia dos liberais entre as Forças Armadas.

Por isso, o pensamento político brasileiro, ao escolher um objeto de investigação, tem de reconstruir o campo político e o suporte em que as ideias políticas circulam para compreendê-las em dado momento e, assim, os limites impostos ao intérprete, sendo arrastado pela correlação de forças no qual não tem controle ao formular sua leitura. Em síntese, as ideias políticas só fazem sentido em relação ao momento e ao meio

de sua enunciação. Destarte, com o desenrolar do processo político, o pensamento político de um intérprete será, com certeza, contraditório, por não ter controle sobre as variáveis externas a suas convicções e valores políticos.

O suporte é uma das variáveis externas. Se um intérprete está enunciando suas ideias políticas através de um livro, por exemplo, temos de reconstruir o campo através de uma série de perguntas: Qual editora? Qual a posição política da editora? Quem é o editor? Tudo vai moldando as ideias políticas enunciadas pelo intérprete no livro. Destarte, entende-se por que o intérprete lançou o livro em um ano específico, com um conteúdo predeterminado, por uma editora em particular, assim por diante. Mário Pedrosa, em 1966, publicou, pela Civilização Brasileira, cujo editor era ligado ao PCB, *A Opção Imperialista e A Opção Brasileira*. Por que um intelectual crítico ao comunismo encontrou espaço para enunciar suas ideias políticas por uma editora com laços com o PCB, por causa do editor Ênio Silveira? Com o Golpe de 1964, a ação política levada a cabo pelos comunistas ao longo do período democrático sofreu uma derrota. Essa ação política era produto de uma leitura que os comunistas faziam do Brasil, hegemônica na esquerda, só encontrando espaço para ser contestada no campo liberal. O Golpe de 1964 escancarou que a interpretação e a ação política dos comunistas tinham problemas, abrindo espaço para os intérpretes *de esquerda* que foram isolados *na esquerda* – por conta da hegemonia do PCB – enunciarem sua crítica e sua interpretação sobre o Brasil, oferecendo novas alternativas de ação política *para a esquerda*. Isso explica porque Pedrosa no período anterior ao Golpe de 1964 buscou oferecer um diagnóstico para os liberais, indicando uma ação política determinada para derrotar Getúlio Vargas, por ser onde ele teria espaço para colocar suas ideias políticas em circulação e não ficar isolado.

Além de Mário Pedrosa, o próprio lançamento de *A Revolução Brasileira*, também em 1966, de Prado Júnior (1966), é produto da mudança do campo político. Com essa mudança provocada pelo Golpe de 1964, Pedrosa pode enunciar suas ideias políticas *para a esquerda*, oferecendo a ela outra interpretação sobre o Brasil, indicando uma ação política diferente da levada a cabo pelo PCB durante a República de 1946. As ideias pedrosianas, portanto, não estavam sendo mais enunciadas entre os liberais. Elas não eram mais as mesmas, seus limites externos eram outros, não era a imprensa liberal. Portanto, com o desenrolar do processo político, o pensamento político de Pedrosa já não podia ser mais o mesmo, na medida em que os limites externos

mudaram, possibilitando-o alterar a direção e o sentido de suas ideias políticas. A comparação com Caio Prado Júnior é frutífera, em razão de sua fidelidade ao PCB o ter isolado no campo político, apesar de ele ter enunciado suas ideias políticas dentro da academia, em revistas especializadas, mas Pedrosa era um jornalista, sendo contratado como colunista pela imprensa liberal, e aproveitou-se de sua ligação estreita com os liberais para não ficar isolado no campo político. Só que pagou o preço por isso, como pode ser conferido nesta tese. Sendo o maior deles o anticomunismo e o antigetulismo, que, se foram eficientes para dar-lhe espaço na imprensa liberal, obliteraram seu diagnóstico do jogo político, especialmente na questão político-militar. Com o tempo, porém, Pedrosa se distanciou do anticomunismo e do antigetulismo, evidenciado em *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileira*, cujas análises de Andrade (2013; 2016) indicam, corroborando a observação de Karepovs (2017) de que algumas passagens dos livros de 1966 podem ser lidas como uma autocrítica a suas posições políticas dos anos 1950.

O pensamento político brasileiro, portanto, deve partir da problematização do suporte para criar hipóteses explicativas sobre as ideias políticas enunciadas. Senão fizer isso, corre o risco de ensimesmar o intérprete estudado, dotando-o de uma coerência absoluta por ele não ter uma relação com o campo político dado, com os limites a estabelecer até onde suas ideias políticas podem ser enunciadas. Em uma palavra, perde de vista o contexto do texto. Mas, melhor enfatizar, o contexto não é somente o social, que raramente é perdido de vista pelo pensamento político brasileiro, mas é o meio imediato pela qual as ideias políticas são enunciadas, ou seja, o suporte, se livro, se jornal, se revista especializada etc. Daí eu insistir que as ideias políticas são relacionais, por elas serem produtos da relação do intérprete com um contexto restrito (o campo político), que é compreendido analisando o meio em que as ideias políticas são postas em circulação, e um contexto ampliado (ou contexto social).

Outro exemplo, se um intérprete está enunciado suas ideias políticas através de pareceres de órgãos governamentais o pesquisador do pensamento político brasileiro tem de levar em conta esse campo, a estabelecer limites na exteriorização do pensamento político por meio de um suporte específico. O suporte é a mediação entre o contexto social e o intérprete, mediação desconsiderada por acreditar que a relação dele com esse contexto é direta. Tendo como consequência perder de vista os limites impostos ao intérprete, dotando seu pensamento político de coerência por também não ser produto do campo em que ele está inserido ao enunciar suas ideias políticas. Destarte, em um mesmo

período, as ideias políticas podem ser contraditórias por serem enunciadas em suportes diferentes – isto é, as mediações não sendo as mesmas, sofrem coações diferenciadas.

O pensamento político brasileiro tem de problematizar o campo em que circula as ideias políticas do intérprete sobre o Brasil para seu diagnóstico não se deslocar da realidade concreta, levando-as a se tornarem abstratas por estarem dotadas de uma coerência impossível de ocorrer ao longo do processo político, em constante modificação e com o lugar de fala do intérprete modificando-se constantemente, através da academia, da imprensa etc., cada uma com seus cortes internos e regras específicas na estruturação do texto, ou seja, das ideias políticas enunciadas.

Nesta tese, ao escolher apenas dois temas – a questão político-militar e a questão parlamentar – procurei entendê-los como estavam dados dentro do campo político, para tentar entender como Mário Pedrosa enunciou suas ideias sobre os temas, preocupado em intervir no campo político, tentando levar a classe política a uma ação determinada no jogo político. Na questão político-militar, analisada no Capítulo 3, Pedrosa apresentou menos autonomia, intervindo no debate público pela hegemonia dos liberais no interior das Forças Armadas. Na questão parlamentar, investigado no Capítulo 4, teve maior autonomia, por ter explorado as contradições entre os liberais, intervindo no debate público pela radicalização da ação dos liberais no jogo político. A diferença – maior ou menor autonomia de suas ideias políticas enunciadas na imprensa liberal – é produto de como estava constituído o campo político em relação a cada um dos temas, não sendo apenas escolha de Pedrosa. Por isso, quando há coerência no pensamento político de um intérprete pode indicar uma análise que perdeu de vista as mediações que há entre ele e seu contexto social. Ou seja, não reconstruiu o campo político para ver como a abordagem do tema do debate público em seu interior distribuía os atores políticos nesse campo, além das cisões internas em cada espectro político.

As ideias políticas, portanto, são relacionais, obrigando o pesquisador a desvendar suas relações, reconstruindo o campo político em que são enunciadas, o suporte em que estão circulando etc., para os limites impostos ao intérprete tornarem-se parte constitutiva de seu pensamento político. Em uma frase, o pensamento político é construído politicamente, não sendo consequência apenas das convicções do intérprete, mas de todas as forças sociais e políticas que pesam sobre sua obra. Para isso, o método indutivo se mostrou apropriado, com o problema, as hipóteses e a tipologia sendo construídos aos poucos,

através da investigação da obra de Mário Pedrosa e da reconstrução do campo político em que ele estava inserido durante o Segundo Governo Vargas.

Esta pesquisa, portanto, tem um percurso: levantamento da obra de Mário Pedrosa produzida para a imprensa liberal de 1945 a 1968, onde era reconhecido como colunista de artes, mas também era colunista político. Foi o contato com essa obra que me deu um problema a ser respondido: por que um socialista teve um espaço de destaque na página opinativa da imprensa liberal. O Capítulo 1 teve de apresentar o crítico de arte como socialista, cuja trajetória está marcada pelo socialismo e pelo marxismo. Para no Capítulo 2 problematizar, certamente pela primeira vez, suas colunas de artes frente às políticas. Em outros termos, indagar sobre a obra, o espaço e os momentos em que Pedrosa ocupava ora a página cultural ora a página opinativa. Pela magnitude de sua produção intelectual, fiz uso de duas tipologias definidas pelo lugar de fala de Pedrosa no interior dos jornais, se na página cultural (artes), se na página opinativa (política). Sendo possível acompanhar o movimento da intervenção política de Pedrosa no debate público. Para buscar compreender essa intervenção, o Segundo Governo Vargas foi o escolhido, em razão de Vargas ser o principal protagonista da política brasileira, quem galvanizava, contra ou a favor, pouco importa, a classe política e a sociedade civil. Assim, ao ocupar a Presidência da República, dentro da legalidade, as lutas políticas acirraram-se, o debate público inflamou-se, por causa da liberdade de expressão. Fato inédito para o próprio Vargas, tendo de lidar com uma oposição direta e aberta, e para os próprios liberais, podendo opor-se sem temer a prisão.

Feito a escolha do período a ser analisado. Com a leitura colunas políticas de Mário Pedrosa, escolhemos dois temas dos tantos que perpassam sua produção intelectual do período. Assim, outra tipologia foi construída: questão político-militar e questão parlamentar. Cada uma analisada em um capítulo. Olhando retrospectivamente, não há dúvida de que essas duas questões orientaram a ação política dos diversos espectros político durante a República de 1946. Afinal, em 1961 foi adotado o parlamentarismo, em um acordo entre a classe política e a classe militar para possibilitar a posse de João Goulart, vice-presidente eleito pelo voto direto e que deveria assumir com a renúncia de Jânio Quadros; e em 1964 houve um golpe de Estado conduzido pelas Forças Armadas. Na análise das duas questões, os limites impostos a Pedrosa ficam patentes. Não só, que cada questão apresenta limites específicos. Na questão político-militar, as ideias políticas de Pedrosa tiveram menos autonomia, por ter sido uma ponta de lança para os liberais

conquistarem hegemonia entre os militares. Pedrosa, portanto, foi levado a reboque pelas ideias hegemônicas entre os militares, acentuando seu anticomunismo e demonstrando que mesmo um socialista não conseguiu se desvencilhar do contexto da Guerra Fria. Na questão parlamentar, as ideias políticas de Pedrosa tiveram mais autonomia, podendo explorar as contradições do campo liberal, deixando claro que ele não perdia de vista a autonomia da classe trabalhadora.

Destarte, incorporando livremente o contextualismo linguístico de Skinner (2017) e Pocock (2003), adotando a noção de campo político de Bourdieu (2003; 2011) de forma livre, remetendo aos estudos de Chartier (2012) e Darnton (2014) sobre autoria, livros e leitura investigamos Mário Pedrosa tendo em vista o método indutivo. Nisso, esta tese se afastou de uma compreensão do pensamento político como dotado de coerência, em razão de haver mediações entre o intérprete e o contexto social que ele procura diagnosticar para fornecer as balizas para uma ação política predeterminada. Não é à toa que as ideias políticas de Pedrosa não se apresentam nem coerentes no mesmo contexto social de enunciação. Por quê? As ideias políticas são relacionais, demarcando a posição do intérprete no campo político, o meio que ele usa para pô-las em circulação etc. Elas não são meras abstrações descoladas da realidade concreta.

Mário Pedrosa, por causa de sua posição específica, é paradigmático para entender as mediações. Era um socialista crítico a Getúlio Vargas e aos comunistas, mas dado o campo político buscou se aproximar dos liberais para tentar intervir no processo político. Assim, suas ideias políticas são produtos da posição que ele ocupava no campo político, da relação que ele estabeleceu com os liberais, com o suporte que ele usou para elas circularem para um público maior do que a base social que os socialistas tinham etc. Tudo, portanto, estabelecendo os limites de sua enunciação. Resumindo em uma palavra, ele só pôde enunciar suas ideias políticas naquele período pela imprensa liberal.

Parafraseando Bloch (2001) de que “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”, a capacidade de se explicar as ideias políticas se perdem caso analisadas fora de seu campo político de enunciação. Enfim, as ideias políticas dos intérpretes, por mais que eles tenham capacidade de tornar inteligível o processo político, são políticas, no sentido de serem produtos da luta política, tornando-os homens de seu tempo. Em síntese, as ideias pedrosianas não são somente dele, mas do campo político no qual estava inserido. Por isso, seus limites, sua autonomia ou falta dela, suas hesitações ou suas

convicções, suas certezas ou suas dúvidas, seu otimismo ou seu pessimismo etc. Pedrosa, assim como qualquer intérprete, não paira acima das lutas políticas, não pairando, suas ideias políticas são produtos do complexo social nas quais estão inseridas. Não só, são cálculos, conscientes ou inconscientes, pouco importa, para mobilizar os atores políticos em torno de uma ação política desejada em um momento específico por ele. Um cálculo muda conforme a correlação de forças não é mais a mesma, fazendo com que as ideias políticas estejam em constante movimento, produzindo um involucro de contradições a cobrir o pensamento de um intérprete ao longo do processo político. Então, para quê tirar o involucro, tornar um pensador político dotado de uma coerência abstrata?

Lembrando novamente de Bloch (2001), que afirma que há limites para a originalidade. As ideias políticas de Mário Pedrosa são dele, sendo distinguíveis de qualquer outro intérprete de seu tempo, não se confundindo com as de cada jornal no qual ele veio a enunciá-las, mas seu vocabulário político é de seu tempo e, mais especificamente, da posição que buscou ocupar no campo político a cada momento em que interviu no debate público. Assim, mesmo ele sendo socialista, era no contexto linguístico entre varguistas e comunistas, de um lado, e liberais, de outro, que ele teve de intervir no debate público. Portanto, não há como ele mimetizar o marxismo de Marx, Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo ou outros que faziam parte de seu repertório intelectual porque ele estava preocupado em intervir em uma realidade política distinta de cada um de suas influências.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. (1994), “Fechando o Cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: A. C. GOMES (org.), **Vargas e a Crise dos Anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 23-59.
- ANDERSON, Perry. (2012), **Espectros**: da direita à esquerda no mundo das ideias. São Paulo: Boitempo.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. (2013), “Mário Pedrosa, o golpe de 1964 e a ditadura”. Verinotio, Rio de Janeiro, ano IX, nº 17, abr.
- \_\_\_\_\_. (2014), “Mário Pedrosa”. In: L. Secco; L. B. Pericás (orgs.), **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2016), “Mário Pedrosa e o debate sobre a planificação econômica socialista no Brasil”. Diálogos, Maringá, v. 20, n. 1, p. 117-135.
- ANDRADE, Jeferson de. (1991), **Um Jornal Assassinado**: a última batalha do *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ARANTES, Otília. (1991), **Mário Pedrosa – itinerário crítico**. São Paulo: Scritta.
- ATHAYDE, Félix *et al.* (1978), “Mário Pedrosa e a vitória dos seus fracassos”. **Pasquim**, Rio de Janeiro, ano IX, nº 469, pp. 4-14, 23/29 jun. 1978. Entrevista concedida a Félix de Athayde, Washington Novaes, Lygia Pape, Hélio Pellegrino, Ziraldo *et al.* (BPP)
- \_\_\_\_\_. (1981), “A arte não é fundamental. A profissão do intelectual é ser revolucionário”. **Pasquim**, ano XIII, nº 646, pp. 7-11, 12/18 nov. 1981. Entrevista concedida a Félix de Athayde, Washington Novaes, Lygia Pape, Hélio Pellegrino, Ziraldo *et al.* (BPP)
- ATALA, Fuad. (2002), “Evocação sem Nostalgia”. **Cadernos da Comunicação**, Rio de Janeiro, p. 39-41.
- BATISTA, Mariana. (2016), “O poder no executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão”. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 127-155, mar.

BERG, Creuza de Oliveira. (2002), **Mecanismo do Silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: EdUFSCar.

BIROLI, Flávia. (2003), **Com a Corrente**: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BLOCH, Marc. (2001), **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BONAVIDES, Paulo. (2010), **Ciência política**. 17ª ed. São Paulo: Malheiros Editores.

BROSSARD, Paulo. (1949), “Presidencialismo e parlamentarismo na ideologia de Ruy Barbosa”. **Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 186-227.

BROUÉ, Pierre. (2005), “O Movimento Trotskista na América Latina até 1940”. **Cadernos AEL**, Campinas, vol. 12, nº 22/23, p. 165-196.

BOURDIEU, Pierre. (2003), “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: **O poder simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 163-207.

\_\_\_\_\_. (2011), “O capital político”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, p. 193-216, jan.-jul.

BRETON, André; TROTSKY. (1985), **Por uma arte revolucionária independente**. São Paulo: Paz e Terra; CEMAP.

CALDIERI, Sérgio. (2001), **Eternas Lutas de Edmundo Moniz**. Rio de Janeiro: Dinigraf, 2001.

CAMPOS, Paulo Mendes. (1947), “O mundo perdeu seus mitos”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano XX, nº 5.943, p. 1-2/7 (*Segunda Seção*), 09 nov. 1947. Depoimento concedido a Paulo Mendes Campos. (FBN)

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. (1980), **O Bravo Matutino** (Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de S. Paulo*). São Paulo: Alfa-Omega.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. (2005), “*O Homem Livre*: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934)”. **Cadernos AEL**, Campinas, vol. 12, nº 22/23, p. 61-76.

CHAGAS, Carlos. (2000), **O Brasil sem Retoque, 1808-1964**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record.

CHARTIER, Roger. (2012), **O que é um autor?** São Carlos: EdUFSCar.

COGGIOLA, Osvaldo. “O Trotskismo no Brasil (1928-64)”. In: A. C. Mazzeo; M. I. Lagoa (orgs.), **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 239-269.

DALLARI, Dalmo de Abreu. (1967), “Nem presidencialismo, nem parlamentarismo”. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 35-64, abr.-jun.

DARNTON, Robert. **Censores em ação: como os Estados influenciam a literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DELGADO, Márcio de Paiva. (2006), **O “Golpismo Democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal *Tribuna da Imprensa* na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

DI CARLO, Josnei. (2013), **A interpretação de Mário Pedrosa sobre a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

\_\_\_\_\_. (2016), “Política das artes e arte da pesquisa: entrevista com Francisco Alambert”. **Em Tese**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 243-257, jan./jun.

\_\_\_\_\_. (2017), Mercado editorial e universidade: Mário Pedrosa, um caso exemplar. **Blog Junho**, 5 ago. 2017. Disponível em: <[https://www.academia.edu/34894338/Mercado\\_editorial\\_e\\_universidade\\_de\\_Mário\\_Pedrosa\\_um\\_caso\\_exemplar](https://www.academia.edu/34894338/Mercado_editorial_e_universidade_de_Mário_Pedrosa_um_caso_exemplar)>. Acesso em: 09. 10. 2018.

\_\_\_\_\_. (2018), “Da margem se vê melhor? O autoritarismo no Brasil segundo a Oposição de Esquerda nos anos 1930”. **Política Hoje**, Recife, v. 27, Edição Especial, p. 162-194, jan.-jun.

DOURADO, Autran. (2000), **Gaiola Aberta: tempos de JK e Schmidt**. São Paulo: Rocco.

FERRAZ, Geraldo. (1978), “O Antropófago Geraldo Ferraz”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano LVII, nº 17.944, p. 1 (*Ilustrada*), 20 mai. Entrevista concedida a Moacir Amâncio e Sérgio Gomes. (AF)

\_\_\_\_\_. (1983), **Depois de Tudo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (1996), “A Reforma do Jornal do Brasil”. In: A. A. de Abreu *et alii* (orgs.), **A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro, FGV, p. 141-155.

FERREIRA, Oliveiros S. “A espada e o escudo”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano III, nº 144, *Cultura*, p. 14-15, 13 mar. 1983. (AE)

\_\_\_\_\_. (2000), **Vida e Morte do Partido Fardado**. São Paulo: SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. (2007), **Elos partidos**. São Paulo: HARBRA, 2007.

FONSECA, Leticia Pedruce. (2008), **A Construção Visual do Jornal do Brasil na Primeira Metade do Século XX**. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

FRANCO, Afonso Arino de Melo. (1948), **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: sem editora.

\_\_\_\_\_; PILLA, Raul. (1958), **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Rio de Janeiro: José Olympio.

KAREPOVS, Dainis. (2017), **Pas de politique Mariô! Mário Pedrosa e a política**. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

KUCINSKI, Bernardo. (1975), “Os Cem Anos de Vida do Jornal *O Estado de S. Paulo*: liberal, conservador, antifascista”. **Opinião**, Rio de Janeiro, nº 113, p. 4-5, jan. (FBN)

HOBSBWAM, Eric. (2003), **Era dos Extremos: o breve século XX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KAHNS, Cláudio. (1977), “Mário Pedrosa, confissões de um livre pensador”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano LVI, nº 17.793, p. 35/42 (*Ilustrada*), 20 dez. 1977. Entrevista a Cláudio Kahns. (AF)

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. (1998), **Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano**. São Paulo: SENAC.

LEITE FILHO, Barreto. (1981), “O Mestre Morto”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano LXI, nº 19.212, p. 3 (*Opinião*), 14 nov. (AF)

LENIN, Vladimir Ilich. (1977), **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante; Moscou: Progresso, 1977.

LIMA, Alceu Amoroso. (1990), **O jornalismo como gênero literário**. São Paulo: Com-Arte; EDUSP.

LINS, Álvaro. (1962), “Sinais da Nova Geração: o papel dos intelectuais”. In: **A Glória de César e o Punhal de Brutus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 93-102.

LOUREIRO, Isabel Maria. (1984), **Vanguarda Socialista (1945-1948)**: um episódio do ecletismo na história do marxismo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LUCA, Tania Regina de. (2013), “A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX”. In: A. L. Martins; T. R. de Luca (orgs.), **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

MACHADO, Gina Guelman Gomes. (1982), **Vanguarda Socialista**: a busca de um caminho independente. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARQUES NETO, José Castilho. (1993), **Solidão Revolucionária**: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (org.). (2001), **Mário Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

MARTINS FILHO, João Roberto. (2008), “Forças Armadas e Política, 1945-1964: a antessala do golpe”. In: J. Ferreira; L. de A. N. Delgado (orgs.), **O Tempo da Experiência Democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 97-126.

MORAIS, Fernando. (2011), **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

MOTA, Lourenço Dantas. “A classe média é o pêndulo do sistema político brasileiro”. In: **A história vivida (III)**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, p. 167-202, 1982.

NETO, Lira. (2014), **Getúlio 1945-1954**: da volta pela consagração popular ao suicídio. São Paulo: Companhia das Letras.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. (1987) “A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico”. **Militares**: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, p. 53-86.

OLIVEIRA, Fagner Enrique Fonseca de. (2016), **Internacionalismo e nacionalismo em Mário Pedrosa**: um estudo sobre sua obra política (1925-1966). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiana.

PEDROSA, Mário. (1945), “Diretivas”. **Vanguarda Socialista**, Rio de Janeiro, ano I, nº 01, p. 1/4, 31 ago. (AP)

\_\_\_\_\_. (1949), **Arte, Necessidade Vital**. Rio de Janeiro: Casa de Estudante do Brasil.

\_\_\_\_\_. (1951a), “Estillac entre o Continuismo e o Stalinismo”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano III, nº 508, p. 4 e 6, 16 ago. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1951b), “Manobras Comunistas e Manobras Getulianas”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano III, nº 543, p. 4 e 6, 27 set. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1951c), “A Demagogia Nacionalista no Clube Militar”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano III, nº 561, p. 4 e 10, 18 out. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1951d), “Parlamentarismo e manobras políticas”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano III, nº 588, p. 4, 22 nov. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1952a), “Rearmamento Ideológico”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 698, p. 4, 03 abr. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1952b), “O ‘Grupo’ Estillac”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 708, p. 4, 17 abr. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1952c), “O Fim dos Políticos”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 771, p. 4, 03 jul. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1952d) “Título ilegível I”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 824, p. 4, 04 set. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1952e), “Convite ao haraquiri”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 830, p. 4, 11 set. 1952. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1952f), “Mentalidade jurídica e estratégia política”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 836, p. 4, 18 set. (FBN)

\_\_\_\_\_. (1952g) “História de ontem e de hoje”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 848, p. 4, 02 out.

- \_\_\_\_\_. (1952h), “O discurso e a oposição”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 854, p. 4, 09 out. (FBN)
- \_\_\_\_\_. (1952i), “A concorrência desigual”. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 860, p. 4, 16 out. (FBN)
- \_\_\_\_\_. (1966a), **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1966b), **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. [1980] **Sobre o PT**. São Paulo: Ched, 1980.
- \_\_\_\_\_. (1995), **Política das artes**. Textos Escolhidos I. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1996), **Forma e percepção estética**. Textos Escolhidos II. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1998), **Acadêmicos e modernos**. Textos Escolhidos III. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (2000), **Modernidade cá e lá**. Textos Escolhidos IV. São Paulo: EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (2015a), **Arte – ensaios**. São Paulo: Cosac Naify.
- \_\_\_\_\_. (2015b), **Arquitetura – ensaios críticos**. São Paulo: Cosac Naify.
- \_\_\_\_\_ *et al.* (1933), “Contra o fascismo”. **O Homem Livre**, São Paulo, ano I, nº 1, 27 mai. 1933, p. 1. (FBN)
- \_\_\_\_\_; XAVIER, Lívio. (1931), “Esboço de análise da situação brasileira”. **A Luta de Classe**, Rio de Janeiro, ano II, nº 6: 3-4, fev.-mar. (CEDEM/UNESP)
- \_\_\_\_\_; XAVIER, Lívio. (1987 [1931]), “Esboço de uma análise econômica e social do Brasil”. In: D. Karepovs; F. Abramo. **Na contracorrente da história: documentos da liga comunista internacionalista (1930-1933)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PEDROSO, Franklin; VASQUEZ, Pedro (coord.). (1992), **Mário Pedrosa: arte, revolução, reflexão**. Porto Alegre: Centro Cultural Banco do Brasil.

PELLEGRINO, Hélio. (1981), “Presença de Mário”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 61, nº 19.254, p. 3, 20 dez. (AF)

PILLA, Raul. (1980), **Discursos parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados.

PILAGALLO, Oscar. (2012), **História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas.

POCOCK, J. G. A. (2003), **Linguagem do ideário político**. São Paulo: EDUSP.

PRADO JÚNIOR, Caio. (1966), **A revolução brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

ROCHA, Dirlene de Jesus Pereira. (2004), **Mário Pedrosa e o estado bonapartista militarizado no Brasil de 1964**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RAMOS, Plínio de Abreu. (1996), “A Imprensa Nacionalista no Brasil”. In: A. A. de Abreu; *et alii* (orgs.), **A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro, FGV, p. 61-139.

RANGEL, Maria Lúcia. (1977), “Mário Pedrosa, um Coerente”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, nº 187, p. 1 (*Caderno B*), 12 out. (FBN)

RESENDE, Otto Lara. [1993 (1991)] “A invencível utopia”. In: **Bom dia para nascer**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 185.

\_\_\_\_\_. (1994 [1981]), “O Outro Brasil”. In: **O Príncipe e o Sabiá**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 209-212.

SAID, Edward. (2005), **Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993**. Companhia das Letras.

SANTIAGO, Silvano. (2002 [1982]), “Fechado para Balanço”. In: **Nas Malhas das Letras**. São Paulo: Rocco, p. 85-107.

SCHWARZ, Roberto. (1977), **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades.

SILVA, Heber Ricardo da. (2009), **A Democracia Imprensa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948**. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. “Discurso de Lula na Avenida Paulista”. *Terra*, 28 out. 2002. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/interna/0,,OI64590-EI380,00.html>>. Acesso: 30 jul. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. (2015), **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

SINGER, André. (2001), **O PT**. São Paulo: Publifolha.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1966), **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (1979 [1965]), **A História Militar do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1976), **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Omega.

STEPAN, Alfred. (1990), “Parlamentarismo x presidencialismo no mundo moderno: revisão de um debate atual”. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 96-107, jan./abr.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. (1986), “O parlamentarismo no Brasil”. **Revista da Faculdade de Direito**, Belo Horizonte, v. 30, n. 28-29, p. 187-210, mai.-out.

TREVISAN, Leonardo. (1985), **O Pensamento Militar Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Global.

WAINER, Samuel. (1987), **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record.

SKINNER, Quentin. (2017), “Significação e compreensão na História das Ideias”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, nº 20, p. 358-399, jan./abr.



## ACERVOS CONSULTADOS

Acervo Estadão – AE

Acervo Folha – AF

Acervo do Pesquisador – AP

Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos –  
BCo/UFSCar

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de  
Curitiba – HE/UFPR

Biblioteca Pública do Paraná – BPP

Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM

Fundação Biblioteca Nacional – FBN